

JÚNIA MARISE MATOS SODRÉ

**DESCONTINUIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO
PROGRAMA CRIANÇA CIDADÃ/CUNHANTÃ & CURUMIM**

Tese apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de
“Magister Scientiae”.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2003**

JÚNIA MARISE MATOS SODRÉ

**DESCONTINUIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO
PROGRAMA CRIANÇA CIDADÃ/CUNHANTÃ & CURUMIM**

Tese apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA EM: 11 de abril de 2003.

Prof^ª. Simone Caldas Tavares Mafra
(Conselheira)

Prof^ª Maria de Lourdes Mattos Barreto
(Conselheira)

Prof^ª Neuza Maria da Silva

Prof^ª Lourdes Helena da Silva

Prof^ª. Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

Ao Mestre Jesus, presença constante e amor incondicional,

Aos meus pais Marisa e Alberto, que sempre acreditaram no meu potencial e incentivaram minhas lutas.

Ao meu companheiro Bruno, exemplo de amor sincero, compreensão e paciência em todos os momentos.

Ao meu filho Gabriel, presente Divino que veio alegrar nossos dias.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudo.

À Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, pela orientação, pelo carinho e pela compreensão em todos os momentos desta pesquisa.

Às Professoras Conselheiras Simone Caldas Tavares Mafra e Maria de Lourdes Mattos Barreto, pelas sugestões.

Às Professoras Lourdes Helena da Silva, Neuza Maria da Silva e Elza Vidigal Guimarães, pelas preciosas colaborações na construção do projeto desta dissertação.

Aos Professores José Levy Oliveira, Mônica de Abreu Azevedo, Aurora Ribeiro de Goicochea e Maria José Samartini, pelo apoio e incentivo à experiência profissional que proporcionou a idealização desta pesquisa.

Ao Professor Antônio do Carmo Neves, pelos preciosos ensinamentos no Estágio Docência e pelo carinho e amizade dispensados.

Ao Professor Luiz Cláudio Costa, pelo apoio institucional no momento necessário e, sobretudo, pela presença amiga e pelos ensinamentos, representando força e incentivo às minhas lutas nesta caminhada.

Aos meus colegas de curso Márcia, Maira, Joelma, Jaqueline, Dora, Ivna, Jaciane e Jansen, pela convivência agradável; e aos de outras turmas Zezéu, Ângela, Antônia, Dilce e Eny, pela agradável convivência.

Ao meu grande amigo Renato, cuja presença transformou esta trajetória do Mestrado, sem o qual a nossa história certamente não seria a mesma.

À minha querida e amiga Kaká, por estar sempre presente e atuante em todos os momentos, o essencial para estabelecer equilíbrio e harmonia nos momentos difíceis.

Aos funcionários do DED Aloísia, Lena, Efigênia, Roberto, João, Toninho, Gabriel, Serafim e Renato, pela atenção, pelo sorriso sincero e pela colaboração em todos os momentos.

Ao Prefeito Municipal de Carauari, AM, Gilberto Rufino de Oliveira Júnior, pela oportunidade que me proporcionou de grande experiência profissional e, acima de tudo, de crescimento pessoal.

Aos funcionários daquela Prefeitura Antônio, Wagner Costa, Jucimar Brito, Antônio Esmeraldo, Hugueth e Vandercley, pelo apoio e incentivo essenciais para a pesquisa de campo.

Aos funcionários das Secretarias Municipal de Assistência Social e de Saúde de Carauari, pela convivência e aprendizado diários.

Às Professoras Maria das Dores, Cleucione, Maria Sirley, Antônia Lindomar e Francisca Otalina, pela colaboração na pesquisa de campo.

Às famílias integrantes do Programa Criança Cidadã, pela disponibilidade para a pesquisa e por todo o carinho a mim dispensado; e a todas as famílias integrantes dos Programas Sociais da PMC, pelo enriquecimento de meus conhecimentos.

À Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas Socorro Oliveira, Leuma e Graça, pelas informações fornecidas para a pesquisa.

A Antônio Motti, da Secretaria de Estado da Assistência Social, por fornecer informações relevantes para a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos Jucimar e Janaína, pela acolhida, pela amizade e por todo o apoio nos momentos de alegria e de tristeza.

À família do Dandoca e Maria, pela presença de todos os momentos e pelo oferecimento de um ambiente familiar de carinho e amizade.

Ao Tiro de Guerra 014 nas pessoas do Sargento Roda, Tenente Senna, Tenente Guaracy e Tenente André, pelo apoio na realização desta pesquisa e, sobretudo, pela convivência agradável.

Aos meus amigos amazonenses, cujos nomes não citarei, mas que certamente saberão quem são e quanto fizeram dos meus dias momentos de alegria e aprendizado, pela torcida.

Aos meus amigos Ailton, Gatto, Márcio, Vanilda, Sirley, Viviane, Alex Fabiani, Maurício, Elaine, Elvanir, Alessandra, Lili e Vinícius, pela amizade, pelo carinho e pela dedicação nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos do Serviço Psicosocial da UFV, pela amizade e incentivo em toda a minha trajetória acadêmica em Viçosa.

Às famílias do Sr. Saraiva e D. Gracinha e de Sr. José Messias e D. Helena, pelo carinho, pela amizade e pela acolhida de sempre.

Aos meus amigos da Casa do Caminho Bezerra de Menezes e do Centro Espírita Camilo Chaves, por me proporcionarem sempre momentos de paz, incentivo e perseverança na caminhada.

Aos meus pais, pelo apoio certo nas horas incertas e pela oportunidade do estudo.

Aos meus irmãos, em especial à Sandra, pela presença nos momentos mais difíceis, ajudando-me a seguir adiante.

Ao Rony, pelo apoio e incentivo no início do Mestrado.

Ao meu companheiro Bruno, por todo o apoio técnico para a realização desta dissertação e, sobretudo, pelo amor, pelo carinho e pela compreensão e dedicação.

Ao meu filho Gabriel, por sua existência, proporcionando-me momentos de paz e harmonia para a finalização desta dissertação.

A todos aqueles cujos nomes eu não mencionei, por esquecimento repentino, mas que, de alguma forma, passaram pela minha vida nesse período e deixaram suas marcas, o muito obrigado por tudo.

BIOGRAFIA

JÚNIA MARISE MATOS SODRÉ, filha de Alberto Mendes de Sousa e Antônia Marisa Matos de Sousa, nasceu em janeiro de 1975, na cidade de Januária, MG.

Em 1994, ingressou no Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde se dedicou a estágios nas diversas áreas de atuação do Curso, tendo concluído o bacharelado e a licenciatura do referido curso em março de 1999.

No mesmo ano, iniciou suas atividades profissionais no Município de Carauari, AM, exercendo a função de Coordenadora de Programas Sociais, da Secretaria Municipal de Assistência Social daquele município.

Em abril de 2001, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Familiar da UFV, submetendo-se à defesa de tese em abril de 2003.

CONTEÚDO

| | Página |
|---|--------|
| RESUMO | xii |
| ABSTRACT..... | xiv |
| LISTA DE FIGURAS..... | x |
| LISTA DE TABELAS | ix |
| CAPÍTULO I | |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. O problema e sua importância..... | 2 |
| 1.2. Objetivos..... | 6 |
| CAPÍTULO II | |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA..... | 7 |
| 2.1. A política nacional de assistência social..... | 7 |
| 2.2. A assistência social à criança e ao adolescente..... | 11 |
| 2.3. Programas de proteção integral à criança/adolescente..... | 13 |
| 2.3.1. Visão geral dos Programas de Atenção à Infância e à Adolescência | 18 |
| 2.4. Proteção integral: aspectos da lei e da realidade..... | 20 |
| 2.5. A avaliação de políticas sociais..... | 22 |
| 2.6. Base conceitual..... | 28 |
| CAPÍTULO III | |
| 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 30 |
| 3.1. Local do estudo..... | 30 |
| 3.2. População e amostra..... | 31 |
| 3.3. Características da amostra selecionada..... | 31 |
| 3.4. Instrumentos de coleta dos dados..... | 33 |
| 3.5. Descrição e operacionalização das variáveis de análise..... | 34 |
| 3.5.1. Características dos perfis pessoal e familiar da criança/adolescente..... | 34 |
| 3.5.2. Características do microambiente do sistema familiar | 35 |
| 3.5.3. Percepção das unidades familiares sobre o Programa..... | 36 |

| | |
|---|----|
| 3.5.3.1. Em termos das atividades..... | 36 |
| 3.5.3.2. Relativo ao atendimento médico, odontológico e nutricional..... | 36 |
| 3.5.3.3. Em termos do comportamento da criança/adolescente.... | 37 |
| 3.5.3.4. Em termos do acompanhamento familiar..... | 37 |
| 3.5.3.5. Da estrutura geral do atendimento..... | 38 |
| 3.5.3.6. Em termos da avaliação geral do Programa e sugestões. | 38 |
| 3.5.4. Posicionamento das crianças/adolescentes com relação à sua percepção do Programa..... | 38 |
| 3.5.5 Posicionamento da liderança socioinstitucional com relação à sua percepção do Programa..... | 38 |
| 3.5.6. Posicionamento das unidades familiares sobre a extinção do Programa..... | 39 |
| 3.5.7. Posicionamento das crianças/adolescentes sobre a extinção do Programa..... | 39 |
| 3.5.8. Posicionamento da Secretaria Estadual de Assistência Social e da Secretaria de Estado da Assistência Social com relação à sua percepção do Projeto Cunhantã & Curumim..... | 39 |
| 3.5.9. Posicionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social com relação à sua percepção do Programa Criança Cidadã..... | 40 |
| 3.6. Instrumentos para a análise de dados..... | 40 |
| CAPÍTULO IV | |
| 4.1. Origem e evolução do Programa Criança Cidadã..... | 42 |
| 4.1.1. A origem..... | 42 |
| 4.1.2. A criação do Projeto Cunhantã & Curumim e a consolidação do Programa Criança Cidadã..... | 46 |
| 4.1.3. Caracterização do Programa Criança Cidadã no município de Carauari, AM..... | 49 |
| CAPÍTULO V | |
| 5.1. Sistema familiar e seu microambiente..... | 53 |
| 5.1.1. Caracterização do perfil pessoal e familiar das crianças/adolescentes..... | 53 |
| 5.1.1.1. A criança/adolescente | 54 |

| | |
|--|------------|
| 5.1.1.2. A mãe..... | 54 |
| 5.1.1.3. O pai..... | 55 |
| 5.1.1.4. A família..... | 56 |
| 5.1.2. Caracterização do microambiente..... | 59 |
| CAPÍTULO VI | |
| 6.1. Programa Criança Cidadã, perspectivas e resultados..... | 63 |
| 6.1.1. A percepção da família e das crianças/adolescentes sobre o Programa Criança Cidadã..... | 63 |
| 6.1.2. A percepção da liderança socioinstitucional local..... | 77 |
| 6.1.3. A percepção das Secretarias de Assistência Social sobre o Programa..... | 78 |
| CAPÍTULO VII | |
| 7.1. A extinção do Programa Criança Cidadã..... | 86 |
| 7.1.1. A percepção da família..... | 86 |
| 7.1.2. A percepção das Secretarias de Assistência Social sobre a extinção do Programa..... | 91 |
| CAPÍTULO VIII | |
| 8.1. Conclusões | 96 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 102 |

LISTA DE TABELAS

| | Página |
|---|--------|
| 1. Perfil familiar das crianças/adolescentes inseridas no Programa Criança Cidadã, Carauari/AM..... | 57 |
| 2. Características do microambiente das unidades familiares atendidas pelo Programa Criança Cidadã, Carauri/AM..... | 61 |

LISTA DE FIGURAS

| | Página |
|--|--------|
| 1. Relação das atividades relevantes do Programa Criança Cidadã, na percepção das famílias atendidas- Carauari/AM, 2000..... | 64 |
| 2. Especificação dos conteúdos importantes do Programa Criança Cidadã - Carauari/AM, 2000..... | 66 |
| 3. Frequência do atendimento odontológico do Programa Criança Cidadã- Carauari/AM,..... | 67 |
| 4. Frequência do atendimento médico do Programa Criança Cidadã- Carauari/AM, 2000..... | 68 |
| 5. Preferência em termos de cardápios do Programa Criança Cidadã- Carauari/AM, 2000..... | 70 |
| 6. Relação dos programas em que foram inseridos as crianças/adolescentes, após a extinção do Programa criança Cidadã- Carauari/AM, 2001..... | 87 |

| | |
|--|----|
| 7. Condições de melhoria das famílias atendidas por novos programas sociais. Carauari/AM, | 88 |
| 8. Atividades desenvolvidas pelas crianças/adolescentes no Programa Criança Cidadã, que mais fazem falta. Carauari/AM, 2001..... | 89 |

RESUMO

SODRÉ, Júnia Marise Matos, M. S., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2003. **A descontinuidade das políticas públicas: o caso do Programa Criança Cidadã/Cunhantã & Curumim.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Conselheiras: Simone Caldas Tavares Mafra e Maria de Lourdes Mattos Barreto.

O presente estudo objetivou analisar a trajetória do Programa Criança Cidadã no meio urbano do município de Carauari, Amazonas, enquanto política social de atendimento à criança/adolescente, enfatizando-se a avaliação de sua implantação, execução, resultados ou produto e, por fim, sua extinção, segundo a visão do público envolvido. A base teórica e conceitual utilizada fundamentou-se nos pressupostos teóricos de COCHRAN, que enfatiza a importância de uma avaliação que leve em conta todas as estruturas envolvidas com o Programa, que nesta pesquisa foram consideradas como a família, as lideranças socioinstitucionais locais e as Secretarias de Assistência Social nas esferas municipal, estadual e federal. Os resultados indicaram que o Programa Criança Cidadã foi criado no município de Carauari no ano de 1997, como iniciativa da nova gestão municipal, visando a um atendimento especializado ao público infanto-juvenil na faixa etária de 7 a 14 anos, bem como a um atendimento complementar ao escolar. O objetivo era proporcionar um espaço de desenvolvimento integral a essas crianças e adolescentes, vulneráveis às mazelas sociais como drogas, violência e prostituição, trabalhando basicamente a prevenção, sendo, posteriormente, adaptado aos moldes de um novo projeto criado pelo governo do Estado em parceria com o governo federal, o Projeto Cunhantã & Curumim. Este projeto, implantado em 1998 em 33 municípios do Amazonas, incluindo Carauari, tinha por objetivos o combate e a prevenção à exploração sexual infanto-juvenil. Suas atividades se limitavam à prevenção e não ao combate da exploração sexual, o que provocou, no de 2001, a sua extinção. Ao avaliar o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo Programa, notou-se que a maioria era do tipo nuclear em fase de maturação, do ciclo de vida, tendo em média 4,5 filhos. O nível médio de escolaridade era baixo, assim como a

renda “per capita”; além disso, o microambiente em que se encontravam era precário, especificamente no que diz respeito às condições de saneamento básico. As famílias mostraram-se satisfeitas com relação ao atendimento do Programa Criança Cidadã, incluindo desde os conteúdos e as atividades até o atendimento médico-odontológico, as quais foram unânimes em afirmar a importância do Programa em suas vidas. A liderança local enfatizou a relevância do Programa para o município, ao proporcionar aos jovens a oportunidade de melhor formação e, ao mesmo tempo, desviando-os dos caminhos inadequados. As Secretarias de Assistência Social também enfatizaram o valor do Programa no contexto de carências das famílias amazonenses, uma vez que aquela iniciativa era única, na maioria dos municípios. Com relação à extinção, as famílias não souberam explicar seus motivos e demonstraram insatisfação com tal decisão “de cima para baixo”, uma vez que seus filhos, mesmo incluídos em novos programas, como o PETI e Bolsa-Escola, não têm agora o atendimento especializado de antes. As Secretarias Municipal e Estadual de Assistência Social não souberam explicar, com detalhes, os motivos reais do encerramento do Programa. A Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) informou que, na sua percepção, não houve extinção, mas realocação dessas crianças e adolescentes para novos programas (PETI e Bolsa-Escola), e que isso havia ocorrido em razão dos altos gastos do governo estadual e do não-cumprimento dos objetivos previstos pelo Projeto, sobretudo o combate à exploração sexual. De acordo com os resultados, concluiu-se que a iniciativa do Programa Criança Cidadã foi válida e necessária para as famílias carauarienses. A extinção do Projeto Cunhantã & Curumim foi um exemplo claro e concreto da descontinuidade das políticas sociais, idealizado de forma emergencial e de cunho político-partidário, sem que fosse considerada, em nenhum momento, a posição do seu maior alvo: o sistema familiar.

ABSTRACT

SODRÉ, Júnia Marise Matos, M. S., Universidade Federal de Viçosa, April 2003. **The discontinuity of the social politics: The Criança/Cidadã & Curumim Program's case.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Committee Members: Simone Caldas Tavares Mafra and Maria de Lourdes Mattos Barreto.

The present study objectified analyze the Program Criança/Cunhantã & Curumim's trajectory, in the middle urban of the municipal district of Carauari, Amazonas, while social politics of assistance to the child/teenager, emphasizing the evaluation of your implantation, execution, results or product and finally, extinction, according to the public's vision involved. The theoretical and conceptual base used it based in COCHRAN's theoreticians, who emphasizes the importance of an evaluation that considers all the structures involved with the Program, which in this research were considered as the family, the leaderships socioinstitutionals locals and the Secretariats of Social Assistance in the municipal, state and federal spheres. The results indicated that the Program Criança Cidadã was created in the municipal district of Carauari in the year of 1997, as initiative of the new municipal administration, seeking the a specialized service to the infanto-juvenile public in the age group from 7 to 14 years, as well as the a complementary service to the scholar. The objective was to provide a space of integral development to these children and adolescents, vulnerable to the social sore spots as drugs, violence and prostitution, working the prevention basically, being, later, adapted to the molds of a new created project by the government of the State in partnership with the federal government, the Project Cunhantã & Curumim. This Project, implanted in 1998, in 33 municipal districts of Amazon, including Carauari, it had for objectives the combat and the prevention the exploration sexual infanto-juvenile. Their activities were limited to the prevention and not to the combat of the sexual exploration, what provoked, in the 2001, it extinction. Evaluating the patner families' socioeconomic assisted by the Program, it was noticed that most was of the nuclear type in maturation phase of the life cycle, having on average 4,5 children. The medium level of education was low, as well as the "per capita" income; and, haul of this, the microambient in that

one found was precarious, specifically in what it concerns the conditions of basic sanitation. The families were shown satisfied regarding the service of the Program Criança Cidadã, including from the contents and the activities so the service doctor-odontologic, which were unanimous in affirming the importance of Program in their lives. The local leadership emphasized the relevance of the Program for the municipal district, when providing to the youths the opportunity of better formation and, at the same time, diverting them of the inadequate roads. The Secretariats of Social Assistance also emphasized the value of the Program in the context of lacks of the Amazon's families, once that initiative was only, in most of the municipal districts. Regarding the extinction, the families didn't know how to explain their reasons and they demonstrated dissatisfaction with one decision "from top to bottom", once their children, same included in new programs, as PETI and Bolsa-Escola, didn't "have" the specialized assistance of before. The Municipal and State Secretariat of Social Assistance didn't know how to explain, with details, the real reasons of the closing of the Program. The State's Secretariats of the Social Assistance (SEAS) it informed that, in it perception, there was not extinction, but reallocation of these children's and adolescents for new programs (PETI and Bolsa-Escola) and that this had happened in reason of the high expenses of the state government and by the non-execution of the objectives foreseen by the Project, above all the combat the sexual exploration. In agreement with the results, it was ended that the initiative of the Program Criança Cidadã was valid and necessary for the Carauari's families. The Project Cunhantã & Curumim's extinction was a clear and concrete example of the discontinuity of the social politics, idealized of form emergencial and of supporting-political stamp, without it considered, in any moment, the position of objective: the family system.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, analisou-se a trajetória de um programa de atendimento à criança e ao adolescente, da sua criação à sua extinção, enfatizando a percepção das famílias sobre seu funcionamento, bem como com relação à sua extinção. Além das famílias, público-alvo do Programa, procurou-se conhecer a visão das lideranças local, municipal, estadual e federal com relação à relevância do Programa, seus efeitos e as razões de sua extinção.

O processo de avaliação é essencial para toda atividade, uma vez que permite detectar pontos positivos e negativos da ação, suas causas e conseqüências, permitindo, assim, que uma nova prática possa ser elaborada. Demo (1996) ressaltou que a avaliação faz parte da permanente reflexão sobre a atividade humana e constitui um processo intencional, que é auxiliado por diversas ciências, aplicando-se a qualquer prática, ou seja, pode-se falar na avaliação das diversas atividades profissionais, bem como de uma empresa, de uma política, de um programa ou de uma ação específica.

A avaliação perpassa os limites da técnica, sendo consubstanciada em termos quantitativos e, acima de tudo, qualitativos. Avaliar significa buscar a origem, a essência, as causas e conseqüências, os agentes e o contexto. Não é um processo meramente descritivo, mas participativo, em que seus atores são peças fundamentais para a sua efetivação.

Em se tratando de políticas sociais, a ênfase aos processos de avaliação, de modo geral, restringe-se ao número de beneficiários, sem se questionarem a qualidade e a adequação dos seus projetos/ações às necessidades e realidade de seu público-alvo. Considera-se, ainda, que as políticas públicas, em sua grande maioria, têm sido formuladas sem que previamente sejam estabelecidos os marcos de referência e os indicadores, em função dos quais elas possam ser avaliadas, com implicações sobre sua eficácia e eficiência.

A avaliação é um processo necessário, e, em se tratando de avaliar políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, a família torna-se o elo essencial e norteador desse estudo, uma vez que ela é o sistema de sustentação para a vida de seus membros e responsável pelas questões que os envolvem, sobretudo as crianças e adolescentes, cuja responsabilidade está diretamente vinculada à unidade familiar.

Além da família e da criança/adolescente que participam do Programa, sendo considerados como fonte de informação para a avaliação em questão, são levados em conta, ainda: a comunidade (representada pela liderança socrinstitucional), o governo municipal (representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social), o governo estadual (representado pela Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado do Amazonas) e o governo federal (representado pela Secretaria de Estado de Assistência Social do Estado). Dessa forma, buscou-se uma base que pudesse proporcionar uma avaliação real e completa do Programa Criança Cidadã em seu período de vigência e extinção, bem como seus efeitos na vida das crianças/adolescentes e respectivas famílias envolvidas.

1.1. O problema e sua importância

Existem hoje vários serviços assistenciais voltados para o grupo etário de 7 a 14 anos, no período complementar à escola, idealizados e viabilizados pelo governo federal, que estão sendo implantados, gerenciados e executados pelos governos estaduais e municipais. Tais programas, que não se limitam ao assistencialismo e nem às atividades meramente ocupacionais, têm buscado, por meio de ações coordenadas, a prevenção do abandono e a redução da exclusão social e da exploração em seus diversos níveis, valorizando a iniciação profissional, a geração de renda e a busca da garantia à criança e ao adolescente do seu direito ao desenvolvimento integral.

Entre esses programas, encontrava-se o Programa Criança Cidadã, criado em Carauari por iniciativa municipal e, posteriormente, adaptado ao Programa Cunhantã & Curumim. O Cunhantã & Curumim foi criado no Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, em sensibilidade às denúncias que invadiram as mídias nacional e internacional quanto ao tema da exploração sexual e comercial infanto-juvenil. Assim, seu objetivo geral era, através de ações integradas de Saúde, Educação, Desporto, Justiça e Cidadania, prevenir a exploração sexual infanto-juvenil.

O município de Carauari, no interior do Amazonas, foi um dos contemplados com tal programa, que adaptou o já existente (Criança Cidadã) aos novos moldes do Cunhantã & Curumim, com o objetivo de obter um financiamento para suas ações, já iniciadas desde 1997. A partir do ano de 1999, o Programa, gerenciado diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social, passou a ser coordenado por uma profissional de nível superior formada em Economia Doméstica, sendo, então, realizados os direcionamentos e planejamentos necessários à sua execução, bem como as atividades e objetivos a serem alcançados, dentro da proposta maior do Estado e adaptados à realidade do município de Carauari.

No ano de 2000, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura Municipal de Carauari, o Programa Criança Cidadã atendeu a cerca de 200 crianças carentes, na faixa etária de 7 a 14 anos, previamente selecionadas pela Secretaria de Assistência Social, em horário complementar ao escolar. Através de ações coordenadas, o Programa Criança Cidadã tinha como objetivo o desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes, enfatizando os seguintes aspectos: cultural, informacional, de saúde, educacional, desportivo e de cidadania. Tais ações visavam, especificamente, melhorar o relacionamento entre essas crianças e adolescentes, nos ambientes familiar e escolar; e promover-lhes uma melhor qualidade de vida, em termos de prevenção de doenças e melhoria do bem-estar físico, mental e social. De modo geral, esperava-se que o público envolvido tivesse, através do Programa Criança Cidadã, uma melhor desenvoltura e preparação para a vida em todos os aspectos citados, de maneira a desvencilhar-se dos problemas sociais, a exemplo do envolvimento com drogas, prostituição e violência, entre outras.

No ano de 2001, porém, por iniciativa e decisão do governo federal, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, o Projeto Cunhantã & Curumim foi extinto em nível estadual e, conseqüentemente, nos municípios que o executavam, ocasionando

problemas e insatisfações, principalmente para o público beneficiado, ressaltando-se, assim, a necessidade de um estudo aprofundado sobre tal problemática.

Considerando que, para serem alcançados os objetivos do Programa Criança Cidadã era necessário um esforço contínuo da família, escola e comunidade; e considerando ainda que tais resultados, em sua maioria, apenas seriam alcançados no longo prazo, tornava-se essencial que sua execução fosse coerente com os objetivos pré-fixados, os quais deviam, como já comentado, estar de acordo com a realidade das famílias/crianças selecionadas. Além disso, o Programa Cunhantã & Curumim foi uma iniciativa do governo federal e do governo do Estado do Amazonas, sendo adaptado para execução nos diversos municípios, sem que fosse feito um diagnóstico das realidades locais, para verificar sua adequação. Além do mais, é importante ressaltar que cada prefeitura havia vivenciado a essência do Programa, que foi extinto, ou seja, percebeu a sua importância e viabilizou a sua execução, dentro de suas possibilidades e prioridades, transformando seus propósitos em ações concretas, calcadas nas reais necessidades do público-alvo beneficiário.

Os executores do Programa tinham como consenso que a família deveria ser a principal destinatária das políticas públicas em geral, considerando elas, como nenhum outro órgão do governo, capaz de identificar suas necessidades, de apontar sugestões e detectar, sobretudo, os pontos positivos e negativos, de forma que, através dessa percepção, os resultados ou o produto das ações possam ser mais eficientes, por meio da integração da criança, família e sociedade.

É conveniente ressaltar que, apesar de terem existido, por parte dos órgãos governamentais competentes, acompanhamento e fiscalização, no que se referiu à execução do Programa Criança Cidadã, em Carauari, até o presente momento, não foram realizados estudos científicos que buscassem entender a percepção, por parte da família/criança, quanto à filosofia, objetivos e alcance desse projeto. Nesse sentido, pressupõe-se que seja relevante que todas as etapas do Programa sejam analisadas, sobretudo no que se refere aos seguintes aspectos: a forma como ele foi executado, suas ações no espaço/tempo, a equipe envolvida e a direção das orientações, buscando verificar se a forma como o Programa Criança Cidadã era executado estava coerente com as reais necessidades da família, bem como analisar as causas de sua extinção, na percepção dos atores envolvidos.

Como tal Programa demandou grande empenho por parte do governo, em todas as suas esferas, e que no ano de 2001 foi extinto pela Secretaria de Estado de

Assistência Social, sem nenhuma consulta ou envolvimento da base local, considera-se que tal estudo é de fundamental importância para avaliação desse Programa, enquanto política pública voltada para a criança e o adolescente, no sentido de verificar se as propostas de trabalho foram coerentes e satisfatórias, em termos das reais necessidades do público envolvido, e quais as implicações que a sua extinção provocou nas famílias assistidas. O município de Carauari e os demais que executaram o Programa, bem como os órgãos governamentais, poderão fazer uso desta pesquisa para avaliar a importância do referido Programa na vida das famílias e, ao mesmo tempo, identificar e avaliar os problemas e conseqüências da descontinuidade de um programa/projeto sobre as unidades familiares. Outro aspecto fundamental é que a família — que é a razão maior da existência do Programa — poderá se sentir valorizada ao expressar sua idéia e vê-la, posteriormente, se transformando em ações concretas, favoráveis a si mesmas e ao Programa como um todo.

Pressupõe-se que, se cada família tiver condições de expressar diretamente sua opinião e seus anseios e dar as suas sugestões acerca das políticas públicas, que para elas são criadas e disponibilizadas, certamente maiores serão a qualidade e a eficiência dessas políticas, deixando de ser apenas assistencialistas, quando se desconsideram o envolvimento e a participação do público beneficiário, ou seja, para que um programa possa ter resultados positivos e satisfatórios, é necessário o seu acompanhamento em todas as suas etapas e, principalmente, a inclusão da família e de todo o público envolvido nesse processo, que é contínuo e inacabado. Portanto, a iniciativa de extinção de um programa de proteção integral à criança e ao adolescente, independentemente de outros fatores determinantes, deveria ser fundamentada no nível de satisfação das crianças/adolescentes e famílias atendidas. No caso do Cunhantã & Curumim/Criança Cidadã, até o presente momento não foram realizadas pesquisas de cunho científico que pudessem permitir reflexões e, conseqüentemente, novos direcionamentos para o mesmo, a partir dos objetivos propostos, nem mesmo dadas explicações que pudessem apontar as causas de sua extinção.

Assim, a criação e a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim/Criança Cidadã são, na realidade, um fato instigante, claro e concreto dentro das políticas públicas sociais de atendimento à criança e ao adolescente, tornando-se relevante e importante enquanto objeto de estudo, principalmente em face da carência de estudos técnico-científicos sobre o mesmo.

1.2. Objetivos

Geral

- Analisar a trajetória do Programa Criança Cidadã no meio urbano do município de Carauari/Amazonas enquanto política social de atendimento à criança/adolescente, enfatizando-se o posicionamento do público envolvido sobre a sua implantação, execução, resultados ou produto e, por fim, sua extinção.

Específicos

- Analisar a trajetória do Programa Criança Cidadã, procurando-se identificar seus objetivos, formas de atuação e funcionamento, ao longo do seu período de vigência.
- Caracterizar o perfil pessoal e familiar das crianças/adolescentes, inseridos no Programa Criança Cidadã.
- Identificar o microambiente do sistema familiar, em termos de moradia e condições de saneamento básico.
- Analisar a percepção e posicionamento do público envolvido com o Programa Criança Cidadã, no que se refere à sua criação e atuação, no município de Carauari, AM.
- Analisar a percepção e posicionamento do público envolvido com o Programa Criança Cidadã, no que se refere à sua extinção, procurando-se identificar suas causas e implicações.

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DE LITERATURA

Em função dos objetivos propostos e com a finalidade de contribuir para a análise e discussão dos resultados, procurou-se, inicialmente, realizar uma revisão de literatura sobre tópicos interligados à Política Nacional de Assistência Social, especificamente no que diz respeito à assistência social e à proteção integral da criança/adolescente, bem como as interfaces entre a realidade e o que está previsto em lei, por meio das políticas/programas de atendimento à infância e adolescência. Posteriormente, foi feita uma proposta conceitual que pudesse fornecer, de modo geral, um embasamento para a pesquisa.

2.1. A política nacional de assistência social

De acordo com Silva (1999), há uma correlação clara entre o perfil atual do capitalismo “globalizado” e o aumento da pobreza. No bojo desse processo, a assistência social ganhou “status” não só de política, mas de política prioritária, imprescindível no mundo inteiro, nos últimos anos. Com a globalização, um enorme contingente da população mundial passou a demandar proteção social, que passou a ser encarada como uma necessidade a enfrentar mundialmente. Hoje, a pobreza é

extremamente multifacetada. Têm-se os tradicionais pobres, indigentes, famintos, analfabetos que estão aquém do mercado de trabalho, bem como existem os pobres e os excluídos, com escolaridade mínima, qualificação profissional média, imigrantes discriminados e jovens desempregados, entre tantas outras formas de pobreza.

Há um empobrecimento significativo e uma exclusão expandida. A chamada “globalização da economia” está reproduzindo, em seu contexto, uma maior aceitação da concentração da riqueza, aumento das taxas de desigualdade social e pobreza crescente. Nessas condições, a seguridade social apresenta-se como política pública imprescindível para garantir serviços/programas/benefícios de proteção social, assim como para alavancar processos e políticas que, realmente, reduzam as situações de privação das condições básicas de sobrevivência, de forma que seja possível atenuar a exclusão de uma parcela expressiva da população. Entretanto, como discutiu Puyana (2002), as expectativas não são tão otimistas enquanto prevalecer um modelo de crescimento que reproduz a concentração da renda e que, além disso, não combate as causas reais da pobreza: a concentração do capital e fatores políticos, que induzem a que os objetivos das políticas tendam a perpetuar o “status quo”, ou seja, as limitações da globalização têm imposto ao governo indicadores econômicos e políticos que excluem os pobres, os quais, sem uma efetiva representação política, não possuem força e nem coesão para lutar contra essas políticas economicistas e nem mesmo condições para se defender de seus efeitos negativos, incrementando a exclusão daqueles que compõem, pelo menos, os 25% mais pobres da sociedade latino-americana, em especial o Brasil, por sua elevada renda e altos níveis de desigualdade social.

A assistência social, como política pública, poderia ter papel de destaque na reversão desse quadro, por meio da construção de uma rede de proteção social que privilegiasse a articulação entre as ações desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade. Torna-se essencial a intersectorialidade entre as políticas públicas e a complementaridade entre as áreas sociais e econômicas, visando à inclusão dos destinatários dessa Política Nacional de Assistência Social. Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os preceitos constitucionais, reafirmados na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social e Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e de forma integrada com as políticas econômicas, visando ao desenvolvimento local e, ou, regional, envolve, entre seus objetivos, assegurar que as ações implantadas tenham a família como principal referencial, buscando, especificamente, o desenvolvimento integral dos seus destinatários (BRASIL, 1999a).

Em consonância com o disposto na LOAS, a Política Nacional de Assistência Social atua, assim, em função de certos princípios e funções, visando ao desenvolvimento de seus destinatários. Conforme prescrito em documentos oficiais (BRASIL, 1999a), essa política rege-se pelos **Princípios Democráticos** extensivos às populações urbanas e rurais: universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; respeito à dignidade do cidadão; igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; e promoção da equidade, no sentido da redução das desigualdades sociais e enfrentamento das disparidades regionais e locais, no acesso aos recursos financeiros.

Com relação à **Administração e Gestão das Ações**, destacam-se os seguintes princípios: primazia da responsabilidade do Estado, em cada esfera de governo, na condução da política de assistência social, em interação construtiva com a sociedade, para o enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão; centralidade na família, para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, considerando-se a mesma como a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco e formem um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo uma economia, para contribuição de seus membros (Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997); descentralização político-administrativa, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com ênfase na municipalização; comando único na gestão das ações em cada esfera de governo; e participação da população na formulação da política de assistência social e no controle das ações, por intermédio de conselhos, conferências e fóruns em cada esfera do governo.

No que concerne aos **Destinatários da Política Nacional de Assistência Social**, pode-se ressaltar que eles devem integrar formas fragilizadas de sociabilidades familiar, comunitária e societária; que são os segmentos excluídos, involuntariamente, das políticas sociais básicas e das oportunidades de acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade, priorizando-se os indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais, em condições de vulnerabilidade próprias do ciclo de vida; que ocorrem, predominantemente, em crianças de zero a cinco anos e em idosos acima de 60 anos; assim como aquelas pessoas em condições de desvantagem pessoal, resultante de deficiência ou de incapacidades, que limitam ou impedem o indivíduo no desempenho de uma atividade considerada normal, para sua idade e sexo, em face do contexto

sociocultural no qual se insere. Além disso, em situações circunstanciais e conjunturais, como abuso e exploração comercial sexual infanto-juvenil, trabalho infanto-juvenil, moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e vítimas da exploração comercial das drogas, crianças e adolescentes vítimas de abandono e da desagregação familiar, crianças, idosos e mulheres vítimas de maus tratos.

No que diz respeito às **Funções da Política Nacional de Assistência Social**, pode-se afirmar que estas estão inscritas na Constituição brasileira, estando relacionadas com o direito à cidadania, com vistas a garantir o atendimento das necessidades básicas dos segmentos populacionais, vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social. A complexidade dos fatores que envolvem os destinatários da Política Nacional de Assistência Social exige a construção de projetos que privilegiem os segmentos da população excluídos dos bens e serviços existentes na sociedade. Tais projetos devem ser fruto de ações articuladas entre a assistência social e as demais políticas públicas, numa perspectiva integral e integrada, ou seja, o novo paradigma da assistência social, centrado na cidadania, tendo quatro funções: **inserção** — entendida como forma de inclusão dos destinatários da assistência social nas políticas sociais básicas, propiciando-lhes o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população; **prevenção** — no sentido de criar apoio às situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão resvale do patamar de renda alcançado ou perca o acesso, que já possui, aos bens e serviços, mantendo-o incluído no sistema social, a despeito de estar acima da linha de pobreza e, ou, atendido pelas políticas socioeconômicas setoriais; **promoção** — vista como a função de promover a cidadania, eliminando relações clientelistas que não estão pautadas por direitos a que submetem, fragmentando e desorganizando os destinatários da Assistência Social; e **proteção** — compreendida como a atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizada por meio de ações de redistribuição de renda, direta e indireta.

Percebe-se claramente que, em função do discurso teórico apresentado, a Política Nacional de Assistência Social revela-se eficaz e eficiente no contexto da pobreza multifacetada e da exclusão social presentes em nosso país. Porém, na prática, esse discurso não se aplica, de tal forma que seus princípios, suas funções e objetivos possam ser cumpridos e os seus destinatários, atingidos. Assim, a população carente convive com um discurso teórico e enfrenta, diariamente, uma realidade contrastante.

2.2. A assistência social à criança e ao adolescente

A LOAS, em seu capítulo I, artigo 2º, inciso I, enfatiza a atuação da Assistência Social com respeito à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, destacando, assim, a família em toda a sua extensão, enquanto maior beneficiária da política em questão. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em sua página 7, elegeu a criança e o adolescente como prioridades absolutas, ou seja:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Acrescenta, no inciso XXIII, do Artigo 7º, a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

De acordo com Documentos Oficiais (BRASIL,1999b), a política de atendimento à criança e ao adolescente visa garantir o direito à sobrevivência, ao desenvolvimento e à integridade para todo o referido segmento. O artigo 86 traz a natureza dessa política, estabelecendo que o atendimento far-se-á por um conjunto de ações governamentais e não-governamentais da União, dos estados e dos municípios. Essa é a definição da política de atendimento: um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, ou seja, ações organizadas pelo governo e pela sociedade civil. Tais ações se dão em três níveis: federal, estadual e municipal.

Nesse contexto, várias têm sido as iniciativas, dos três níveis anteriormente mencionados, para garantir o cumprimento das leis e modificar o atual cenário brasileiro em que um grande número de crianças e adolescentes se encontram em situação de extremo risco e vulnerabilidade, como: o trabalho infantil, em situação degradante, insalubre e perigosa; o tráfico e uso de drogas; a prostituição infanto-juvenil; e a violência doméstica, entre outros problemas sociais que comprometem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em nosso país.

De acordo Documentos Oficiais (BRASIL, 1996), a faixa etária de 7 a 14 anos é considerada de extremo risco e vulnerabilidade, por se tratar de uma fase de descobertas, curiosidades e, até mesmo, de formação do caráter e personalidade das crianças/adolescentes. Na referida literatura, ressalta-se, ainda, que a expansão dos serviços assistenciais, voltados a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, justifica-se com

base em alguns aspectos significativos. O primeiro diz respeito ao fato de se ter um contingente expressivo de crianças e adolescentes, com precário acesso às suas legítimas oportunidades de desenvolvimento e proteção. Por exemplo, considera-se que, para as crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, a educação tem uma centralidade inquestionável. Constitui um requisito fundamental para que as pessoas tenham acesso a conhecimentos e sociabilidade, requeridos como um novo patamar para as relações sociais, como quer a modernidade.

Existem atualmente diversos serviços assistenciais voltados para o grupo etário de 7 a 14 anos, no período complementar à escola. Tais serviços recebem variadas denominações: centros de convivência, clube da turma, centros da juventude, núcleos comunitários, núcleo socioeducativo infanto-juvenil etc. Esses programas, de acordo com registros documentais (BRASIL,1996), compõem uma malha de serviços heterogêneos, não possuindo, ainda, uma identidade, a ponto de se tornarem uma referência clara, dos pontos de vista político e técnico. Em sua maioria, esses programas são geridos por entidades filantrópicas ou organizações comunitárias, instituições governamentais e, mais recentemente, por fundações empresariais. Em geral, cumprem apenas uma função compensatória. Constroem-se à margem dos demais serviços, emanados do conjunto das políticas públicas. Têm, às vezes, objetivos equivocados ou pouco ambiciosos, no tocante à inclusão efetiva de crianças/adolescentes na sociedade. Além disso, muitos desses programas assistenciais apresentam ainda como justificativa o seu caráter preventivo dos processos de marginalização e abandono. Em nome da prevenção, entretanto, tais programas acabam limitando-se às atividades meramente ocupacionais, perdendo de vista uma proposta mais densa de formação integral. A criança e o adolescente de classe média freqüentam uma série de atividades culturais, desportivas ou de lazer, que complementam a escola, sem, contudo, estar em questão o fato de essas atividades serem ou não preventivas. Suas escolhas estão vinculadas aos interesses próprios de sua idade e às suas necessidades, enquanto seres humanos. É preciso que esta seja, também, uma atitude em relação aos programas complementares para as crianças das camadas populares. O efeito preventivo será, eventualmente, uma consequência e não um objetivo específico, em ambos os casos.

Nos últimos anos, muitas experiências positivas têm surgido como grandes iniciativas por parte do governo federal, em parceria com os estados e municípios. É na área da Assistência Social, especialmente por intermédio de entidades de cunho filantrópico, que os programas complementares se colocam como serviço, com presença

importante em todos os municípios. Na última década, conforme apresentado por BRASIL (1996), os governos estaduais e municipais começaram a assumir de forma mais ativa essas ações, com programas assistenciais voltados para a população infanto-juvenil, em situações de pobreza. O desenho desses programas evidencia, sobretudo, que os níveis de qualidade e as concepções diferenciadas seguem caminhos paralelos ou, muitas vezes, conflitantes. A multiplicidade de tipos de projetos e as mudanças de nome, com que são identificados, mostram, por um lado, a flexibilidade programática e a capacidade de adequação às demandas mais emergentes. Por outro lado, fragilizam o debate sobre a importância desses serviços assistenciais e a avaliação de seus resultados e impactos, bem como a necessária ampliação de sua cobertura. É preciso, portanto, consolidar uma identidade que dê ênfase à proteção integral e que essa referência seja claramente difundida.

2.3. Programas de proteção integral à criança/adolescente

O Programa de Proteção Integral pode ser definido, de acordo com os Documentos Oficiais (BRASIL,1996), em sua página 19, como:

Aquele que realiza atividades voltadas à proteção, desenvolvimento e socialização de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, tendo como princípio fundante a intercomplementariedade de propósitos e de ações entre família, escola e comunidade. Outra particularidade deste programa de proteção integral é que se destina ao grupo infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade resultante da pobreza, discriminação, abandono e exclusão. É, portanto, um programa de proteção, no âmbito da política de Assistência Social.

De acordo com BRASIL (1996), um programa de proteção social envolve, necessariamente, oferta de atividades socioeducativas, de esporte e lazer, no período posterior à escola, ou em período integral, para aqueles que estão provisoriamente fora da sala de aula. Inclui, também, apoio e insumos diversos ao núcleo familiar, objetivando a melhoria da qualidade de vida, assim como a permanência, o retorno e o sucesso escolar das crianças e adolescentes.

A criança, ao ter direito à proteção integral, poderá ter mais chances de realizar a sua formação de modos diversificado e equilibrado. Os programas devem favorecer essa diversidade, constituindo-se num espaço e numa ação que proporcionem ao seu público

“o direito de ser criança/adolescente”, permitindo a construção da cidadania, através da vivência, dos aprendizados, dos conflitos e das alegrias, em diferentes momentos do programa. Os serviços de proteção integral são um instrumento fundamental de promoção da equidade e da igualdade social que a Assistência Social pode promover.

A proteção para esse grupo etário é, ao mesmo tempo, específica e genérica. É específica porque desenvolve atividades socioeducativas complementares e articuladas à escola. Entretanto, é genérica porque é uma proteção que busca inserir esse grupo nas várias redes de proteção existentes na comunidade, que devem ser, também, estendidas ao sistema familiar como um todo.

A complementariedade com relação à escola supõe o desenvolvimento de atividades promotoras do crescimento educacional que favoreçam o sucesso escolar pelo aumento da bagagem de informações e vivências, bem como pelos apoios social, afetivo e intelectual oferecidos. Não se trata de um programa compensatório ao insucesso do ensino regular. Os programas têm sua própria finalidade, devendo estar articulados e integrados à escola fundamental, sem a pretensão de substituí-la. A complementariedade com relação à família se dá pela possibilidade de convivência social e de estímulo à construção da identidade pessoal e grupal, em que novos vínculos de afeto e segurança vão se formando. Além disso, é importante reconhecer que a ausência da família no processo de educação dos filhos é um fenômeno crescente, não sendo exclusivo das faixas populacionais em situações de pobreza (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, o programa não substitui a família nas suas funções precípuas, mas trata de engajá-la como parceira. Entretanto, as famílias empobrecidas necessitam, algumas vezes, de apoios diversos, na forma de complementação da renda familiar, apoio psicossocial, acesso ao lúdico, melhoria da qualidade de vida ambiental e atendimento às suas demandas de justiça.

A complementariedade dos programas com relação às famílias não significa o descarte da co-responsabilidade familiar. Especialmente nas famílias empobrecidas, os programas devem trabalhar com a perspectiva da emancipação e da livre participação do grupo familiar.

Os programas complementares facilitam a articulação da família e da escola, na busca de desenvolvimento e uma participação melhor, em todos os níveis, para as crianças e adolescentes atendidos. Essa integração, ou articulação estabelece uma nova sinergia no espaço local e nas relações dentro desse espaço, redescobrimo-se na comunidade os canais para a realização dos direitos e a construção de novos projetos

coletivos (BRASIL, 1996).

A família, a escola e a comunidade formam um tripé estratégico, quando são implantados programas para o desenvolvimento das populações em situações de pobreza e exclusão. As relações e os espaços que compõem esse tripé são extremamente importantes quando interconectados na mobilização e desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos a elas relacionados, ao mesmo tempo que processa o atendimento às demandas e projetos de seus membros.

Podem ser observados, nesse sentido, alguns indicadores importantes para os programas de proteção integral, como os apresentados por BRASIL (1996): a) o programa deve prever um investimento concreto no desenvolvimento da infância e da adolescência e na melhoria de sua situação social e educacional; b) o programa deve oferecer um leque de atividades e de vivências que promovam e estimulem o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes; c) o programa deve solidificar raízes na comunidade/“habitat” dos meninos e meninas, articulando serviços, recursos e oportunidades intracomunitárias, expansivas do desenvolvimento e da socialização; d) o programa deve encarregar-se de fazer um planejamento detalhado e cuidadoso de cada projeto/atividade, buscando, sobretudo, uma boa qualidade na relação entre educadores e crianças; e e) o programa deve garantir aos seus profissionais formação continuada.

Amaral et al. (1989) e MPAS (2002) citaram exemplos desses programas de atenção integral desenvolvidos por fundações municipais, governos estadual, municipal e federal, entidades da sociedade civil, agências internacionais, destacando-se:

a) Programa combatendo o trabalho infantil

O Programa Combatendo o Trabalho Infantil, criado em 1996, envolve um conjunto de quatro subprojetos localizados nas cidades de Belo Horizonte, Salvador e Franca e em cinco municípios do Mato Grosso do Sul. O projeto é fruto de uma parceria do UNICEF com diversas organizações locais. Além das entidades executoras, o projeto tem envolvido a participação de instituições religiosas, universidades, sindicatos e outros. Seu público-alvo é formado por famílias de baixa renda com filhos de 7 a 14 anos que estejam trabalhando ou que se encontrem em situação de grave risco social. O programa concede a essas famílias um auxílio financeiro de valor variável, sob a condição de que estas se comprometam a coibir o trabalho infantil e comprovem a

matrícula e frequência dos filhos na escola. Complementarmente, desenvolve ações de assistência familiar, qualificação profissional de adultos e capacitação de professores da rede escolar.

Este projeto é uma experiência-piloto, de caráter provisório, cujo objetivo central é contribuir para a gestão e aperfeiçoamento de políticas permanentes de prevenção e combate do trabalho infantil.

b) *Pioneiros mirins*

O programa foi criado em 1996, por decreto do governo estadual do Amazonas atendendo a famílias com limite de renda de dois salários mínimos e com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos residindo há dois anos consecutivos nos municípios assistidos. Dirigido pela Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social, o programa concede bolsas aos cadastrados. A operacionalização é baseada no acompanhamento diário de quatro horas nas sedes dos Pioneiros Mirins, onde as crianças recebem reforço escolar e participam de oficinas de aprendizagem em artesanato, paisagismo, horta e jardinagem e de atividades de esporte e lazer. Atividades de integração familiar e outros benefícios também são concedidos, como: cestas básicas, material escolar, farda etc.

c) *PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*

Este programa, instituído pelo governo federal, foi criado no ano de 1998, objetivando erradicar, em parceria com os diversos setores governamentais e da sociedade civil, o trabalho infantil em atividades de risco, tanto nas zonas urbanas quanto rurais. Envolve um conjunto de metas que visam à eliminação do trabalho infantil nas atividades consideradas “perigosas, insalubres, penosas ou degradantes”, de forma a ampliar o universo cultural e o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, com vistas à melhoria do desempenho escolar e à inserção no circuito de bens, serviços e riquezas sociais. Tem como principais referências o núcleo familiar, a escola e a comunidade.

d) Bolsa-escola

O Programa Nacional do Bolsa-Escola, criado em 2001, é um programa de parceria entre os municípios e o governo federal, com o propósito de conceder benefício monetário a famílias carentes em troca da manutenção de suas crianças nas escolas. Assim, seu objetivo geral é incentivar, por meio de apoio financeiro, o progresso educacional das crianças de famílias de menor renda, estimulando a universalização do ensino e contribuindo para diminuir a evasão escolar e a repetência. Também visa garantir em todos os municípios brasileiros, temporariamente e em dinheiro, um valor mínimo (R\$15,00) mensal por aluno, limitado a R\$45,00 por família, cuja renda mensal “per capita” seja de até ½ salário mínimo e que tenha filhos e, ou, dependentes com idade entre sete e 15 anos matriculados e freqüentando o ensino fundamental.

d) Sentinela

Trata-se de um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes abusados e, ou, explorados sexualmente, bem como de seus familiares. Busca atender, de forma especializada, crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, propiciando-lhes, quando necessário, abrigo e todo o atendimento psicológico de que necessita, ou seja, apoio e acompanhamento psicossocial. Este programa, por ser relevante no contexto da exploração sexual infanto-juvenil e constituir uma recente proposta governamental para o assunto, merece atenção especial.

O programa Sentinela foi criado em 2001 pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, que descreve as suas diretrizes gerais, ressaltando os seguintes objetivos:

- I) Desenvolver ações sociais especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, proporcionando-lhes serviços que permitam construir, em um processo coletivo, a garantia de seus direitos fundamentais, o fortalecimento de sua auto-estima e o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida.
- II) Proporcionar a inclusão social de crianças e adolescentes abusados e, ou, explorados sexualmente e de suas famílias, nas ações desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais de atendimento e, ou, defesa de direitos.

III) Inserir as famílias das crianças e dos adolescentes abusados e, ou, explorados sexualmente em programas de geração de trabalho e renda, bem como de formação e qualificação profissional.

IV) Contribuir para a articulação de um sistema de informações sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente.

V) Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento social às crianças e jovens vitimados sexualmente.

VI) Contribuir para o fortalecimento das ações coletivas de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

VII) Proceder ao exame diagnóstico da situação, identificando fatores que determinaram suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua remissão no curto, médio e longo prazos.

O programa é operacionalizado através de serviços municipais implantados no município, de acordo com o problema identificado:

A) Para os casos de crianças e adolescentes vitimados por violência, abuso e exploração sexual, o atendimento ocorre através dos “Centros de Referência”. O Centro de Referência é uma base física que o município implanta para o desenvolvimento de serviços que executam ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vitimados pela exploração sexual.

B) Para os casos de crianças e adolescentes abusados sexualmente, o atendimento ocorre através das “Famílias Acolhedoras”. O Serviço Família Acolhedora é implantado pelo município, constituindo uma rede de famílias voltadas para a proteção integral das crianças e adolescentes vitimados pelo abuso sexual, garantindo-lhes, por meio do acolhimento familiar, direito à convivência familiar e comunitária.

No contexto brasileiro, em que a exploração sexual infanto-juvenil é um fenômeno marcante e complexo, o Programa Sentinela constitui-se numa política articulada de enfrentamento da questão.

2.3.1. Visão geral dos Programas de Atenção à Infância e à Adolescência

A apresentação destes programas teve por objetivo ilustrar a Política Nacional de Assistência Social voltada para a criança e o adolescente na faixa etária entre 7 e 14 anos, foco de análise desta pesquisa, procurando-se enfatizar seus objetivos, o público-alvo e a forma de funcionamento.

Os Programas PETI, Bolsa-Escola e Sentinela permanecem no campo de atuação em diversos Estados, pois são programas de grande expressão nacional, veiculados na imprensa escrita e falada. De acordo com informações da Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas, o Programa Combatendo o Trabalho Infantil foi adaptado aos moldes do PETI devido à pertinência dos objetivos a que se destinava. Os resultados desses programas são satisfatórios, dos pontos de vista ocupacional e da atenção especializada para a faixa etária, uma vez que na maioria dos municípios esse tipo de atendimento não era disponível. Assim, pode-se inferir que os programas apresentados, de modo geral, visam à promoção do sistema familiar e, conseqüentemente, das crianças e adolescentes, fornecendo-lhes as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral e a prevenção das diversas formas de exploração infanto-juvenil.

Algumas pesquisas de avaliação desses projetos têm mostrado certas lacunas a serem preenchidas por tais programas, a exemplo de uma articulação direta entre família, escola e comunidade que representam a rede social das crianças/adolescentes, que deveriam estar integradas. Outro ponto a considerar é a ausência de parâmetros de monitoramento e avaliação desses programas, reduzindo seus resultados à mera descrição numérica e subjetiva. As dificuldades para a gestão desses projetos que, em sua maioria, são idealizados pelos governos federal e estadual, mas colocados em prática pelos municípios, são as mais variadas possíveis, comprometendo sua eficiência. Entre essas dificuldades, destaca-se a carência de recursos material e humano, além da própria adequação destes à realidade local.

Esses problemas ressaltam uma questão muito importante, pois nem sempre o que está prescrito na lei é colocado totalmente em funcionamento. Existe uma defasagem entre a lei e a realidade dos programas sociais de atendimento à criança e ao adolescente. Na opinião de Mendonça (2002), esse desafio da política de atendimento à infância e à adolescência derivou-se do fato de que a reforma social brasileira partiu de princípios como descentralização, participação social e universalização da atenção, com equidade (segundo a tendência internacional), visando elevar o bem-estar social da criança dentro das famílias, reduzir a exclusão social e garantir-lhe direitos básicos. Entretanto, em razão das crises econômicas, esbarrou numa situação de contenção dos gastos públicos, bem como em taxa de desemprego, pobreza e indigência, que se traduziram numa elevação da precariedade e no aumento dos riscos para a infância e juventude. Assim, o esperado desenvolvimento social, que deveria desembocar em uma

nova política de assistência social, no contexto da seguridade social, não alcançou suas expectativas. Para a referida autora, os desafios que ficam para os executores das políticas de proteção integral às crianças/adolescentes seriam a expansão de formas alternativas e mais democráticas de agir, que trabalhem as iniciativas dos indivíduos/famílias, de acordo com suas escolhas e disponibilidade orçamentária, e, principalmente, que reforcem os vínculos institucionais locais, em torno dessa política de atendimento.

2.4. Proteção integral: aspectos da lei e da realidade

Entre a lei e a realidade observada nos jornais e noticiários diários, no que se refere à proteção integral da criança/adolescente no Brasil, percebe-se um quadro incoerente entre o que se propõe e o que realmente se tem disponível. Isso é comprovado quando se observa, através da imprensa escrita e falada, que um grande número de crianças se encontra envolvido com drogas, tráfico, exploração sexual, violência e trabalho infantil, entre outros. Tal questão, como afirmou Souza (2001), “embora o Brasil possua, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (EAC), uma das mais avançadas legislações de proteção às crianças e adolescentes, as estatísticas e as evidências do dia-a-dia mostram uma grande distância entre o que a lei concebe e o que a realidade dispõe, em razão do elevado grau de exclusão da sociedade brasileira, conjugado com a descontinuidade das políticas sociais, bem como pelo direcionamento inadequado dos seus recursos em não atingir efetivamente seu público-alvo e, principalmente, por não conseguir romper com as causas estruturais das desigualdades sociais e por não existir uma verdadeira cultura democrática e participativa”.

Segundo Guterman (2003), em torno de 25% dos brasileiros, dos 41,6% dos 5.507 municípios, estão abaixo da linha de pobreza, conforme dados do “Atlas de Exclusão Social no Brasil”, organizado por pesquisadores da UNICAMP, USP e PUC Paulista, divulgado em 22/01/2003. Isso significa dizer que 2.290 cidades, principalmente das regiões Norte e Nordeste (mostrando a divisão regional da pobreza e da exclusão), apresentam um índice baixo no conjunto de sete variáveis: pobreza dos chefes de família, emprego formal (trabalhadores com carteira assinada), renda e suas distribuições, alfabetização e anos de escolaridade, além do risco juvenil, dimensionado pelo índice de concentração de jovens e pelo índice de violência. O referido autor

ressalta que esse “Índice de Exclusão Social”, além de ser mais amplo que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ao incluir, por exemplo, homicídios e emprego formal, pode ajudar a monitorar as políticas sociais.

De acordo com os Documentos Oficiais (BRASIL,1999b), a pobreza incide sobre 40% do grupo etário de 7 a 14 anos, atingido mais de 10 milhões de adolescentes, com crianças pertencentes a famílias com renda “per capita” de até ½ salário mínimo mensal. Dados estatísticos do IBGE/PNAD de 1995 indicam que o trabalho infantil atinge 3,8 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 14 anos (11,41% do total dessa faixa etária), dos quais 1,3 milhão pertence a famílias com renda “per capita” mensal de até ½ salário mínimo. O documento “Indicadores Sociais, Crianças e Adolescentes” (IBGE, 1991) denuncia que 200.000 crianças e adolescentes se declaram vítimas de agressão física. Outros estudos apontam a pobreza e a indigência como situações que contribuem para a exploração sexual comercial. Nesse contexto, considera-se que a Política Nacional de Assistência Social deveria atuar, de forma mais eficaz, na reversão dessa situação.

Para Zandoval (1996), a partir dos estudos realizados sobre as políticas sociais de atendimento à criança, pode-se constatar que as ações do Estado nesse contexto estiveram, durante muito tempo, voltadas para a implementação de políticas sociais de caráter paternalista, ligadas às políticas assistenciais. Pode-se considerar, portanto, que houve um avanço político no país a partir da década de 80, decorrente dos processos políticos e dos instrumentos legais gerados, os quais exigem uma nova postura ética, nas relações Estado e Sociedade Civil, impondo um fim às políticas assistencialistas, de caráter paternalista. Pode-se dizer que os Programas de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente tendem a refletir tal postura da relação Estado e sociedade civil.

Apesar de as iniciativas governamentais para a criança e o adolescente se mostrarem como um avanço no que se refere à proteção integral, outros são os problemas que dificultam, ou impedem, que a realidade comentada faça jus à lei. Entre esses, podem ser citados o fato de a demanda atendida nem sempre ser satisfatória; a própria burocracia das tramitações entre governo, estados e municípios, que dificultam a eficiência das ações em face da escassez de recursos humano e material; e a própria carência de uma ação que possa incorporar a família num âmbito maior, que venha a lhe proporcionar melhor qualidade de vida. Isso se evidencia em Silva (1999), ao afirmar que a qualidade dos serviços assistenciais é um desafio tão grande quanto o seu reordenamento político-institucional. Na cultura tutelar reinante em nosso país

permanece uma regra difícil de ser eliminada: “para pobres bastam programas pobres”. É na base dessa regra que os serviços e programas assistenciais acabam produzindo ações precárias, pontuais, descontínuas, com péssima qualidade e insatisfatórias.

Para Sposati (1999), os municípios encontram-se incompetentes para administrar e executar as políticas de Assistência Social, na maioria dos casos. As prefeituras aprenderam, nas últimas décadas, a ser subservientes às regras dos governos estadual e federal. Há um longo processo a cumprir, por parte das prefeituras, de capacitação, para que assumam o papel executivo e articulador dos recursos e forças sociais legais.

Em seus discursos, os autores apresentam situações problemáticas que enfatizam a importância da avaliação constante das Políticas Públicas de Assistência Social, principalmente as de atendimento à criança e ao adolescente, considerando que os jovens de hoje serão os cidadãos de amanhã, como forma de vir a transformar a lei em realidade concreta e de qualidade. Silva (1999) ressaltou que os serviços assistenciais precisam ganhar qualidade desde a porta de entrada de seus usuários, como: eliminando filas, perdendo o hábito de fazer verdadeiras inquisições sobre a vida dos usuários para lhes dar alguma ajuda; além disso, precisam investir numa relação e em processos restauradores da cidadania, produzindo serviços bons, articulados e que possam alterar a qualidade de vida dos empobrecidos. É preciso ampliar as opções e escolhas de benefícios/serviços, pois não se deve trabalhar com a idéia de que para pobres basta uma única opção na atenção aos seus problemas. É preciso, finalmente, ampliar o conceito de mínimos de proteção social, porque estes não podem se desencadear para uma opção reducionista.

A discussão apresentada preconiza uma reflexão sobre a teoria e a prática, o que evidencia a necessidade de um processo contínuo de avaliação das políticas públicas de assistência social, sobretudo aquelas voltadas para a criança e o adolescente. Avaliação essa que ultrapasse os limites dos números e se concretize na realidade, permitindo-se, assim, o direcionamento de novas ações, considerando a realidade e promovendo a sensibilização, mobilização e participação da sociedade.

2.5. A avaliação de políticas sociais

Para compreender questões relacionadas à avaliação de políticas sociais, torna-se necessário conhecer a própria origem das pesquisas dessa natureza. Nesse sentido, Perez (2001) relatou que a expansão das pesquisas de avaliação de políticas deu-se,

principalmente, nos Estados Unidos a partir dos anos 60, no momento de consolidação dos programas de combate à pobreza. Tais programas federais americanos foram um importante marco no desenvolvimento dessas pesquisas. Entretanto, as bases dessas pesquisas empíricas (inquéritos, avaliação pluridisciplinar), que se relacionam, primeiramente, com os domínios dos programas educativos e sociais, assentaram-se, tanto no poder federal quanto na orientação intervencionista das ciências sociais “aplicadas”, nas conseqüências da ação governamental.

De acordo com Perez (2001), no Brasil a pesquisa de avaliação ainda é bastante incipiente, e a preocupação com esse tema desenvolveu-se apenas nos anos 80, e de forma desigual entre as distintas políticas.

A avaliação de políticas sociais tem sido tema de grande discussão nos meios acadêmicos e governamentais, sobretudo no que diz respeito aos projetos e programas de atendimento a crianças e adolescentes. Mas, em grande parte, as avaliações já realizadas sobre programas e projetos desta natureza têm sido irregulares e, muitas vezes, baseadas em informações pessoais ou numéricas.

Para Aguilar (1994), a avaliação tem como objetivo conhecer como vai o programa (possui limitações, quais e como podem ser solucionadas). Além disso, qual a situação entre o que se propôs e o que está sendo alcançado. Em poucas palavras, trata-se de saber qual é o nível de atendimento dos objetivos e das metas propostas dentro de um programa ou projeto em andamento, ou seja, como está a prestação do serviço ou mesmo se está sendo modificada uma situação-problema. Através do processo de avaliação, pode-se:

- Estabelecer o grau de pertinência, idoneidade, efetividade/eficácia e eficiência/rendimento de um projeto ou programa.
- Determinar as razões dos êxitos e fracassos e facilitar o processo de tomada de decisões para melhorar e, ou, modificar o programa ou projeto.
- Estabelecer até que ponto ocorreram outras conseqüências ou efeitos imprevistos.

De acordo com Rico (2001), nos últimos anos se constatou uma mudança surpreendente nas atitudes referentes às atividades avaliativas e ao tipo e qualidade das provas que devem ser consideradas válidas, quando se trata de determinar o êxito ou fracasso relativo de um programa. Duas características principais foram constatadas nessa nova atitude referente à avaliação:

- Em primeiro lugar, hoje em dia se supõe que todo programa racional de ação social deve vir acompanhado de um processo de avaliação, e, posteriormente, há uma tendência para que sejam exigidas provas mais sistemáticas, rigorosas e objetivas de êxito.

Lobo (2001) ampliou tal discussão quando relatou a importância de se levar em conta, na avaliação de programas sociais, a questão dos aspectos teóricos subjacentes a esses programas, que estão sendo executados. Afirmou, ainda, que o fato de se negligenciarem tais aspectos leva a um risco de compreensão estreita e distorcida sobre o que realmente se está avaliando, bem como das variáveis que explicam o sentido, o ritmo e a direção tomados por essas ações governamentais. Há que refletir sobre questões como o ambiente político no qual os programas se desenvolvem; as forças políticas que se contrapõem ou se alicerçam para apoiar ou sabotar o programa; o ideário econômico-financeiro, que preside a determinação sobre a alocação do gasto público; as concepções sobre a maior ou menor necessidade de democratização do Estado; e a visão sobre os princípios da eficiência, efetividade e eficácia das ações governamentais, na área social.

Faria (2001) complementou, ainda, que o objetivo precípua da avaliação dos programas sociais é aprimorar sua capacidade de oferecer adequada atenção aos cidadãos. Assim entendida, a avaliação é parte essencial da formulação dos programas sociais, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Aguilar (1995) sistematizou o processo de avaliação quando se referiu às formas ou tipos de avaliações, recorrendo a quatro critérios de maior interesse prático: segundo o momento em que se avalia, segundo o papel ou função da avaliação, segundo a procedência dos avaliadores e segundo os aspectos do programa, que são objeto de avaliação.

De acordo com o **momento** em que se faz a avaliação esta pode ser definida como:

- **Avaliação antes (ou ex-ante):** é feita antes de tomar a decisão de empreender um programa ou projeto, ou de aprovar sua realização. Consiste em avaliar o projeto em si, mediante a estimativa crítica de sua pertinência, viabilidade e eficácia potencial, com a finalidade de proporcionar critérios racionais sobre a conveniência ou não de levar a cabo um programa ou projeto.

- **Avaliação durante a execução (avaliação contínua):** é feita durante a fase de execução, fornecendo informação sobre o andamento do programa com uma ponderação dos resultados. Seu objetivo básico é avaliar as mudanças situacionais, isto é, estabelecer até que ponto se está cumprindo e realizando o programa ou prestando um serviço, de acordo com a proposta inicial.
- **Avaliação expost:** é a que se realiza, uma vez que o projeto chegou ao fim. Em sentido estrito, existe uma diferenciação entre a avaliação do fim do projeto e a avaliação “expost”. Assim, a avaliação do fim do projeto é a que se faz uma vez concluída a fase de execução; enquanto a avaliação “expost” propriamente dita é levada a cabo quando o programa ou projeto alcançou seu pleno desenvolvimento ou, mesmo, finalizou sua execução. Trata-se, em última instância, de duas formas de avaliação de dados, que dão informações sobre a execução, o funcionamento e os resultados ou efeitos de um programa.

Segundo as **funções** que deve cumprir, a avaliação pode ter dois enfoques:

- **Avaliação somativa:** refere-se aos estudos dos resultados ou efeitos de um programa. Através dessa modalidade avaliativa se determina até que ponto foram cumpridos os objetivos ou produzidos os efeitos previstos. Determina o valor de um programa uma vez que foi desenvolvido e investiga os efeitos, comparando-os com as necessidades dos usuários ou beneficiários.
- **Avaliação formativa:** refere-se ao seguimento que se realiza durante o processo de execução de um programa ou projeto. Fornece informação acerca do modo de desenvolver o referido processo e serve, basicamente, para ajudar a pôr em andamento um programa ou para melhorar o que está sendo posto em prática.

Segundo a **procedência dos avaliadores**, pode-se distinguir quatro tipos de avaliação:

- Avaliação externa:** é aquela que recorre a avaliadores, que não pertencem e nem são vinculados (direta ou indiretamente) à instituição executora do programa ou projeto em avaliação. Geralmente, esse tipo de avaliação recorre à participação de especialistas contratados pela instituição.
- Avaliação interna:** é feita com a participação (como avaliadores) de pessoas que pertencem à instituição gestora do programa ou projeto, mas que não são diretamente responsáveis pela execução.

c) Avaliação mista: é uma combinação das anteriores; é feita por uma equipe de trabalho, que inclui avaliadores internos e externos.

d) A auto-avaliação: as próprias pessoas implicadas na execução do programa são encarregadas das atividades avaliativas. São elas que julgam suas próprias atividades para determinar se estão cumprindo as metas propostas.

Segundo os **aspectos do programa**, que são objeto de avaliação, a classificação distingue 10 áreas de avaliação: sete delas se referem à coerência interna do programa ou projeto, enquanto as três restantes estão associadas à coerência externa. O primeiro caso trata-se de uma avaliação formal, enquanto o segundo, de uma avaliação substantiva:

A) Avaliação formal: atende aos componentes internos do programa; julga-se a pertinência formal e potencial do programa, isto é, a coerência interna entre seus diferentes componentes.

B) Avaliação substantiva: trata de julgar a pertinência das conquistas do programa, em relação com os problemas ou necessidades que afetam a população destinatária e que deram origem à intervenção. Enfim, julga a pertinência real do programa.

Nos tipos de avaliação apresentados, pode-se perceber a importância desse processo, sobretudo nas políticas sociais (programas e projetos). Castro (1989) enfatizou a importância da avaliação na formulação e implementação de políticas, ao afirmar que a avaliação é o instrumento de análise mais adequado para saber se uma política está sendo implementada, no sentido de observar criticamente a distância entre as conseqüências pretendidas e aquelas efetivadas, detectando as disparidades entre metas e resultados.

Segundo aquele autor (1989), caso haja uma ampliação da tarefa de avaliação para além da mensuração entre metas previstas e os resultados, na implementação de dada política ou programa social, procurando detectar os nexos causais explicativos do seu baixo grau de efetividade, será possível obter informações adicionais, que podem ser utilizadas para alterar os programas e seus modos de implementação. É possível, também, acompanhar o progresso de um programa em fase de implantação, procurando examinar as suas mudanças de curso, uma vez que a implementação de políticas sociais “são parte de um processo de interação”, caracterizado por efeitos não previstos, que podem redesenhar continuamente o curso das ações desenvolvidas, num contexto histórico concreto.

Nesse sentido, Padua et al. (1996) enfatizaram a necessidade de que as políticas e programas sociais sejam avaliados nos moldes do PPP (método do planejamento, processo e produto): quando cada etapa é continuamente avaliada, permite-se, por meio de indicadores estabelecidos, examinar a eficácia de cada atividade e, ao mesmo tempo, adotar estratégias e mecanismos de reajustes e readaptações.

Dentro dessa realidade, Silva et al. (2001) afirmaram que, para uma maior eficiência e eficácia de programas sociais que visem ao aumento da renda e à diminuição da desigualdade social, a exemplo da Bolsa-Escola e Renda Mínima, além de uma criteriosa focalização nas famílias mais pobres, o benefício recebido deverá estar associado a um acompanhamento da realidade cotidiana da família, para que mecanismos importantes sejam experimentados na busca permanente da emancipação da família. Assim, avaliar políticas e programas sociais é um desafio para os governos e a sociedade civil como um todo, uma vez que seus diversos aspectos devem ser considerados e refletidos na ação política e, além disso, todas as suas etapas devem ser incluídas, desde o planejamento e a execução até o término previsto das atividades propostas. É preciso fugir dos julgamentos pessoais e dos números que muito explicam sobre a questão quantitativa, mas que qualitativamente pouco refletem. Torna-se necessária uma avaliação voltada para os caminhos da eficiência e da eficácia que contemple, de alguma maneira, o público beneficiário, quando maior será a probabilidade de que as políticas e os programas possam alcançar os objetivos propostos, induzindo à qualidade de vida e bem-estar social.

Nesta pesquisa, as perspectivas utilizadas para a avaliação do programa em questão foram as seguintes:

- A) Segundo o **momento**, considerou-se a avaliação do fim do projeto (**expost**).
- B) Segundo as **funções**, investigaram-se os efeitos do projeto, comparando-os com as necessidades dos usuários (**avaliação formativa**).
- C) Segundo a **procedência** do avaliador, considerou-se a **avaliação interna** a participação de pessoas que pertencentes à instituição gestora.
- D) Segundo os **aspectos** do projeto, considerou-se a **avaliação substantiva**, que julga a pertinência das conquistas do projeto em relação às suas necessidades formal e potencial

2.6. Base conceitual

Segundo Costa (2002) e Sulbrand (1994), a implementação e gestão das políticas sociais de forma geral e, mais especificamente, as políticas/programas de assistência social à criança/adolescente têm enfrentado problemas porque têm bases teóricas frágeis, as quais não são explicitadas nem nos próprios programas e nem nas avaliações. Base teórica pode ser considerada frágil porque não está pautada na realidade local, não está envolvendo o público-alvo como um todo, seus atores e seu contexto. Políticas sociais voltadas para a criança e o adolescente são, em sua maioria, iniciativas emergenciais, idealizadas verticalmente.

Nesse sentido, procurou-se, para a realização desta pesquisa, propor uma metodologia que teve por objetivo viabilizar uma análise da trajetória histórica do Programa Criança Cidadã, enfatizando sua estruturação, gestão e avaliação, em termos do nível de satisfação com relação aos resultados alcançados, assim como do próprio fato da extinção, especificamente, de que fatores e do porquê o programa foi extinto. Para tanto, essa metodologia adotada envolveu as percepções de todos os segmentos envolvidos no programa, ou seja, a criança/adolescente, a família, a comunidade (lideranças socioinstitucionais), o município, o Estado do Amazonas e o governo federal.

Essa perspectiva de análise utilizada tem por princípio orientador que a avaliação deve considerar todas as partes envolvidas no Programa, uma vez que um programa dessa natureza não existe isolado, mas diretamente relacionado com todos os segmentos que, direta ou indiretamente, interagem com ele. Assim, a perspectiva de análise adotada está baseada num programa de pesquisa sobre questões familiares proposto por Cochran (1988), que tinha como objetivo examinar os aspectos debilitantes de um programa de atendimento às famílias americanas com filhos pequenos, visando identificar e formular estratégias que proporcionassem o “empowerment” (empoderamento) familiar ou parental.

Cochran (1988) e seus colaboradores se basearam na abordagem da ecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979), que enfatizou a importância de um conjunto de estruturas ou sistemas ambientais, cada uma distinta da outra, mas todas interligadas, para prover o desenvolvimento de todo o contexto.

Esse autor considerou que a estrutura mais diretamente envolvida com a criança é a família, a qual deve ser o centro da intervenção de qualquer programa que esteja

relacionado com a questão ou com os assuntos familiares. A segunda estrutura mais imediata à família está relacionada com o sistema social informal de suporte familiar, constituído de uma rede pessoal de relações e de intercâmbios com parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho (personal social “networks”). Um terceiro sistema, um pouco mais distante da criança, mas com poder influenciador, dado o seu impacto sobre os pais, são as instituições culturais e econômicas, como local de trabalho, escolas, igrejas, serviços públicos.

A hipótese dessa abordagem é de que toda a família, com suas variedades de formas, possui força para estimular o desenvolvimento da criança. Reforçar esses poderes implica o empoderamento parental, essencial no desenvolvimento e implementação de qualquer programa de suporte à família e às crianças. Outros importantes fatores para a perspectiva do empoderamento parental estão relacionados à percepção que os pais têm de si próprios como tais, às atividades entre pais e filhos e à sua rede social de intercâmbios, baseada no suporte mútuo. Para a implementação do programa, deve-se prover um exame sistemático de todas essas estruturas ou fatores que irão refletir o seu sucesso ou falha.

Privilegiaram-se os pressupostos teóricos e metodológicos de Cochran (1988), os quais enfatizam a importância do conjunto de estruturas ou sistemas ambientais, cada uma distinta, mas todas interligadas para prover o desenvolvimento do contexto (criança/adolescente, família, sistema social informal e sistema social formal). Considera-se, ainda, que seria necessário um estudo sistemático dessas estruturas, que repercutem sobre o sucesso ou fracasso de um programa, tendo-se, assim, o eixo norteador desta pesquisa.

CAPÍTULO III

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Procurou-se relatar neste capítulo a metodologia utilizada para alcançar os objetivos aqui propostos. Assim, os procedimentos metodológicos foram estruturados em termos de: local do estudo, população e amostra, características da amostra selecionada, instrumentos de coleta de dados, descrição e operacionalização das variáveis de análise e procedimentos de análise.

3.1. Local do estudo

O município de Carauari está situado à margem esquerda do médio Vale do Rio Juruá, na Amazônia brasileira. Pertence à microrregião 02 da classificação da FIBGE e à microrregião 04 do Juruá, limitando-se com os municípios de Juruá, Tefé, Itamarati e Tapauá. Localiza-se a cerca de 780 km de Manaus, capital do Amazonas (em linha reta) e a 1.676 km por via fluvial. Tem uma altitude de 60 metros acima do nível do mar, latitude de 67°/55° e longitude a oeste de Greenwich de 67°/24°. Sua população é estimada em 30.000 habitantes, encontrando-se distribuída, segundo Silva (1997), entre a zona urbana (22.000 habitantes) e a zona rural (8.000 habitantes).

A maioria da população sobrevive da caça, pesca e agricultura. Conta com uma

estrutura básica de atendimento médico-hospitalar, assistência social, energia elétrica e água encanada, ruas pavimentadas, escolas, bancos, correios, órgãos federais e estaduais, diversas igrejas e exército (Tiro-de-Guerra), entre outros serviços. Com relação aos profissionais com formação superior, o município conta com uma equipe de 4 médicos, 1 paramédico, 1 enfermeira, 3 dentistas, 6 professores de Licenciatura Plena e 1 Economista Doméstica. Tais profissionais estão vinculados diretamente à prefeitura, ao governo federal ou ao estadual.

3.2. População e amostra

O objeto de estudo do presente trabalho é o Programa Criança Cidadã, que foi executado no município de Carauari, especificamente as famílias contempladas, no ano de 2000, cujos filhos participaram do programa durante o ano letivo. A opção de estudar as famílias — que estiveram envolvidas no Programa, no ano de 2000 — deve-se ao fato de ter sido esse um ano de consolidação do Programa, no que se refere ao funcionamento e à estruturação de um local fixo, que pôde dar maior identidade ao Projeto. Pelo fato de este estudo dar ênfase às avaliações e considerações realizadas pela mãe/responsável, o instrumento da coleta de dados foi direcionado à mãe, por ser ela quem está mais diretamente ligada à participação dos filhos no Programa e a tudo que diz respeito à família em estudo.

Optou-se por analisar o Programa Criança Cidadã em função de a pesquisadora¹ ter um amplo conhecimento da sua realidade, o que pôde subsidiar o estudo, com sua vivência e experiências. De acordo com Demo, citado por Rodrigues (1996), a familiaridade do pesquisador com o objeto de estudo, a convivência e a vivência são fatores primordiais para que se possa dimensionar, com mais precisão, o que acontece no cotidiano de um programa desses, exigindo desse profissional conhecimento teórico e prática persistente, de forma que o resultado da pesquisa possa se transformar em iniciativas práticas.

3.3. Características da amostra selecionada

Foi selecionada uma amostra sem intencionalidade de 54 famílias cadastradas

¹ A pesquisadora, autora desta pesquisa, foi Coordenadora de Programas Sociais da Prefeitura Municipal de Carauari, AM, no período de 1999-2000, incluindo o Programa Criança Cidadã.

regularmente no Programa, correspondendo a 27% do universo de 200 famílias beneficiadas, cujas crianças, do sexo feminino e masculino, participaram ativamente durante todo o ano letivo de 2000, isto é, que não desistiram antes do encerramento das atividades do ano.

Tal escolha foi uma forma de obter uma visão geral do nível de satisfação das famílias com relação ao Programa, bem como de ter-se um perfil dessa amostra. Além disso, a seleção incluindo as famílias participantes teve por objetivo uma melhor avaliação do Projeto em si e da sua extinção.

As mesmas 54 famílias cadastradas e beneficiadas no início foram, também, entrevistadas após a extinção do Programa, para que fosse possível uma análise comparativa. Aproveitando o regresso à região para dialogar com os beneficiados sobre essa extinção, foram tomados depoimentos de mais fontes para ter-se uma visão mais ampla da questão, conforme especificada a seguir:

- **Crianças/adolescentes:** foram selecionadas aleatoriamente e por disponibilidade 15 crianças/adolescentes que deram depoimentos, durante a execução do Programa, sobre a importância dele em suas vidas e o seu nível de satisfação. Posteriormente, cinco dessas crianças foram entrevistadas para falar de sua percepção com relação à extinção do Programa Criança Cidadã.
- **Lideranças socioinstitucionais²:** foram tomados depoimentos de membros de 34 órgãos e instituições existentes na comunidade que, direta ou indiretamente, estavam envolvidos com o Programa: Escola Estadual Belarmino Gomes, Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro (Tiro-de-Guerra), Banco da Amazônia S.A., Escola Estadual Oswaldo Nascimento, SUSAM (Sistema Único de Saúde da Amazônia), Escola Estadual São José, Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Escola Municipal Firmino Bastos, Igreja Católica (MSF), Companhia Energética do Amazonas, Escola Estadual Francisco Alves, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Fazenda, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Escola Estadual Nazaré Varela, Banco do Brasil S.A., Escola Estadual Nair Alves da Silva, Igreja Pentecostal, Irmãs Franciscanas, Movimento de Educação de Base, Secretaria Municipal de Educação (03), Pastoral da Juventude, Rádio Local, Escola Estadual Sérgio Rufino de Oliveira, Instituto

² Entende-se por liderança socioinstitucional o conjunto de representantes ou integrantes das instituições e órgãos constituídos existentes na comunidade, sejam públicos, sejam privados, que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

Brasileiro do Meio Ambiente, Companhia de Saneamento do Amazonas, Casa Comercial, FUNDEPROR, Empresa de Correios e Telégrafos, Polícia Militar, Maçonaria e União das Nações Indígena.

- **Secretaria Municipal de Assistência Social de Carauari:** foram tomados depoimentos de três funcionários diretamente envolvidos com o Programa Criança Cidadã desde a sua criação até a extinção, que representavam aquela instituição e que se dispuseram a colaborar com informações para a pesquisa.
- **Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado do Amazonas:** foram entrevistados três funcionários diretamente envolvidos com o Programa Criança Cidadã desde a sua criação até a extinção, representantes de instituição e dispostos a colaborar com informações para a pesquisa.
- **Secretaria de Estado de Assistência Social:** foi entrevistado o coordenador-geral do Projeto Cunhantã & Curumim, do qual se originou o Programa Criança Cidadã, que, representando aquela instituição, dispôs-se a colaborar com informações para a pesquisa.

3.4. Instrumentos de coleta dos dados

Na primeira etapa da pesquisa, a coleta dos dados foi feita por meio do método “survey”; quando foram aplicados questionários às famílias selecionadas do Programa Criança Cidadã, visando à sua caracterização e à identificação do seu “habitat” e das percepções sobre o Programa. Numa segunda etapa, procurou-se ter um posicionamento com relação à extinção do Programa, por meio dos depoimentos prestados por funcionários das instituições envolvidas. Considera-se, segundo Goode (1968), que através do questionário é possível conseguir respostas práticas e precisas com relação aos objetivos propostos, proporcionando, assim, um diagnóstico da realidade familiar.

Para maior participação do público envolvido com o Programa, inicialmente foram apresentados a proposta de pesquisa e o questionário a ser aplicado às Secretarias Municipais de Ação Social e Educação, como forma de inteirar a equipe e o órgão responsável pelo Programa e, ao mesmo tempo, receber informações sobre ele, na visão de seus planejadores. Em seguida, a mesma proposta foi apresentada às mães das crianças/adolescentes para informá-las sobre a pesquisa e a importância da participação delas no momento da aplicação dos questionários. Partindo dessa premissa, esperava-se que, através dessa apresentação, pudessem surgir, inclusive, sugestões para o

delineamento de determinadas questões consideradas oportunas, na percepção dos beneficiários do Programa.

Uma equipe de três professores, previamente selecionados em razão da familiaridade com o Programa e com as famílias, que efetuaram a aplicação dos questionários, receberam informações para tal atividade. Esse treinamento envolveu questões do questionário, para que não houvesse dúvidas no momento da visita domiciliar à família a ser entrevistada.

Foi realizado, também, um acompanhamento diário da rotina do Programa, em todas as suas atividades, e do envolvimento das crianças/adolescentes no mesmo. Nesse momento foi observada, ainda, a relação da criança/adolescente com a equipe e toda a estrutura do serviço oferecido, bem como o comportamento e anseios das crianças/adolescentes e suas famílias. Através da técnica de redação, as crianças/adolescentes puderam relatar essas observações à pesquisadora, consideradas como seus depoimentos.

O levantamento de informações sobre a evolução do Programa (desde sua implantação até a extinção) foi feito utilizando-se depoimentos, tomados dos segmentos envolvidos, como as Secretarias de Assistência Social do município e do Estado.

Além dessas duas técnicas de coleta de dados, foi necessário o uso das informações de fonte secundárias (documentos, dados censitários), retratando, cronologicamente, a estrutura e funcionamento do Programa, em toda a sua trajetória.

3.5. Descrição e operacionalização das variáveis de análise

3.5.1. Características dos perfis pessoal e familiar da criança/adolescente

Perfil da criança/adolescente – Idade em anos, sexo (feminino/masculino) e escolaridade (em anos de estudo).

Tamanho e composição da família – Tamanho médio da família e número médio de filhos por família.

Tipo de família – Família nuclear (pai, mãe, filhos), monoparental (pai ou mãe e filhos), extensa (pai, mãe, filhos e outros parentes), composta (pai, mãe e outros membros não-familiares) e outros (criança sem a presença dos pais).

Ciclo de vida das famílias – Formação (casal sem filhos ou com filhos menores de 12 anos), intermediária ou de maturação (casal que possui filhos adolescentes, maiores de

12 anos), e dispersão (casal acima de 50 anos, com filhos adultos e parte deles fora de casa).

Grau de instrução dos pais – Em termos de ensino fundamental incompleto e completo, ensino médio completo e incompleto e ensino superior medido por anos de estudo.

Nível médio de escolaridade da família – Medido pela razão entre o somatório dos anos de estudo de cada membro (maior de 14 anos) e esse número de membros familiares.

Renda familiar – Medida em real, sendo esta considerada o somatório da renda de todos os membros da família. Dessa foram obtidas a renda média e a renda “per capita” da unidade familiar, em reais³.

Ocupação – Principal atividade desenvolvida pelos pais nos mercados formal e informal e o principal local de ocupação.

Religião – Religião predominante da família: católica, evangélica, seita e outros.

3.5.2. Características do microambiente do sistema familiar

Tipo de aquisição da propriedade – Própria, alugada ou cedida.

Tipo de construção da casa – Alvenaria, madeira, palha e outros.

Energia elétrica da rede – Possui ou não possui.

Telefone – Possui ou não possui.

Abastecimento de água – Rede pública, poço ou cisterna e outros.

Destino do lixo – Coletado, queimado/enterrado, céu aberto ou outros.

Tratamento de água no domicílio – Filtração, cloração, sem tratamento ou outros.

Destino dos dejetos – Fossa seca, pau-da-gata⁴, fossa séptica ou outros.

³ Convém ressaltar que, para efeitos desta pesquisa, foi considerado o salário vigente no momento da pesquisa, que era de R\$168,00.

⁴ Pau-da-gata é um tipo de fossa seca, distinta da usual, comumente utilizada em regiões carentes do Amazonas. Caracteriza-se por um “buraco” cavado no chão, sobre o qual é colocado um “pau”. Nesse local são depositados os dejetos humanos, que não recebem nenhum tipo de tratamento posterior.

3.5.3. Percepção das unidades familiares sobre o Programa

3.5.3.1. Em termos das atividades

Atividades consideradas mais importantes – Esportivas (judô, vôlei, futebol), recreativas (jogos, brincadeiras, dança), educativas (palestras, filmes, reforço escolar), profissionalizantes (artesanato e oficinas em geral) e todas as atividades em conjunto.

Tipo de atividade que deveria ter maior tempo – Esportivas, recreativas e profissionalizantes, educativas ou mesmo tempo para cada uma delas.

Em relação à prática do judô e a relação com a violência – Sim ou não: pode prevenir a violência; pode incentivar a violência; não tem relação com a violência.

Se existe alguma atividade que o Programa não contempla – Sim (qual) ou não.

Conteúdos mais importantes – Saúde, bem-estar e qualidade de vida (higiene, saneamento básico, alimentação e prevenção de doenças), problemas sociais (drogas, violência e prostituição), convivência social e formação da personalidade (cidadania, religiosidade, grupos sociais).

Existe algum conteúdo importante não trabalhado – Sim (qual) ou não.

3.5.3.2. Relativo ao atendimento médico, odontológico e nutricional

Frequência do atendimento odontológico – Uma vez, de duas a três vezes, mais de três vezes ou nenhuma vez.

Frequência do atendimento médico – Uma vez, de duas a três vezes, mais de três vezes ou nenhuma vez.

Se houve acompanhamento familiar durante o atendimento – Todas às vezes, algumas vezes, nenhuma vez.

Se a criança já foi beneficiada com a doação de remédios – Sim ou não.

Avaliação do atendimento médico-odontológico – Ótimo, bom, satisfatório ou deixa a desejar.

Atendimento médico-odontológico antes do Programa – Mais facilmente, com dificuldade ou do mesmo jeito que no Programa.

Avaliação da merenda servida – Ótima, boa, satisfatória ou deixa a desejar.

Em relação à necessidade da merenda – É importante e necessária, desnecessária ou indiferente.

Cardápios que são mais aceitos – Mingau, sopa, cuscuz, arroz doce, macarronada, leite de soja.

Número de refeições diárias na família – 1 refeição (almoço ou jantar), 2 refeições (almoço e jantar) e 3 refeições (café, almoço e jantar).

Se houve dia em que a criança apenas se alimentou no Programa – Sim ou não.

Principal alimento servido em casa, em teor de proteína – Carne de boi, carne de porco, ovos, frango, peixe ou carne de caça.

3.5.3.3. Em termos do comportamento da criança/adolescente

Antes de participar do Programa, a criança/adolescente tinha problemas de comportamento – Sim (qual) ou não: na família ou na escola.

Qual a principal ocupação da criança – No momento em que não estava na escola.

Depois da inserção da criança/adolescente no Programa, observou-se alguma mudança de comportamento – Sim (qual) ou não: na família ou na escola.

Se a criança/adolescente comenta em casa sobre o que aprende no Programa e coloca em prática – Sim ou não e exemplos.

Avaliação da participação da criança/adolescente no Programa e a prevenção do uso de drogas e da prostituição – Se a família acredita que isso ocorre.

O que levou a família a matricular o filho no Programa –

3.5.3.4. Em termos do acompanhamento familiar

Avaliação da atenção e tratamento dispensados ao filho – Como as famílias percebem a atenção que dispensam aos filhos.

Avaliação das reuniões de pais – Como os pais avaliam as reuniões realizadas pelo Programa.

Participação nas reuniões – Todas às vezes, sempre que pode, algumas vezes ou nunca participou.

Se não costuma participar das reuniões, pode dizer o motivo ? – Sim (qual) ou não.

Auto-avaliação dos pais com relação à educação dos filhos – Como as famílias se auto-avaliam com relação à educação dos filhos.

Avaliação da atenção dispensada à criança/adolescente por parte do governo – Como as famílias avaliam a atenção que é dispensada pelo governo às crianças e

adolescentes.

Conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – Se a família conhece ou ouviu falar sobre ele.

Menores de rua – Avaliação da questão dos menores de rua e a quem a família atribui a responsabilidade.

3.5.3.5. Da estrutura geral do atendimento

Avaliação do local de atendimento (estrutura física e material) – Como a família avalia a estrutura física e material do programa.

Avaliação da equipe de trabalho do Programa – Como as famílias avaliam a equipe de trabalho do Programa.

Com relação ao número de crianças atendidas e a prevenção da exploração infantil, o Programa deveria atender – Maior número, o mesmo número, menor número ou não acredita que o Programa possa prevenir a exploração.

3.5.3.6. Em termos da avaliação geral do Programa e sugestões

Quais as críticas e sugestões das famílias para que o Programa pudesse ser melhor.

3.5.4. Posicionamento das crianças/adolescentes com relação à sua percepção do Programa

Percepção geral sobre o Programa do qual estava fazendo parte, sobretudo relacionada ao seu nível de satisfação com ele.

3.5.5 Posicionamento da liderança socioinstitucional com relação à sua percepção do Programa

Percepção sobre o Programa Criança Cidadã; Qual a visão da criança/adolescente no município de Carauari, bem como a importância do Programa nesse contexto; Qual a percepção com relação à execução e a resultados alcançados pelo Programa; e Críticas e sugestões.

3.5.6. Posicionamento das unidades familiares sobre a extinção do Programa

Percepção das famílias: identificação do nível de satisfação com relação ao término do Programa; Como ela ficou sabendo da extinção e se conhecia o motivo; O que mudou na vida da família depois da extinção do Programa; Se a família gostaria de que o Programa voltasse; Que tipo de programa ela escolheria para seu filho.

Situação atual da criança: se a mesma está participando de um novo programa, se está recebendo alguma bolsa; Qual a importância que a família atribui à bolsa; Quais as diferenças do programa anterior para o atual; Se a criança sente falta do programa; Quais as vantagens e desvantagens do novo programa e as diferenças de um para o outro; O que mudou na vida da família depois da inclusão de criança/adolescente em novo programa, especificamente no que diz respeito ao benefício ou bolsa recebida.

3.5.7. Posicionamento das crianças/adolescentes sobre a extinção do Programa

Qual a sua percepção sobre a extinção do Programa; Como tomou conhecimento e quais as razões da extinção do Programa; Qual o seu posicionamento com relação à extinção.

3.5.8. Posicionamento da Secretaria Estadual de Assistência Social e da Secretaria de Estado da Assistência Social com relação à sua percepção do Projeto Cunhantã & Curumim

Foram levantadas questões pertinentes ao Projeto Cunhantã & Curumim, que financiou o Programa Criança Cidadã, como:

Qual a percepção sobre a realidade das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos no Estado e município; Quais os principais problemas enfrentados por crianças e adolescentes carentes nessa faixa etária; Qual a visão geral do Projeto Cunhantã & Curumim; origem do Projeto; Quando e por quem foi idealizado e criado o Projeto; Qual a pretensão com relação ao envolvimento das famílias atendidas; Custo anual e repasse dos recursos; Principais dificuldades encontradas para o gerenciamento e fiscalização; Avaliação geral do Projeto; Existência de um município-modelo de gerenciamento do Projeto; Visão “antes e depois” do Projeto com relação à situação de crianças e adolescentes no Estado; Pontos positivos e negativos do Projeto; Qual a

pretensão do Estado com os Programas de Proteção Integral para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos; Por que o Projeto Cunhantã & Curumim foi extinto; Quando e por que isso ocorreu; Quais os impactos percebidos com a extinção do Projeto; Como ficou a situação das crianças e adolescentes que participavam dele; O que é o Projeto Sentinela e qual a sua perspectiva.

3.5.9. Posicionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social com relação à sua percepção do Programa Criança Cidadã

Foram levantadas questões pertinentes ao Programa Criança Cidadã, desde a sua origem até a sua extinção, como:

Como surgiu o Programa Criança Cidadã; Quais as principais dificuldades encontradas para sua execução; Pontos positivos e negativos; Resultados e conquistas do Programa; Qual a percepção com relação às famílias envolvidas; Qual a avaliação geral que se fez do Programa; Por que o Programa Criança Cidadã foi extinto; Quais os impactos previstos desta extinção sobre as crianças e adolescentes e respectivas famílias; Qual a situação das crianças e adolescentes após a extinção; Qual a percepção do Projeto Sentinela e perspectivas; Qual a percepção sobre a situação atual da criança e adolescente no município; Qual a importância dos Programas de Proteção Integral nesse contexto.

3.6. Instrumentos para a análise de dados

Os dados desta pesquisa obtidos via questionários foram tabulados e analisados por meio de métodos estatísticos descritivos (medições de frequências simples e média). Tal procedimento foi adotado tendo em vista a própria natureza descritiva-exploratória do estudo em questão.

As frequências foram discutidas, apresentando-se e discutindo aquelas de maior expressividade, sendo as médias também descritas. Com relação às questões abertas existentes nos questionários, inicialmente foram categorizadas pela sua frequência e agrupada conforme a semelhança entre elas, sendo, então, relatadas na pesquisa. Os depoimentos tomados das crianças e adolescentes foram utilizados como forma de “ilustrar” a realidade apresentada pelas famílias.

Os documentos foram analisados considerando a sua procedência (utilizando-se, assim, somente documentos oficiais), sendo as informações relevantes descritas na pesquisa.

Assim, a análise realizada enfatizou os dados obtidos de todas as fontes utilizadas, inter-relacionando-os de forma a proporcionar uma visão global das questões avaliadas. Ressalta-se, porém, que o principal foco de análise desta pesquisa se concentra no posicionamento das famílias, sendo as outras categorias complementares.

CAPÍTULO IV

4.1. Origem e evolução do Programa Criança Cidadã

Neste capítulo, procurou-se descrever a origem do Programa Criança Cidadã e a sua relação com o Projeto Cunhantã & Curumim, apresentando seus objetivos e impasses, bem como caracterizando sua estrutura de funcionamento no decorrer de sua existência. As fontes utilizadas constituíram-se de documentos disponíveis e depoimentos de representantes do município que estavam vinculados ao Programa no momento de sua criação.

4.1.1. A origem

No ano de 1997, quando uma nova gestão política tomou posse no município de Carauari, interior do Amazonas, a equipe de trabalho da Prefeitura Municipal local detectou que um dos problemas enfrentados pela comunidade era a ausência de opções de lazer e recreação para as crianças e adolescentes, ou melhor, de programas que os atendessem de forma personalizada e que, de alguma maneira, pudesse formar melhor esses jovens e prevenir os problemas sociais, como uso de drogas, a prostituição, a violência e, principalmente, de perambularem pelas ruas.

Convém ressaltar que este momento, início do ano de 1997, coincidiu com a mudança de gestão dos governadores de Estado e dos prefeitos municipais. Assim, além

das ideologias básicas do partido político, que sempre versam sobre uma melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo daquelas menos favorecidas, há sempre um empenho maior no sentido de criar novas propostas de trabalho, que demonstrem as intenções do novo governo. Nesse sentido, a criação do Programa Criança Cidadã, pelo município de Carauari, apresenta-se como uma iniciativa, no mínimo, conveniente e necessária ao município.

De acordo com informações prestadas pela coordenação da FUNDEPROR (Fundação de Desenvolvimento e Produção Rural), que naquele momento participava do Programa Criança Cidadã, a implantação dessa fundação foi em razão de uma necessidade própria do município, ou melhor, da existência de crianças carentes que viviam à mercê da sociedade. Como a FUNDEPROR já possuía projetos, como a industrialização do leite de soja, hortas caseiras e outros trabalhos voltados para a comunidade, sentiu-se, então, a necessidade de engajar nesses projetos algumas crianças dos bairros, principalmente aquelas que tinham carência nutricional e deficiência escolar. Em razão desses critérios, foram selecionadas 60 crianças (divididas em dois turnos, manhã e tarde). A faixa etária era de 8 a 13 anos, não rigidamente determinada, ressaltando-se que essas crianças deveriam estar matriculadas na rede normal de ensino e ser carentes.

Na sede da FUNDEPROR, essas crianças recebiam reforço escolar, aulas práticas sobre hortas e merenda enriquecida com leite de soja. Havia uma instrutora que as orientava, e, sempre que possível, alguma instituição era contactada para enviar palestrantes que pudessem falar sobre temas importantes e educativos, como higiene bucal, fabricação de brinquedos, artesanato em geral, brincadeiras e jogos, entre outros. Não havia um planejamento determinado e nem profissionais qualificados para o trabalho com crianças e adolescentes, mas existia um grande empenho por parte de seus gestores.

Além dessas atividades, as crianças aprendiam atividades profissionalizantes ligadas à agroindústria e vendiam os produtos fabricados no mercado, como doces, picolés e verduras. O objetivo dessas vendas era a necessidade de gerar receita a partir do que era fabricado, sem interromper as atividades escolares normais e nem do Programa. Da renda obtida com a venda do material fabricado pela criança/adolescente, 25% era para as crianças adquirirem material para si próprios. Tal comercialização fazia com que as crianças tivessem melhor noção em lidar com dinheiro, e havia uma grande aceitação dos produtos pela cidade, bem como um grande interesse das crianças em

participar dessas atividades artesanais. Porém, esse tipo de trabalho foi bloqueado pela direção do Ministério do Trabalho, alegando que o mesmo poderia ser considerado uma forma de exploração infantil, pois as crianças eram menores de 14 anos. As mães não ficaram satisfeitas e nem mesmo as crianças com o fim da comercialização e, também, da pequena renda que recebiam, mas a decisão do Ministério do Trabalho foi acatada.

Essa decisão de proibir o “trabalho” das crianças e adolescentes, apresentada pelo Ministério do Trabalho, é bastante controversa. Inicialmente porque aquele trabalho não se constituía em um fim específico, de vínculo empregatício, mas sim uma complementação das atividades realizadas no Programa. Além disso, a legislação é bastante clara ao impedir que crianças e adolescentes menores de 16 anos trabalhem, mas as crianças já executavam esses pequenos trabalhos (como vender picolés e verduras) antes mesmo de ingressarem no programa e, provavelmente, continuariam a fazê-lo, mesmo que não fosse mais uma atividade do Programa. Diante desse impasse, questiona-se essa decisão não somente pelos argumentos apresentados, mas também pela insatisfação dos próprios pais e crianças/adolescentes. Esse tipo de questão está sendo recusada pela OIT e UNICEF, desde o momento em que as crianças/adolescentes passaram a ser ouvidos nas questões que envolvem suas vidas. Assim, estão sendo consideradas proibitivas aquelas tarefas que coloquem em risco a vida da criança e que as impeça de freqüentar a escola, de descansar e brincar, ou seja, quando o trabalho passa a ser explorado e pernicioso socialmente (Hilbig, 2003).

Com relação aos familiares, normalmente ao final de cada mês era realizada uma reunião com todo o grupo para que fosse informado o desempenho da criança na escola e seu comportamento em casa. As unidades familiares recebiam, então, um “rancho”, o que equivale a uma cesta básica, que muito contribuía para aquelas famílias que, muitas vezes, não possuíam um rendimento fixo, de fonte segura e estável.

De acordo com informações da professora e orientadora do Programa Criança Cidadã, desde a sua criação algumas dificuldades foram encontradas, entre elas a falta de pessoal qualificado para o trabalho dessa natureza e de curso de capacitação para a orientadora. Além disso, a estrutura física era pequena demais para o número de crianças atendidas. Mas os pontos positivos foram maiores do que os negativos, segundo ela, pois as crianças aprendiam mesmo a cultivar hortaliças, melhorando a alimentação da família e até gerando renda. Outro ponto positivo estava relacionado com a educação, pois essas crianças recebiam reforço e tinham que estar bem na escola.

As professoras percebiam que as crianças que freqüentavam o Programa Criança Cidadã tinham um diferencial, eram interessadas em estudar e bem-educadas.

De acordo com a coordenação da FUNDEPROR, as principais dificuldades do Programa estavam relacionadas com a falta de recursos específicos para o mesmo, que era gerido pela parceria entre a FUNDEPROR e a Prefeitura Municipal de Carauari. Faziam-se necessários mais recursos, que possibilitassem uma ampliação do Programa, em termos do público atendido, da estrutura do atendimento e com respeito a recursos humano e pessoal qualificado. Mas, mesmo com as dificuldades, o Programa foi muito importante para uma complementação escolar. A criança que saía da escola já não mais ficava nas ruas, pois tinha o Programa como ocupação. Sabia que teria merenda todos os dias e que, no final do mês, receberia um “rancho” para o sustento da família.

A coordenação da FUNDEPROR ressaltou, ainda, que em Carauari 80% da população residia na zona urbana, e que o êxodo rural era grande. Então, as oportunidades em termos de emprego existentes eram, inicialmente, a prefeitura, depois a Petrobrás e, em seguida, o Estado, ou seja, não tinha como atender à demanda, fazendo com que os pais fossem para as roças trabalhar por diárias ou para a pesca. Nessas condições existia uma tendência de que os filhos fossem para as ruas pedir ou, mesmo, se envolverem em outros problemas. A partir do momento que essas crianças entraram no Programa Criança Cidadã, eles passaram a freqüentar, obrigatoriamente, a escola e ter atividades complementares, ocupando, assim, todo o seu dia. À noite, quando os pais retornavam para casa, podiam continuar a cuidar de seus filhos.

De acordo com as informações da FUNDEPROR, a iniciativa de um programa que atendesse especificamente ao público infante-juvenil surgiu desde o início de 1997. Mesmo com limitações financeiras e profissionais, essa iniciativa constitui a alternativa para as crianças/adolescentes, no sentido de que complementava o atendimento escolar e ampliava a sua formação, por meio de atividades variadas.

O Programa foi denominado Criança Cidadã pela Prefeitura Municipal de Carauari, sendo executado nos moldes descritos até o final de 1997, quando surgiu, em nível estadual, um projeto maior, denominado Cunhantã & Curumim. A partir daí, o Programa Criança Cidadã teve que sofrer adaptações para se adequar aos objetivos e propostas do novo projeto. Essa mudança era justificada pelo fato de que o Programa passará a ter um recurso específico para o atendimento às crianças e adolescentes do município de Carauari.

Apesar das limitações, percebe-se, dentro do contexto apresentado, que o Programa Criança Cidadã se apresentava como a única forma especializada, no município, de atendimento às crianças e adolescente, na faixa etária entre 7 e 14 anos. Considerando que Carauari é um pequeno município, que se encontra geograficamente distante e de difícil acesso a outros municípios ou, mesmo, da capital, tal iniciativa da Prefeitura, em parceria com a FUNDEPROR, foi o ponto de partida e de preparação para os novos rumos que tomariam as políticas locais de atendimento à criança e ao adolescente.

4.1.2. A criação do Projeto Cunhantã & Curumim e a consolidação do Programa Criança Cidadã

Várias são as formas de exploração infanto-juvenil, como é o caso do trabalho infantil. Mas uma forma particularmente cruel de violência contra crianças e adolescentes é a exploração sexual. De acordo com o Relatório Azul dos anos de 1998 e 1999, o ingresso na lógica do mercado do corpo é um ato a mais de violência sobre a criança/adolescente e que atinge, principalmente, as mulheres. Constitui um instrumento de exploração que desencadeia uma série de outras indústrias, como a do chamado turismo sexual e da pornografia infantil. A exploração sexual tem-se revelado como atividade econômica internacional, que vem ganhando atenção das autoridades.

O Estado do Amazonas, assim como outros estados do país, enfrenta o problema da exploração sexual infanto-juvenil. Tomando como referência a capital do Estado, Manaus, tal situação tende a se agravar pela existência de portos, onde o fluxo de passageiros e turistas é muito grande. De acordo com Barreto (1988), Manaus nasce no porto, lugar germinal e de passagem, no fluxo de entrada e saída daqueles que vêm à procura de um destino promissor. Em determinada área denominada “Centro Antigo”, situada ao lado da zona portuária, pode-se observar a predominância de ruas estreitas, de onde partiram as denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nela, os bares noturnos se aglutinam, para dar sustentação aos movimentos da navegação fluvial e receber as crianças e os adolescentes, que se deslocam dos bairros distantes e pobres para conseguir alguns trocados no cais do porto.

Nesse contexto da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Amazonas, sobretudo na zona portuária de Manaus, várias foram as denúncias por parte da mídia. Em 1994, O Jornal A Crítica, de 06/03/94, expõe ao público e às autoridades a

gravidade do problema, relatando a situação de três meninas (14, 15 e 17 anos), que faziam parte de uma legião de mais de 50, que se prostituíam, no Centro Antigo de Manaus. Cada uma tinha uma história que se diferenciava na narrativa, mas que se aproximava na trajetória. A reportagem de Antônio Paulo, também no Jornal A Crítica, de 01/10/95, mostra que meninas de 15 a 17 anos estavam freqüentando, indiscriminadamente, boates, bares e casas noturnas, em todos os cantos da cidade. Nesses lugares, as adolescentes passavam a noite dançando, bebendo e saindo em companhia de “cavalheiros” que pagavam, além da conta, para desfrutar o programa final da noite. A presença de “garotas de programa mirim” tinha se transformado em cena comum.

A situação denunciada pelas reportagens chamou bastante a atenção pela forma como eram relatadas as condições dessas crianças e adolescentes, vítimas da exploração sexual. Tais denúncias sensibilizaram não apenas a população para essa problemática, mas, também, as autoridades competentes.

De acordo com Documentos Oficiais do Estado do Amazonas (BRASIL, 1997), o governo do Amazonas, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, em parceria com o Escritório de Representação da SAS/MPAS, não poderia ficar insensível às denúncias, que invadiram a mídia nacional e a internacional, enfocando o tema “Exploração Sexual e Comercial Infanto-Juvenil”, que exigia providências para o entendimento dos problemas. Dessa forma, os governos estadual e federal apresentaram propostas, através do Projeto Cunhantã & Curumim, para o enfrentamento do problema, sendo priorizada a área de Assistência Social para o atendimento a crianças e adolescentes, em situação de alto risco na rua, buscando-se, através de ações integradas com educação, saúde e desporto, o seu retorno a uma convivência digna. A iniciativa do Estado, com o apoio do governo federal, buscou soluções, especificamente, para o Estado do Amazonas. Assim foi criado, em julho de 1997, o Projeto Cunhantã & Curumim, que viria beneficiar não apenas a capital do Estado, mas também os municípios, pois estes também se encontravam, na maioria das vezes, na mesma situação de exploração sexual infanto-juvenil. Apesar de ter sido criado em julho de 1997, o mesmo iniciou suas atividades no início de 1998, em virtude de todas as burocracias necessárias à implantação de um programa social, como orientação dos municípios e organização para a ação.

De acordo com as diretrizes apresentadas nos Documentos Oficiais do Estado (BRASIL, 1999), o Projeto Cunhantã & Curumim tinha por objetivo geral prevenir a

exploração sexual infanto-juvenil, através de ações integradas de saúde, educação, esporte, justiça e cidadania, no âmbito do Estado do Amazonas. Especificamente, pretendia-se desenvolver uma política de Assistência Social para a criança e o adolescente, voltada para o enriquecimento do seu universo informacional, cultural e lúdico, por meio de projetos que envolviam as seguintes ações:

- Reforço na aprendizagem escolar, que estimula a criança e o adolescente a concluir, no mínimo, o primeiro grau.
- Desenvolvimento de atividades para a vida, facilitando o domínio do cotidiano em família e na comunidade e o exercício da cidadania e, ainda, sua melhor inserção no mercado de trabalho.
- Atividades artísticas, que estimulassem a socialização, preenchendo as necessidades de expressão e troca cultural.
- Educação física e práticas desportivas que favorecessem o autoconhecimento corporal e a convivência grupal.
- Promoção da saúde, visando à prevenção de doenças e à melhoria da qualidade de vida, entendida como bem-estar físico, mental e social.

Além disso, tinha como objetivo apoiar a criança e o adolescente em seu processo de desenvolvimento e em estreita relação com a família e a escola.

O Projeto Cunhantã & Curumim foi implementado em municípios como Manaus, Itacoatiara, Maués, Tefé, Parintins, Humaitá, Autazes, Urucá, Novo Airão, Boa Vista dos Ramos, Manacapuru, Tabatinga, Amaturá, Tonantins, Santo Antônio do Içá, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Borba, Lábrea, Atalaia do Norte, Presidente Figueiredo, Iranduba, Maraã, Barcelos, Coari, Boca do Acre, Beruri, Nhamundá, **Carauari**, Caapiranga e Rio Preto da Eva, totalizando, assim, 33 municípios do Estado do Amazonas.

Para entender melhor por que este estudo utiliza a denominação de Programa Cunhantã & Curumim/Criança Cidadã no município de Carauari, é necessário que sejam detalhados os seguintes aspectos:

- O Programa Criança Cidadã é uma iniciativa do município, conforme explicitado no item anterior. Portanto, seus custos recaíam sobre a Prefeitura Municipal, que não possuía recursos específicos para esse Programa.

- O objetivo geral do Programa Criança Cidadã inicialmente se concentrava em atender as crianças e adolescentes do município, com atividades que pudessem promover uma ocupação e, conseqüentemente, evitar que eles se envolvessem em mazelas sociais, como drogas e prostituição, além de proporcionar-lhes uma melhor formação.
- O Projeto Cunhantã & Curumim foi criado como forma de prevenir a exploração sexual infanto-juvenil, e para isso suas atividades seriam baseadas nas mesmas atividades inicialmente propostas e realizadas pelo Programa Criança Cidadã, com algumas alterações.
- O Projeto Cunhantã & Curumim contava com recursos específicos para a sua execução, o que não era o caso do Programa Criança Cidadã.

Diante disso, o município de Carauari, ao ser contemplado com o Projeto Cunhantã & Curumim, passaria a contar com recursos específicos que pudessem melhorar o atendimento às crianças e adolescentes, sendo, assim, feita uma adaptação do Programa Criança Cidadã, de forma que este pudesse se enquadrar nos moldes do Projeto maior do Estado e, ao mesmo tempo, dispor de recursos para sua execução. Apesar de no município o Programa ter ficado conhecido como Criança Cidadã, o mesmo também era denominado, em âmbito estadual, Cunhantã & Curumim. Daí a denominação utilizada neste estudo, com o objetivo de explicitar melhor a trajetória desse Programa.

Assim, a partir deste momento o Projeto Criança Cidadã/Cunhantã & Curumim será apresentado apenas como Programa Criança Cidadã.

4.1.3. Caracterização do Programa Criança Cidadã no município de Carauari, AM

No ano de 1998, o Programa Criança Cidadã sofreu algumas modificações, com a finalidade de atender aos objetivos propostos pelo Projeto Cunhantã & Curumim. Nesse momento, o Projeto passa a ter um maior número de crianças e adolescentes atendidos, ampliando suas atividades. Porém, o município não contava com profissionais da área para que pudessem orientar melhor essas atividades, e, dessa forma, o atendimento não poderia ser muito modificado.

No ano de 1999, sentindo a necessidade de um melhor planejamento e orientação para o Programa Criança Cidadã e demais programas sociais executados pelo

município, a Prefeitura contratou uma profissional da área de Economia Doméstica, oriunda da Universidade Federal de Viçosa, para que esta pudesse fazer as modificações necessárias na estrutura geral do Programa, em consonância com os objetivos do projeto maior do Estado, buscando-se, assim, aperfeiçoar o atendimento.

A partir desse momento foram feitas mudanças no Programa, com a inclusão de novas atividades/conteúdos e um maior envolvimento dos pais das crianças e adolescentes atendidos. O Programa Criança Cidadã passa a ter novas orientações e novos direcionamentos na estrutura de funcionamento, buscando o desenvolvimento integral da criança/adolescente.

De acordo com Sodré (1999), o município de Caruaru possui uma população estimada em 30.000 habitantes, na sua maioria jovens, que necessitam desenvolver atividades que reforcem o processo educacional e possam ser úteis para um desenvolvimento mais saudável e que sejam voltadas para o esporte, a cultura e o engajamento social, visando prevenir todas as formas de exploração infanto-juvenil, assim como promover um melhor desenvolvimento físico, mental e social da juventude.

A preocupação maior desse Programa estava em ocupar as crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos, no período em que os mesmos não estivessem na escola, proporcionando-lhes um espaço para o seu desenvolvimento integral, com atividades orientadas para que fossem mais bem-instruídos para a vida e se prevenissem do uso de drogas, da prostituição e da violência. Além disso, considerando que o município não possuía opções de lazer adequadas para a faixa etária, o Programa seria também o espaço para a diversão e o lazer.

Em Sodré (2002), o Programa Criança Cidadã é caracterizado da seguinte maneira:

Natureza do Programa — O Programa Criança Cidadã é um projeto de proteção integral à criança e ao adolescente, visando, através de ações coordenadas, o enriquecimento cultural, informacional e desportivo dessas crianças e adolescentes. Tais ações tinham como finalidades específicas melhorar o relacionamento entre as crianças/adolescentes e o ambiente escolar e familiar e promover a melhoria da qualidade de vida, assim como a prevenção de doenças e o bem-estar físico, mental e social. O Programa sempre buscou o desenvolvimento integral e a prevenção de todas as formas de exploração infanto-juvenil, prestando seu atendimento diário, em horário posterior ou anterior ao escolar, atendendo a cerca de 200 crianças/adolescentes por ano.

Tal Programa em Carauari era gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o apoio dos governos estadual e federal.

Perfil do público atendido — Crianças e adolescentes carentes na faixa etária de 7 a 14 anos que estivessem matriculados na rede normal de ensino.

Estrutura disponível para o atendimento — O Programa Criança Cidadã contava com uma estrutura física composta de salas de aula, quadra de areia para jogos e brincadeiras, sala de judô, cozinha, banheiros e depósito de material e mantimentos. Com relação aos recursos materiais, o Programa dispunha de material didático e desportivo. A equipe de trabalho era constituída diretamente por: secretário de Assistência Social, coordenadora-geral (Economista Doméstica), professores instrutores de nível secundário, professor de educação física, professor de judô, merendeiras e vigias. Indiretamente, estavam envolvidos com o Programa todos os funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parcerias — O Programa contava, ainda, com o apoio direto da Secretaria Municipal de Saúde, prestando serviços de atendimento médico-odontológico; do Tiro-de-Guerra (exército), também para o atendimento médico-odontológico e com palestras; Secretaria de Educação, que cedia professores para a instrução; e outras instituições, que colaboravam ministrando palestras para o Programa e atividades afins.

Recursos financeiros — O recurso financeiro-base era de R\$25,00 “per capita” mensal, repassado pelo governo federal, através da Secretaria de Estado de Assistência Social. De acordo com informações da Secretaria de Estadual de Assistência Social do Amazonas, no ano de 2000 (janeiro a dezembro) foram repassados para os 32 municípios, que executavam o Projeto Cunhantã & Curumim, cerca de R\$3.000.000,00. No município, além do repasse do Governo Federal/Estadual, o município complementava com recursos próprios.

Atividades desenvolvidas — Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se: Atividades Recreativas e de Lazer (jogos, brincadeiras, teatro), Atividades Desportivas (futebol, vôlei, peteca, judô, ginástica), Atividades Profissionalizantes (oficinas variadas, artesanato, marcenaria, cultivo de hortas), Atividades Educativas (palestras, visitas, filmes e reflexões) e Atividades de Reforço Escolar (clube da leitura e apoio escolar).

Outras Atividades — Além das atividades citadas, o Programa ainda proporcionava às crianças e aos adolescentes atendidos visitas técnicas, passeios, participação em eventos do município, feiras e coral, entre outras.

Conteúdos abordados — Entre os conteúdos abordados nas palestras, nos filmes e nas reflexões, destacam-se: higiene pessoal, reciclagem do lixo, tratamento da água de consumo, datas cívicas, importância da alimentação, drogas, prostituição, violência, convivência família/comunidade/escola, o corpo e a puberdade, DST, meio ambiente e ecologia, plantas medicinais e prevenção de doenças, entre outros.

Serviços prestados — As crianças/adolescentes cadastrados tinham acesso à merenda balanceada diariamente e ao atendimento médico-odontológico, quando necessário; o mesmo acontecendo com as famílias das crianças, que recebiam consultas médicas, remédios e ranchos, quando necessário.

Acompanhamento/Avaliação — O Programa acompanhava as crianças e adolescentes atendidos, através de reuniões periódicas com os pais, de forma que estes informassem sobre o comportamento dos filhos e, ao mesmo tempo, dessem sugestões sobre a execução do Programa.

Planejamento das atividades — As atividades eram planejadas em conjunto com a equipe de trabalho e as sugestões dos pais. A equipe envolvida passava por treinamento semanal, buscando um planejamento mais detalhado das atividades, bem como o fornecimento de orientações que auxiliassem na condução dos trabalhos.

CAPÍTULO V

5.1. Sistema familiar e seu microambiente

Na caracterização do sistema familiar e seu microambiente, em que estão inseridas as famílias atendidas pelo Programa Criança Cidadã, procurou-se discutir algumas variáveis provenientes de fontes primárias que caracterizam o perfil socioeconômico dessas famílias, bem como suas condições de moradia e saneamento básico. Tais informações permitem uma melhor compreensão da realidade vivenciada por essas crianças e adolescentes e respectivas famílias.

5.1.1. Caracterização do perfil pessoal e familiar das crianças/adolescentes

Na caracterização do perfil pessoal e familiar, procurou-se identificar as seguintes variáveis: idade e escolaridade da criança/adolescente e de seus pais, a etapa do ciclo de vida familiar, o tipo de família, o tamanho da família, o número de filhos, a religião predominante, a renda familiar total e “per capita”, a principal ocupação dos pais e o local de trabalho. Para todos os dados foi utilizada a amostra anteriormente definida de 54 famílias.

5.1.1.1. A criança/adolescente

Os dados obtidos nesta pesquisa identificaram que as crianças/adolescentes, atendidos pelo Programa Criança Cidadã, possuíam, em média, 10,7 anos, o que justifica a sua participação no Programa, considerando que uma das exigências para o ingresso no mesmo era de que a criança/adolescente estivesse na faixa etária de 07 a 14 anos. Dessas crianças/adolescentes, 53,7% eram do sexo masculino e 46,3% do sexo feminino.

Observou-se que 40,74% das crianças/adolescentes possuíam dois anos de estudo, ou seja, quase a metade delas cursava apenas a 2ª série do ensino fundamental. Considerando que a maior fração relativa à idade foi de 11 anos (20,37%), pode-se inferir que cinco anos deveriam ser o número de anos de estudo, o que corresponderia à 5ª série do ensino fundamental, demonstrando-se, assim, o problema de uma defasagem escolar de aproximadamente três anos. Essa influência do trabalho sobre o desenvolvimento cognitivo da criança é relatado pela UNICEF (2003), ao afirmar que de duas, em cada 10 crianças que trabalham, não freqüentam a escola, fazendo com que a taxa de analfabetismo atinja 20,1%, contra 7,6% das crianças que não trabalham.

5.1.1.2. A mãe

As mães das crianças/adolescentes pesquisadas tinham, em média, 38,47 anos de idade, variando de 23 a 59 anos. Considerando que a idade mínima exigida para o ingresso de crianças/adolescentes no Programa é de sete anos e que a pesquisa identificou mães com idade de 23 anos, pode-se afirmar que estas tiveram filhos muito jovens, com apenas 16 anos de idade.

A escolaridade das mães variava de 01 a 18 anos de estudo, tendo 53,33% das entrevistadas apenas um ano de estudo, ou seja, somente a 1ª série do ensino fundamental. A escolaridade média era de 2,5 anos de estudo, correspondendo à 2ª série do ensino fundamental. Apenas 6,67% delas possuíam 11 anos de estudo, o que corresponde ao segundo grau completo.

As mães pesquisadas, em sua maioria (79,6%), não trabalhavam fora de casa. Apenas 8,2% exerciam a função de empregada doméstica, em casas de família, e 12,2% trabalhavam como auxiliar, incluindo os serviços gerais e de servente. O local de trabalho dessas mães eram escolas e outros departamentos, todos pertencentes e

vinculados diretamente à Prefeitura Municipal. O fato de essas mães não trabalharem fora de casa pode ser entendido pela própria falta de opção de emprego no município, que se agravava pela baixa escolaridade, o que as excluía das opções de trabalho no Estado ou município.

5.1.1.3. O pai

Assim como as mães, os pais também apresentaram idade mínima de 23 anos, variando até uma idade mais avançada de 62 anos. A idade média de 41,5 anos foi um pouco superior à das mães.

A escolaridade dos pais variou de 1 a 11 anos de estudo, em que 38,89% deles possuíam apenas um ano de estudo, ou seja, a 1ª série do ensino fundamental. A escolaridade média foi de 2,8 anos de estudo, e apenas 5,56% dos pais pesquisados tinham 11 anos de estudo, o que equivale ao 2º grau completo. Observou-se que o nível de escolaridade dos pais e das mães era praticamente o mesmo, considerado deficiente. Por meio desses dados, pode-se inferir que, se o nível de escolaridade tem condições de proporcionar melhores ocupações e, conseqüentemente, maiores faixas salariais, essas famílias não possuem condições de ter uma renda melhor, o que reflete negativamente na sua qualidade de vida.

Com relação à principal ocupação, verificou-se que 18% dos pais não trabalhavam fora de casa. De acordo com as bases extrativistas que caracterizaram historicamente a economia da região amazônica, ainda são encontradas famílias que se ocupam unicamente do extrativismo, ou seja, de atividades que buscam nos próprios rios e florestas o sustento diário, correspondendo a 26% dos pais pesquisados. A maior porcentagem de ocupação foi detectada como auxiliar (36%), em que se incluem os auxiliares de serviços gerais, vigias e atividades de apoio, entre outras. Como diaristas foram verificados 12%, seguidos de outras ocupações (6%), como o caso do comércio em geral.

O principal local de trabalho dos pais (31,7%) estava relacionado com a própria ocupação extrativista, ou seja, rios e florestas para as atividades de extração do peixe, do açaí e outros frutos, que, além de servirem para o sustento da família, eram vendidos nas ruas.

Foi identificado que 24,4% dos pais tinham como local de trabalho o Porto Urucu uma base de extração de gás natural da Petrobrás, instalada no município de

Coari, onde grande parte da mão-de-obra pertencia a Carauari. A Prefeitura foi identificada como outro local de trabalho dos pais, com 22%, enquanto os outros 22% estavam ocupados em locais diversos, incluindo aí lojas e comércios em geral.

Um fato curioso é que esses pais, que trabalhavam no Porto Urucu da Petrobrás, permaneciam na base por períodos mínimos de 14 dias, período esse em que recebiam toda a assistência médico-odontológica e nutricional, desenvolvendo atividades físicas, com acesso ao que se chama de “qualidade total”. Contudo, no período em que os mesmos regressavam ao lar, todas essas condições lhes eram privadas, pois todo o conforto se transformava em condições mínimas de sobrevivência, de acordo com o meio ambiente de vivência desses trabalhadores.

Não apenas curioso mas instigante, esse fato revela os equívocos que empresas de expressão nacional e internacional têm sobre “Qualidade Total”. Se por um lado a Petrobrás investe para que o seu funcionário tenha melhores condições de vida para a efetivação de sua função na empresa, por outro ela se limita a proporcionar esse investimento somente no momento em que o funcionário realiza suas funções. Como garantir a qualidade total no trabalho, se o trabalhador convive com o dilema do “hoje tenho tudo e amanhã não tenho nada?”

Esse contexto ilustra o sistema capitalista, que, apesar de considerar o indivíduo como peça fundamental para a empresa, merecendo toda a atenção necessária, limita essa atenção às possibilidades individuais de aumento da produtividade, desconsiderando, assim, o ser humano que existe na essência, que demanda condições dignas não apenas para si, e nem apenas no seu local de trabalho, mas extensiva a toda a sua família e em todos os momentos de sua vida.

5.1.1.4. A família

Os dados da pesquisa relacionados com o perfil familiar podem ser visualizados na Tabela 1.

Os dados concernentes ao perfil familiar das crianças/adolescentes revelam que o tamanho médio das famílias pesquisadas era de 6,7 membros, sendo o número médio de filhos, por família, equivalente a 4,8. Prevaleceu a família nuclear, com 64,81%, seguida da monoparental com 18,52% e da extensa com 9,26%. Tais resultados estão de acordo com os dados do IBGE (2001), que registram como o tipo de arranjo familiar, predominante no Brasil, aquele tipo conjugal, formado pelo casal com seus filhos,

Tabela 1 – Perfil familiar das crianças/adolescentes inseridos no Programa Criança Cidadã, Carauari, AM, 2000

| ASPECTOS | UNIDADE | VALORES |
|------------------------------------|-----------|-----------|
| 1. Tamanho médio da família | Nº | 6,7 |
| 2. Número médio de filhos | Nº | 4,5 |
| 3. Tipos de família | | |
| 3.1 Nuclear | % | 64,81 |
| 3.2 Monoparental | % | 18,52 |
| 3.3 Extensa | % | 9,26 |
| 3.4 Outros | % | 7,41 |
| 4. Etapa do ciclo de vida familiar | | |
| 4.1 Formação | % | 35,19 |
| 4.2 Maturação | % | 44,44 |
| 4.3 Dispersão | % | 20,37 |
| 5. Escolaridade média da família | Nº (anos) | 2,2 |
| 6. Renda média familiar | Em reais | R\$168,60 |
| 7. Renda “per capita” | Em reais | R\$28,00 |

revelando-se, assim, a permanência de um padrão, que se tem constituído historicamente como modelo básico de arranjo doméstico. Entretanto, no que diz respeito ao tamanho e número de filhos, os dados locais são bastante superiores àqueles constatados, no âmbito nacional (tamanho médio da família de 3,2 membros, com 2,1 filhos), conforme registrado pelo IBGE (2002). O mesmo se pode dizer quanto ao percentual das famílias quebradas ou monoparentais, que têm aumentado muito em nível nacional, alcançando atualmente, segundo do IBGE, cerca de 24,9% das famílias brasileiras (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

Foram, ainda, verificadas famílias que se encaixavam em outros tipos (7,41%), sendo compostas de avós e netos, apenas parentes, sem pai e mãe e avós e netos. Das famílias pesquisadas, a maioria se encontrava em fase de maturação (44,44%), seguida daquelas em fase de formação (35,10%), enquanto 20,37% delas estavam em fase de dispersão.

Para Rocha (2000), essas mudanças, perpassadas pelas famílias brasileiras, estão relacionadas com o processo de modernização da sociedade e do estilo de desenvolvimento econômico adotado, em que se observam os mais diversos tipos de família, além da nuclear, entre elas a monoparental, pelo aumento das separações, dos desquites e dos divórcios. E, assim, é cada vez maior o número de mulheres que chefiam o domicílio sem a presença do companheiro, o que leva ao fenômeno conhecido como a “feminização da pobreza”.

A escolaridade média da família foi de 2,2 anos de estudo, para os membros acima de 14 anos de idade. Tal informação demonstra mais uma vez, conforme os dados de escolaridade individual, que a educação é um aspecto preocupante entre as famílias pesquisadas. Se, teoricamente, quanto maior o nível de escolaridade, melhores e maiores as possibilidades de renda, então a escolaridade pode ser considerada um fator limitante do acesso dessas famílias a melhores oportunidades no mercado de trabalho, com efeitos sobre a segurança financeira dessas unidades.

A religião predominante nas famílias pesquisadas foi a católica (83,34%), seguida da pentecostal (5,56%). As religiões adventista e batista obtiveram o mesmo percentual (3,7% cada uma delas), seguidas da evangélica (1,85%). Apenas 1,85% informou não ter religião definida.

A renda média das famílias pesquisadas foi de R\$168,60, considerando-se que, na época da pesquisa, esse era o valor aproximado correspondente ao salário mínimo. A renda “per capita” era de R\$28,00 por mês, indicando que as famílias estavam enquadradas em situações de estado de pobreza, pois percebiam menos de ½ salário mínimo “per capita”, parâmetro que as tipificam como pobres, ou seja, sem condições de terem acesso ao mínimo essencial para o desenvolvimento de suas potencialidades.

De acordo com o IBGE (2001), a importância da família na reprodução da sociedade tem sido destacada por diversos estudiosos do tema. É dentro da família que a renda é reunida para organizar um orçamento comum, que satisfaça as necessidades de cada membro. O rendimento adquirido pela família é, basicamente, o que define suas possibilidades de utilização de bens e serviços. Dessa forma, a renda familiar “per capita” é um indicador bastante eficaz para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras, e, além disso, dimensionar seu grau de vulnerabilidade ou de fragilidades, em face das crises de eventos inesperados.

As características apresentadas sobre o perfil dessas famílias, suas condições sociais, políticas e econômicas revelam a carência em que as mesmas se encontram e as

dificuldades que enfrentam. Isso pode refletir no seu nível de satisfação com relação aos programas sociais em que se encontram inseridos, incluindo o Programa Criança Cidadã, uma vez que se não podem proporcionar melhores condições de vida por si mesmas, as políticas sociais, direcionadas para esse objetivo, podem parecer bastante satisfatórias. Entretanto, o importante é não se comungar a idéia de que, “para pobres bastam programas pobres”. É necessário que as políticas públicas sociais proporcionem condições às famílias carentes para que estas consigam reverter o seu quadro de pobreza e limitações, principalmente por meio da capacitação e geração de empregos, ou seja, os programas/ações sociais não podem ter uma visão imediatista, buscando soluções para problemas emergentes, perpetuando, assim, o assistencialismo a que são submetidas. Outra questão ressaltada por Godbout (1999), citado por Magalhães (2002), é que, para a eliminação do clientelismo no combate à pobreza, deve-se estimular e valorizar a pluralidade das parcerias e a criação de redes interinstitucionais, uma vez que as organizações participativas tendem a estabelecer laços e vínculos pessoais, para o alcance das demandas da população vulnerável. Surge, assim, um desafio no equacionamento dos problemas sociais, que inclui a exigência de articular o pessoal e o social, o ético e o político, o privado e o público, por meio do “circuito da dádiva” ou de uma perspectiva mais ampla da solidariedade, que significa alargar o sentido do “nós”.

5.1.2. Caracterização do microambiente

Considerando que o conhecimento do microambiente em que se encontram as crianças/adolescentes atendidos pelo Programa Criança Cidadã é de fundamental importância para o entendimento global da sua realidade, procurou-se identificar as seguintes variáveis a ele relacionadas: tipo de aquisição da casa, tipo de construção da casa, abastecimento de energia elétrica e de água, tratamento da água de consumo, existência de telefone e destino do lixo e dos dejetos, cujos dados podem ser visualizados na Tabela 2.

Considerando o padrão habitacional das famílias, notou-se que a maioria (90,74%) possuía casa própria. Outras 5,56% foram cedidas por parentes ou prefeitura, e 3,70% eram alugadas. O tipo de construção predominante nas residências eram as casas de madeira, com um percentual de 90,74%, sendo apenas 9,26% delas de alvenaria.

Esse padrão das casas de madeira reflete o modelo da região amazônica de modo geral, em que, por força das chuvas abundantes e do calor excessivo, as construções tentam acomodar as famílias de maneira segura e funcional. Normalmente, as casas são construídas em “palafitas”, ou seja, suspensas em estacas de madeira de forma que, no período maior das chuvas, a casa não seja alagada. Somente habitações de madeira permitem essa adequação. Outro fator importante, e talvez o mais determinante, para que as casas sejam de madeira é o fato de estas serem abundantes na região, podendo ser conseguidas gratuitamente. Considerando a renda dessas famílias, discutida anteriormente, pode-se inferir que o fato de a madeira ser gratuita é um fator determinante para a sua utilização nas construções.

A maioria das moradias (92,46%) possuía energia elétrica, fornecida pela CEAM, que é a Companhia Energética do Amazonas. Apenas 7,54% não dispunham de energia elétrica da rede. Linhas telefônicas eram um privilégio de apenas 11,12% das famílias.

Com relação ao abastecimento de água, 88,89% recebiam-na da rede pública, por meio da COSAMA, que é a Companhia de Saneamento do Amazonas. Outras 7,41% faziam uso da água de poços ou cisternas e 3,7% a utilizavam de outras formas de abastecimento, e essa água que chegava às residências para o consumo, em sua grande maioria (83,34%), não recebia nenhum tipo de tratamento. A cloração direta na água de consumo era um recurso alternativo utilizado por 11,11% das famílias, enquanto as outras 5,56% tinham o costume de fazer a filtração.

O principal destino dos dejetos era a fossa seca, utilizada por 88,89% das famílias. Apenas 5,56% faziam uso da fossa séptica para o destino dos dejetos. Não existia no município um tratamento de esgoto, correndo este a céu aberto, colocando em risco a saúde da população. Em torno de 3,70% utilizavam o “pau-da-gata”, sistema definido em capítulo anterior. Outras (1,85%) usavam o céu aberto para o depósito dos dejetos.

O lixo produzido na unidade familiar tinha como principal destino ser queimado ou enterrado, por 55,56% das famílias, sendo apenas 44,44% dele coletado pela Prefeitura Municipal.

Os dados apresentados, que se relacionam como saneamento básico (tratamento da água de consumo, destino do lixo e dos dejetos), confirmam o alto índice de parasitoses e outras doenças oriundas dos precários cuidados de higiene. De acordo com

Tabela 2 – Características do microambiente das unidades familiares atendidas pelo Programa Criança Cidadã, Carauari, AM, 2000

| COMPONENTES | Nº Total: 54 | % Total: 100 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| 1. Tipo de aquisição da casa | | |
| 1.1 Própria | 49 | 90,74 |
| 1.2 Alugada | 02 | 3,70 |
| 1.3 Cedida | 03 | 5,56 |
| 2. Tipo de aquisição da casa | | |
| 2.1 Alvenaria | 05 | 9,26 |
| 2.2 Madeira | 49 | 90,74 |
| 3. Energia elétrica | | |
| 3.1 Possui | 49 | 92,46 |
| 3.2 Não possui | 04 | 7,54 |
| 4. Telefone | | |
| 4.1 Possui | 06 | 11,12 |
| 4.2 Não possui | 48 | 88,88 |
| 5. Abastecimento de água | | |
| 5.1 Rede pública | 48 | 88,89 |
| 5.2 Poço ou cisterna | 04 | 7,41 |
| 5.3 Outros | 02 | 3,9 |
| 6. Tratamento da água de consumo | | |
| 6.1 Filtração | 03 | 5,56 |
| 6.2 Cloração | 06 | 11,11 |
| 6.3 Sem tratamento | 45 | 83,34 |
| 7. Destino dos dejetos | | |
| 7.1 Fossa seca | 48 | 88,89 |
| 7.2 Pau-da-gata | 02 | 3,7 |
| 7.3 Fossa séptica | 03 | 5,56 |
| 7.4 Outros | 01 | 1,85 |
| 8. Destino do lixo | | |
| 8.1 Coletado | 24 | 44,44 |
| 8.2 Queimado/enterrado | 30 | 55,56 |

dados da Secretaria Municipal de Saúde de Carauari, cerca de 90% da população já foi acometida por verminoses e hepatites, veiculadas por água não-tratada, fezes ou lixo.

De acordo com o IBGE (2001), em pleno século XXI há 7,5 milhões de domicílios brasileiros sem banheiro. Os dados da pesquisa confirmam essa realidade

assombrosa. As famílias, sobretudo as crianças e adolescentes, que são mais vulneráveis às doenças, encontram-se em situação de risco constante e à mercê do poder público para que possam ter assegurado o serviço de saúde.

CAPÍTULO VI

6.1. Programa Criança Cidadã, perspectivas e resultados

Neste capítulo, apresentam-se a percepção e o posicionamento do público envolvido com o Programa Criança Cidadã, em termos da sua trajetória na comunidade, desde a sua criação, enfatizando suas perspectivas, resultados e impasses.

6.1.1. A percepção da família e das crianças/adolescentes sobre o Programa Criança Cidadã

Ao pesquisar a percepção da família com relação ao atendimento prestado à criança/adolescente, procurou-se observar os seguintes itens: as atividades desenvolvidas, o atendimento médico-odontológico e nutricional prestado, o comportamento da criança antes e depois do ingresso no Programa, o acompanhamento familiar, a estrutura geral do atendimento, a avaliação geral e as sugestões. E, como forma de enriquecer a pesquisa, foram utilizados, ainda, alguns depoimentos de crianças/adolescentes sobre a importância do Programa em suas vidas, nos seus diferentes aspectos.

A) Das atividades e conteúdos

Na percepção das famílias, as atividades consideradas mais importantes entre as desenvolvidas no Programa Criança Cidadã foram identificadas como as educativas por 40,74% das entrevistadas. Mas, de modo geral, todas as atividades realizadas foram consideradas importantes, sem destaque especial para nenhuma delas, por 37,03% das entrevistadas, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

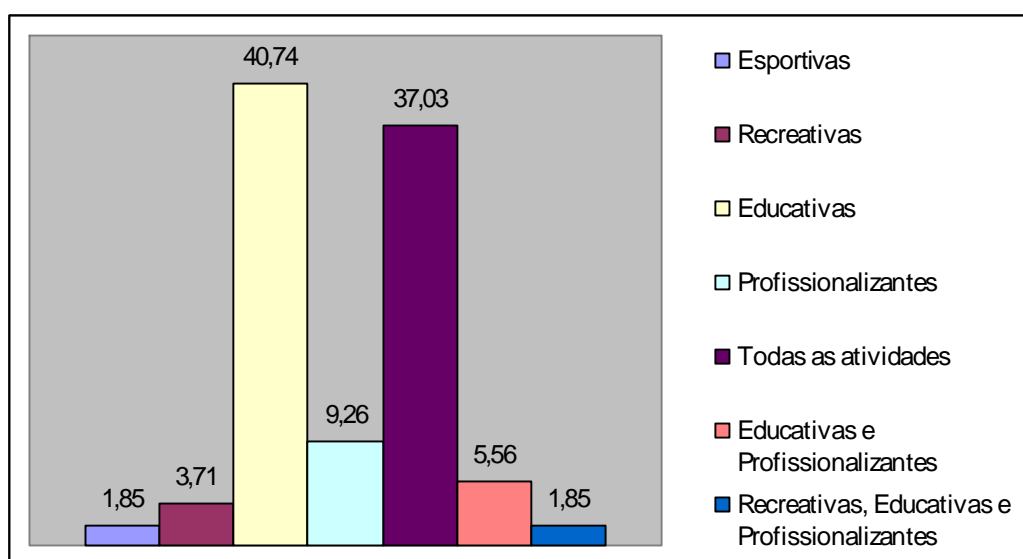


Figura 1 – Relação das atividades relevantes do Programa Criança Cidadã, na percepção das famílias atendidas. Carauari, AM, 2000.

Considerando o tempo que teria de ser dispensado para cada tipo de atividade, 38,89% das famílias consideraram que a maior parte deveria ser dedicado às atividades educativas, seguido de 38,88% que opinaram que o mesmo tempo deveria ser dispensado a cada uma das atividades. Esse dado está de acordo com as informações anteriores, em que as famílias destacaram a maior importância das atividades educativas, seguidas de todas as atividades, sem distinção. Tal dado indica a preocupação dos pais com a melhor formação dos filhos, uma vez que é nas atividades educativas, através de palestras, filmes e debates, que conteúdos importantes são discutidos.

As atividades esportivas não foram tão mencionadas, nem com relação à sua importância e nem quanto ao tempo a ser dedicado, sendo esse percentual de 1,85%, nos dois questionamentos. A prática do judô tem certo destaque nas atividades esportivas,

uma vez que essa não era uma modalidade esportiva comum no município, o que gerou certa preocupação da sociedade com relação à sua ligação com a violência. Ao ser avaliada pela família, a prática do judô pelas crianças/adolescentes, como parte das atividades do Programa Criança Cidadã, foi considerada por 59,26% das famílias entrevistadas como não tendo nenhuma relação com a violência, enquanto 27,26% acreditavam que a prática do judô poderia incentivá-la. Apenas 12,96% consideraram que a prática do judô poderia ser uma forma de ensinar às crianças e adolescentes um tipo de arte e, também, como se prevenir da violência.

Ao serem questionadas sobre alguma atividade que consideravam importante, mas que não estavam incluídas no Programa, as famílias foram unânimes em dizer que nenhuma outra atividade deveria ser incluída, julgando suficientes as já existentes.

Com respeito às crianças/adolescentes, percebeu-se, de acordo com os depoimentos seguintes, que as mesmas encontravam no Programa um leque de atividades diferentes dos que, normalmente, costumavam ter em casa e, por isso, sentiam-se bem em participar do Programa:

O Programa é importante porque a gente aprende muitas coisas, brinca...se eu não estivesse aqui estaria em casa ajudando minha mãe a cozinhar, lavar, passar e reparar meus irmãos pequenos. (M. 11 anos).

Com relação aos conteúdos abordados no Programa, 72,23% das famílias consideraram os conteúdos relacionados à saúde, bem-estar e qualidade de vida⁵ como os mais importantes para a educação dos filhos, conforme evidenciado na Figura 2. Os conteúdos relacionados à convivência e formação da personalidade⁶ foram tidos como os mais importantes por 18,52% das famílias; seguidos daqueles relacionados com os problemas sociais⁷ e com os demais temas propostos, em termos de 7,4 e 1,85%, respectivamente. Na visão das crianças e adolescentes, todos os conteúdos eram relevantes e interessantes:

Achei importante aprender a parte que fala das doenças. (E. 12 anos).

*Eu acho as palestras muito importantes, aprendi muitas coisas com todas elas.
(M.11 anos).*

⁵ Entre os conteúdos relacionados a bem-estar e qualidade de vida, incluem-se: higiene, saneamento básico, alimentação e prevenção de doenças.

⁶ Entre os conteúdos relacionados à convivência social e formação da personalidade, incluem-se: cidadania, religiosidade e grupos sociais.

⁷ Entre os conteúdos relacionados aos problemas sociais, incluem-se: drogas, violência e prostituição.

Das palestras que tive aqui, a que mais gostei foi de uma que falava sobre sexo, porque aprendi muito e em casa meus pais não falavam sobre o assunto. O melhor mesmo é aconselhar para não cair na prostituição...(1.13 anos).

Apenas 1,85% das famílias entrevistadas considerava que existia apenas um conteúdo, não abordado no Programa, que deveria estar presente, aquele relacionado com as noções de primeiros socorros.

De modo geral, considerando o nível de satisfação com as atividades e conteúdos estabelecidos pelo Programa Criança Cidadã, pode-se dizer que ambos foram considerados satisfatórios, correspondendo às reais necessidades da família, enquanto atendimento complementar à escola.

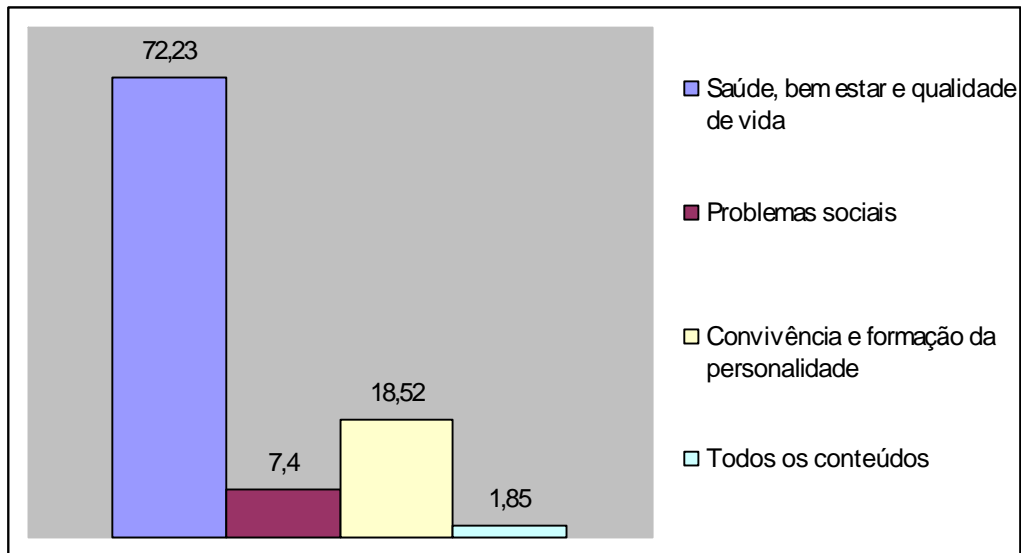


Figura 2 – Especificação dos conteúdos importantes do Programa Criança Cidadã. Carauari, AM, 2000.

B) Do atendimento médico, odontológico e nutricional

Considerando o atendimento odontológico, ficou constatado que 37,03% das crianças não havia sido atendidas pelo dentista, via Programa Criança Cidadã, como pode ser observado na Figura 3. Esse dado é interessante, uma vez que, apesar de apresentado pelos pais, não confere com a realidade, pois, de acordo com os controles de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, que é a gestora do Programa, todas as crianças foram atendidas pelo menos uma vez pelos dentistas, sejam

estes do município (Secretaria Municipal de Saúde) ou da parceria com o Tiro-de-Guerra (Exército brasileiro). O fato de a família não apresentar essa informação durante a pesquisa se deve ao entendimento errôneo de que, quem já havia sido atendido uma vez, não o seria novamente.

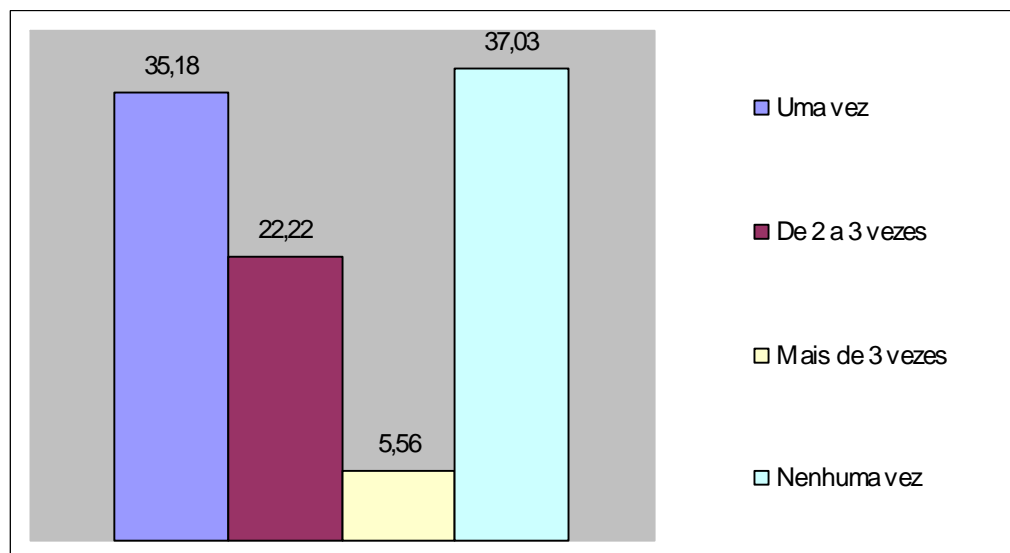


Figura 3 – Frequência do atendimento odontológico do Programa Criança Cidadã. Carauari, AM, 2000.

Com relação ao atendimento médico, 42,6% das crianças/adolescentes foram atendidos, pelo menos uma vez, por médicos da Secretaria Municipal de Saúde ou do Tiro-de-Guerra, sendo 27,78% deles atendidos duas a três vezes e, 22,22%, por mais de três vezes. Apenas 7,4% dessas crianças e adolescentes não foram atendidos nenhuma vez, conforme a Figura 4.

Todas as vezes que o filho era atendido pelo médico ou dentista, 57,4% dos pais acompanhavam seus filhos durante o atendimento, sendo 24,07% os beneficiados, posteriormente, pela Secretaria de Assistência Social, por meio da doação de remédios.

Ao avaliar a qualidade do atendimento médico-odontológico, 41,51% das famílias consideraram ótima a assistência prestada aos filhos, seguida de 43,4% das mesmas que a avaliaram como boa, enquanto 13,21% acharam que a qualidade do atendimento deixou a desejar. Apenas 1,88% avaliou-a como satisfatória.

Diante das dificuldades para a obtenção de atendimento médico-odontológico, em virtude do pequeno número de médicos e dentistas no município, 87,04%

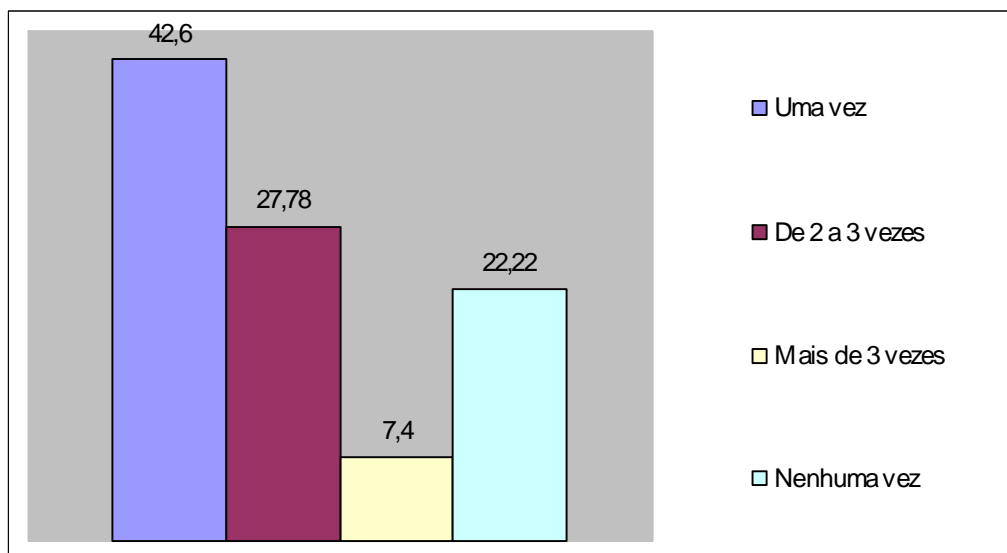


Figura 4 – Frequência do atendimento médico pelo Programa Criança Cidadã. Carauari, AM, 2000.

informaram que, antes de seus filhos ingressarem no Programa Criança Cidadã, era mais difícil conseguir tal atendimento. As próprias crianças/adolescentes também viam a importância desse atendimento, como mostra o depoimento a seguir:

No Criança Cidadã sou atendido pelo médico. Antes de eu vim pra cá, a mãe tinha que ir de madrugada pra tirar uma ficha...(J. 08 anos).

Tal dado reflete o alcance de um dos principais objetivos do Programa, que, de acordo com os Documentos Oficiais (BRASIL, 1997), é o de promover a saúde, visando à prevenção de doenças e à melhoria da qualidade de vida, entendida como bem-estar físico, mental e social.

Com relação à avaliação da qualidade da merenda servida no Programa, constatou-se que 42,6% a consideraram como ótima, tendo 14,44% dos entrevistados manifestado que era boa; contudo, 7,4% acharam que a merenda servida deixava a desejar, existindo apenas 5,56% que a classificaram como satisfatória. Entretanto, considerando a importância da merenda no atendimento das necessidades alimentares do filho, as famílias foram unânimes em dizer que a mesma era de significativa importância. Considerando que 50,95% das famílias atendidas pelo Programa faziam três refeições diárias (café, almoço e jantar) e que 33,96 e 15,09% tinham duas e apenas uma refeição diária (almoço ou jantar), respectivamente, pode-se deduzir que existia um percentual significativo de famílias (em torno de 37,74%), cujo filho só consumia a

merenda servida pelo Programa, o que mostra, mais uma vez, a relevância desse serviço prestado pelo Criança Cidadã.

Essa importância e necessidade da merenda podem ser confirmadas nas falas das crianças/adolescentes:

Gosto muito da merenda, mais do Arroz com Ovos. Em casa como mais peixe e farinha. Tem vez que o pai sai pra mariscar e não pega nada, a gente fica esperando com fome. Aí a mãe compra alguma coisa fiado na conta pra gente comer. Já passei fome e é muito ruim...(A 10 anos).

A merenda é boa e eu gosto de tudo que servem aqui...(J. 08 anos).

Normalmente, o principal alimento servido, diariamente, em casa pelas famílias era o peixe (74,07%), considerado como fonte básica de proteína. Isso pode ser explicado pela situação de carência das famílias, que, na maioria das vezes, não tinham acesso à compra de outros tipos de carnes, sendo o peixe pescado por um dos membros da família. Além disso, a própria cultura oriunda dos indígenas, aliada à visão extrativista, que prevaleceu no Amazonas por muitos anos, mantém o peixe como alimento principal dessa região. É mais uma questão cultural que ultrapassa os limites socioeconômicos, tornando o peixe um dos alimentos mais consumidos por todos naquela região.

De acordo com o depoimento de crianças/adolescentes a seguir, percebe-se que, além do peixe, os alimentos mais consumidos eram originados da atividade extrativista, como é o caso das frutas, em geral:

Em casa como mais é ingá, jambo, açai e banana...(A 10 anos).

Em casa comemos mais peixe com farinha, mas gosto muito de manga, goiaba, açai, banana e cupuaçu...(N. 10 anos).

A merenda servida no Programa tinha por objetivo complementar a dieta alimentar da criança/adolescente, seguindo os mesmos parâmetros daquelas que eram oferecidas pelas escolas do município, sendo utilizada, em quase todos os cardápios, a proteína texturizada da soja (PTS), acompanhada pelo leite aromatizado de soja. Entre os cardápios servidos, conforme a Figura 5, o que tinha melhor aceitação era a sopa de legumes e soja (64,81%), seguida pelo arroz-doce (14,81%), ambos utilizando soja como ingrediente principal.

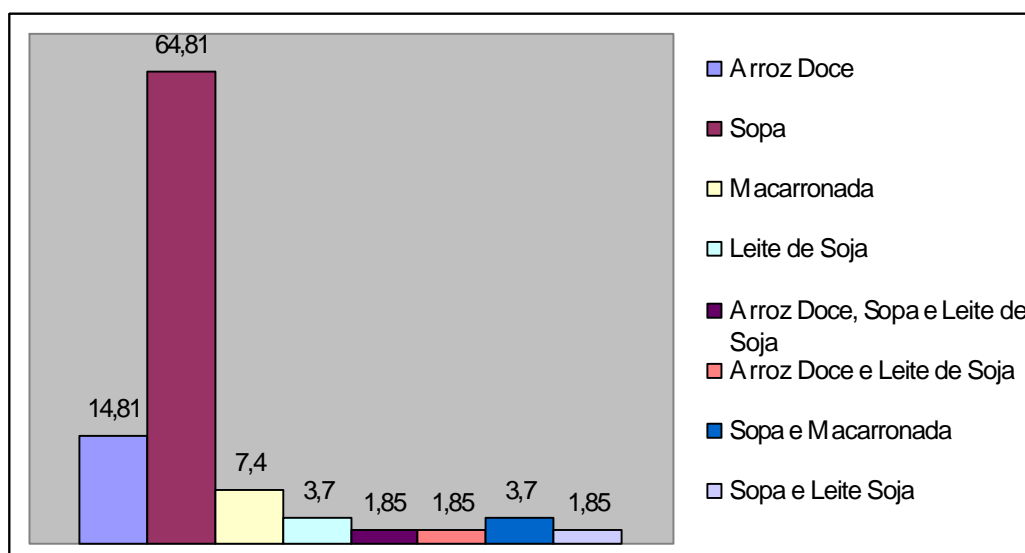


Figura 5 – Preferência em termos de cardápios do Programa Criança Cidadã. Carauari, AM, 2000.

C) Comportamento das crianças/adolescentes antes e depois do ingresso no Programa Criança Cidadã

As famílias foram questionadas com respeito ao comportamento dos filhos antes e depois de ingressarem no Programa Criança Cidadã, como forma de avaliar se havia ocorrido alguma melhoria nesse comportamento, considerando-se todo o trabalho desenvolvido.

Ao serem questionadas sobre possíveis problemas de comportamento na família que seus filhos pudessem ter antes de ingressar no Programa, 62,96% informaram que não existia nenhum problema de comportamento. Das unidades familiares que alegaram que os filhos possuíam algum problema, estes foram relacionados a rebeldia, desobediência e malcriação (90%).

Quando as crianças/adolescentes foram questionados sobre seus comportamentos, antes de ingressarem no Programa declararam que:

Antes de entrar no Criança Cidadã eu só ficava na rua, a toa, brincando...(A 13 anos).

Gosto daqui porque de manhã eu ficava a toa, fazendo nada...(F. 12 anos).

Após ingressarem no Programa, 61,11% das crianças/adolescentes apresentaram alguma mudança em seu comportamento na família. Essa mudança foi identificada por 93,94%, ao afirmarem que os filhos ficaram mais carinhosos, calmos e unidos à família, atenciosos, obedientes, enfim, passou a existir uma melhor convivência familiar.

Na escola, 70,37% das crianças/adolescentes não tinham nenhum problema de comportamento antes de ingressar no Programa. Dos que possuíam algum, 68,8% estava relacionado à falta de motivação para o aprendizado, “conversando muito durante as aulas”.

Após ingressarem no Programa, 55,56% das famílias observaram mudanças positivas no comportamento das crianças/adolescentes na escola. As mudanças na escola foram identificadas por 63,3% das unidades familiares, ao constatarem que os filhos ficaram mais interessados no processo de aprendizagem, mais motivados e tendo maior respeito com os professores; outras 30% informaram que os filhos melhoraram as suas notas. Os depoimentos de crianças e adolescentes confirmam as mudanças positivas na escola, em termos de comportamento:

Aqui é bom por causa das redações, gosto muito de escrever...(N. 14 anos).

Não gosto de Ciências, mas o Criança Cidadã me ajudou a superar esta dificuldade... (G. 10 anos).

O reforço me ajudou muito na escola, principalmente porque eu estava com dificuldade em matemática. (H. 12 anos).

O fato de terem melhorado o desempenho escolar após ingressarem no Programa pode estar relacionado ao estímulo para o aprendizado, promovido pelas atividades lá desenvolvidas. O reforço escolar informal, que era trabalhado pelos professores, auxiliava os alunos no aprendizado de conceitos básicos de matemática. O clube de leitura e oficinas de redação colaboravam para uma melhor leitura e escrita. E, a cada atividade desenvolvida, esses conhecimentos básicos eram debatidos.

Um exemplo de como o reforço escolar informal era desenvolvido no Programa pode ser descrito por meio da fabricação caseira de “shampoo” para combate ao piolho. A proposta dessa atividade partiu da realidade das crianças/adolescentes, dos quais muitos estavam com piolho e não tinham condições de comprar os remédios adequados para combatê-lo. Inicialmente, o assunto foi discutido, abordando a necessidade dos cuidados de higiene para a prevenção desse parasita e os males causados por ele. Depois, as crianças/adolescentes foram informados de uma receita caseira à base de

arruda, boldo e sabão de coco para combater os piolhos. Nesse momento foi enfatizada a importância das plantas medicinais, conteúdo já trabalhado anteriormente. Assim que o assunto estava esclarecido, foi passada a receita do “shampoo”, sendo discutidos os conceitos de quantidade. Então, as crianças foram divididas em grupos, para a execução de cada atividade, visando trabalhar a integração e o espírito de cooperação entre eles. E, assim, foi realizada a fabricação do “shampoo” de combate ao piolho, que serviu para que vários conceitos fossem discutidos informalmente e ao mesmo tempo que o aprendizado fosse eficiente, uma vez que partiu da própria realidade.

As atividades desenvolvidas eram comentadas em casa por 52,83% das crianças e adolescentes, principalmente as atividades profissionalizantes e educativas. Além de serem comentadas em família, eram colocadas em prática por 92,3% das crianças/adolescentes. Isso indica a importância do Programa enquanto um espaço de aprendizado para a criança/adolescente e, ao mesmo tempo, uma forma de integração com a família.

Antes de ingressarem no Programa, 46,29% das crianças/adolescentes ocupavam o tempo em que não estavam na escola com brincadeiras e passeios, existindo 33,33% dos mesmos que, no tempo livre, ajudavam os pais com o trabalho doméstico ou no “roçado”⁸, embora houvesse 18,52% que não faziam nada para ocupar o tempo e apenas 1,85% que o destinava aos estudos. Esses dados revelam a necessidade que as famílias tinham da ajuda dos filhos, uma vez que mais de 1/3 destes colaborava com a sobrevivência familiar. Por isso, sempre havia um dos filhos em casa para ajudar; assim, ao selecionar o filho que deveria participar do Programa, o que fosse menor tinha prioridade sobre o maior, porque este poderia ajudar os pais em casa ou no roçado.

O Programa Criança Cidadã representava o espaço destinado, exclusivamente, às crianças/adolescentes para brincar e aprender, para dar atenção e fazer com que cada um deles se sentisse importantes, uma vez que aquele espaço existia para eles. Assim, 74,07% das famílias pesquisadas consideraram que a participação dos filhos no Programa poderia ser considerada uma forma de prevenção às mazelas sociais, como as drogas, a prostituição e a violência.

Dessa forma, quando essas famílias foram interrogadas sobre qual havia sido o motivo para que decidissem matricular seus filhos no Programa, as respostas foram diversas. Para 35,18% delas o Programa poderia ocupar melhor o tempo dos filhos, uma

⁸ O trabalho no roçado está relacionado à atividade no setor da agricultura, como plantar, roçar e colher, entre outras.

vez que estes, quando não estavam na escola, ficavam nas ruas. Então, era melhor estar num Programa, que “poderia ser tão bom e tão bonito”. Outros 20,37% das famílias matricularam seus filhos porque esperavam uma educação melhor e uma melhoria no seu comportamento, 16,67% pelo aprendizado e pela oportunidade de lazer que poderiam ter e 5,56% pelas boas informações que tiveram sobre o Programa. Em 22,22% dos casos foram as próprias crianças/adolescentes que pediram para ingressar nesse Projeto.

D) Acompanhamento familiar das crianças/adolescentes pelas famílias

A perspectiva de atendimento do Programa Criança Cidadã está fundamentada na parceria entre Programa, Família e Escola, como forma de unir forças e promover um melhor atendimento à criança/adolescente. A família deve ser o elo principal entre o Programa e a criança/adolescente, e isso está evidenciado nos Documentos Oficiais (BRASIL, 1996), segundo os quais o programa não substitui a família, nas suas funções precípuas, mas trata de engajá-la como parceira. A complementariedade dos programas, em relação às famílias, não significa o descarte da co-responsabilidade familiar.

No caso das famílias pesquisadas, quando interrogadas com relação à atenção que prestavam para com a educação dos filhos, 38,89% afirmaram que eram atenciosas com relação aos filhos, participando de suas vidas e tratando-os com carinho. Em torno de 22,22% consideraram, como ótima, a atenção dispensada a educação de seus filhos; existindo, entretanto, aquelas que diziam não terem tempo e nem paciência para a educação dos filhos (18,52%). Outras reconheciam suas dificuldades, afirmando que faziam o possível, mas consideravam que a atenção dispensada à educação de seus filhos não era satisfatória (18,52%). E, ainda, 1,85% não soube responder ao questionamento.

O Programa promovia mensalmente reuniões para um melhor intercâmbio das famílias com o Programa, momento em que se discutia sobre o atendimento prestado, assim como sobre o comportamento dos filhos. Além disso, em algumas reuniões eram apresentados aos pais conteúdos relevantes para o bem-estar e qualidade de vida das famílias, como saneamento básico, violência familiar e alimentação, entre outros temas.

Essas reuniões eram avaliadas pelos entrevistados, em termos de sua importância e relevância, tendo sido constatado que 42,6% consideraram que esses encontros eram muito relevantes e necessários, seguidos de 24,07% que os avaliaram como ótimos e

bons, enquanto 9,25% das unidades familiares não gostavam de participar dessas reuniões. Com relação à participação, 61,11% das famílias informaram que freqüentavam-nas todas as vezes que eram convocadas. Esses dados revelam que as famílias realmente tinham interesse em tudo aquilo que envolvia os filhos, preocupando-se com o andamento do Programa e com o comportamento de suas crianças. Das famílias que não participavam das reuniões promovidas pelo Programa Criança Cidadã, 50% alegaram que o principal motivo era a falta de tempo.

Ao avaliarem a educação dos filhos, 72,22% das famílias informaram que estavam bem melhor, comparativamente quando ainda não faziam parte do Programa. E, ainda, quando questionadas sobre a atenção dispensada pelo governo, em todas as suas esferas, para com a situação das crianças e adolescentes no nosso país, 42,6% delas se posicionaram positivamente, considerando que o governo realmente se preocupava e demonstrava atenção com essa faixa etária. Contudo, 27,78% das famílias afirmaram que essa atenção às crianças e adolescentes, por parte do governo, deixava muito a desejar, levando em conta a situação atual em que se encontram muitas crianças e adolescentes brasileiros. Outras 27,78% informaram não conhecer as ações do governo nessa área, havendo, também, aquelas famílias que achavam que a atenção para com a criança e adolescente era responsabilidade e dever dos pais (1,85%).

As famílias, ao serem abordadas sobre a situação das crianças e adolescentes que vivem pelas ruas envolvidos no tráfico e uso de drogas, em prostituição e violência, bem como sobre de quem seria a responsabilidade diante de tais questões, afirmaram que isso cabia aos pais e, até mesmo, aos próprios envolvidos (77,78%). Tais dados, aliados a outro em que 87,03% das famílias declararam desconhecer a existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, demonstram o equívoco acerca dos direitos das crianças/adolescentes, pois a responsabilidade compete não apenas à família, mas a todas as esferas governamentais e à sociedade civil, conforme a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 277, página 19, onde está definido que:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A situação em que se encontravam as crianças e adolescentes no município, bem como de quem era a responsabilidade para com a questão, pode ser observada nos próprios relatos dos entrevistados:

Acho que tem muita criança na rua, que fica roubando, cheirando cola. Mas quem vem pra cá não faz estas coisas pois só aprende coisas boas. (A 13 anos).

As crianças que vivem na droga e na prostituição é culpa dos pais que não dão conselhos. O Criança Cidadã orienta nesse sentido de evitar as drogas e cair na prostituição, o melhor pra acabar com isso é trazer pra cá. (I. 12 anos).

Tem meninas de minha idade que namoram e eu acho isso ruim porque elas não entendem direito este negócio de namorar e acabam ficando grávidas. As mães é que deixam as filhas saírem de casa para ir as festas atrás dos machos. Os meninos que cheiram cola, a culpa também é dos pais que nem sabem pra onde os filhos vão. (N.14 anos).

E) Estrutura geral do Programa, avaliação e sugestões

Ao avaliarem o local em que funcionava o Programa Criança Cidadã, 64,81% das famílias assimilaram que ele era muito bom. Esse dado pode ser justificado pelo fato de existir um local específico para o atendimento. Entretanto, do ponto de vista técnico, a instalação não era adequada para a assistência de crianças e adolescentes, uma vez que o local possuía apenas duas salas pequenas, onde eram atendidas 50 crianças/adolescentes em cada uma, em cada um dos turnos (manhã ou tarde); além disso, não existia um refeitório ou um lugar apropriado para que a merenda fosse oferecida e degustada e tampouco espaços cobertos para que as atividades fossem executadas nos períodos freqüentes de chuvas. Esses detalhes estavam, inclusive, sendo avaliados para possíveis mudanças pela Administração, embora, dada a falta de recursos, ainda não houvessem sido efetivadas.

Considerando a equipe de atendimento do Programa, 75,93% das famílias informaram que não tinham reclamações. Apenas 11,12% declararam que alguns professores deveriam ser substituídos e 7,4%, que deveriam tratar melhor as crianças/adolescentes; 5,56% dos entrevistados não comentaram a questão por não conhecerem bem a equipe de trabalho. Tais dados revelam a dificuldade de se desenvolver um trabalho que não requer apenas boa vontade, mas, principalmente, formação para a atuação com crianças e adolescentes. Os professores que trabalhavam

diretamente com as crianças/adolescentes foram convocados mediante a disponibilidade da concessão deles pela Prefeitura, não tendo formação específica para a atuação e nem mesmo a prática, uma vez que executavam, anteriormente, atividades administrativas. Apesar dos cursos de capacitação ministrados, a formação dos professores disponíveis e a carência de profissionais da área constituíam uma das limitações na gestão do Programa Criança-Cidadã.

No que se refere às reclamações ou sugestões, constatou-se que 48,15% das famílias informaram que o Programa estava bom, não tendo reclamações ou sugestões. Em torno de 1/3 delas não estava satisfeita com a estrutura do local de atendimento, considerando que deveria ser melhorada, enquanto 18,52% declararam que o local do atendimento deveria ser mais próximo do centro ou, então, que fosse disponibilizado transporte para as crianças/adolescentes.

No caso do depoimento das crianças/adolescentes, foram retratadas algumas limitações com respeito ao atendimento, tendo sido apontada, inclusive, a questão dos professores, que, não possuindo a formação necessária para a atuação, terminavam cometendo alguns enganos no atendimento:

*Aqui tá faltando quadro, ajeitar as cadeiras e reformar tudinho.
(L. 08 anos).*

O que falta aqui é uma horta bem grande pra gente aprender plantar. (E. 09 anos).

Um professor era muito chato, mas outros são melhores. O outro gritava com a gente e não era educado. (N. 11 anos).

*Aqui só é ruim os professores, porque eles gritam comigo, são muito chatos.
(E. 11 anos).*

Aqui gosto de tudo, só não gosto dos professores que gritam com a gente. (H. 10 anos).

Quanto à forma como as reuniões deveriam ser conduzidas, apenas 1,85% alegou que deveriam ser de maneira diferente, pois a Administração sempre usava algum tempo para fazer propagandas favoráveis à sua gestão. E como a cidade praticamente se dividia em duas facções políticas e o Programa atendia às duas, sem distinção, assim, provavelmente, era a oposição que discordava de tal “marketing”.

Considerando os dados analisados, considera-se que a percepção das famílias com relação ao atendimento prestado aos filhos pelo Programa Criança Cidadã, bem

como a sua importância e relevância para a formação destes, pode ser comprovadamente positiva.

6.1.2. A percepção da liderança socioinstitucional local

O Programa Criança Cidadã tornou-se, ao longo de sua vigência, bastante conhecido pela comunidade em geral, fato esse comprovado pelos dados que revelam que apenas 5,9% das lideranças socioinstitucionais entrevistadas informaram não ter conhecimento sobre a existência do Programa.

Quase 1/3 das entrevistadas (29,5%), ao relatar sobre a situação das crianças e adolescentes de Carauari, considerou que estas eram, em geral, carentes no que diz respeito a saúde, educação, ocupação, lazer e saneamento básico, fatos que se agravam pela falta de emprego para os seus pais. Essa opinião foi seguida de outras duas, em que 17,6% consideraram que essas crianças e adolescentes necessitavam de maior assistência e apoio em geral, por parte dos pais, do governo e da sociedade, enquanto 17,6% disseram que essas crianças e adolescentes eram vítimas do descaso dos governantes e da marginalização da sociedade.

Ao serem questionadas sobre o Programa enquanto alternativa para a prevenção da exploração infantil e o alcance deste objetivo, 29,4% disseram que ele havia alcançado, em parte, seu intuito de prevenir a exploração infantil ou, pelo menos, estava no rumo certo, com grandes expectativas. Outras 20,6% consideraram que o Programa havia apresentado bons resultados, mas que ainda não eram suficientes para a questão infanto-juvenil do município de Carauari. Apenas 14,7% citaram que o Programa não tinha atingido seu objetivo, uma vez que a exploração infantil, incluindo a prostituição, tinha aumentado no município.

Ao avaliar a iniciativa da criação e execução do Programa Criança Cidadã, 17,6% das lideranças socioinstitucionais afirmaram que a iniciativa de programas como esse ajudava em muito a população, mas não era a solução para o município. Essas e outras iniciativas, de obrigação do governo, não deveriam ser o único meio de solução para enfrentamento dos problemas da exploração infanto-juvenil. Para a maioria delas (58,9%), a iniciativa é algo bom, importante e fundamental, apesar de existirem algumas falhas.

Para que o Programa pudesse ser melhor, mais de ¼ dos entrevistados (26,5%) sugeriu que houvesse maior participação da sociedade em geral e dos familiares

envolvidos no Programa, bem como que fosse realizado um trabalho intensivo com esses familiares e não apenas com as crianças e adolescentes, para que, assim, o Programa pudesse ser melhorado; 20,7% das famílias sugeriram que a continuidade e ampliação do Programa deveriam ser efetivadas, para que um público maior pudesse ser atendido; além da sugestão de dar maior divulgação a esse Projeto.

De modo geral, a comunidade, aqui representada pelas lideranças socioinstitucionais, demonstrou interesse e conhecimento acerca da situação das crianças e adolescentes no município e no país. Entendiam que seriam necessários uma melhor atenção por parte dos governantes e um esforço comum, tanto das famílias quanto da sociedade civil em geral, para com a questão e que o Programa constituía uma alternativa positiva para a prevenção da exploração infanto-juvenil em todas as suas formas. Além disso, apesar das suas limitações, O Criança Cidadã tem alcançado resultados positivos, devendo ser ampliado e continuado.

Diante dessa percepção da comunidade, evidencia-se a necessidade de uma política específica para a questão da criança e do adolescente e todas as facetas que os envolvem, uma política que possa unificar esforços da família, sociedade e governantes, numa tentativa de que esses infanto-juvenis possam ser respeitados e tratados conforme está previsto nas leis que regem o país, em termos de proteção e atenção a esse segmento da população.

6.1.3. A percepção das Secretarias de Assistência Social sobre o Programa

A) Percepção da Secretaria Municipal de Assistência Social

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Programa Criança Cidadã foi um marco no município, no que se refere ao atendimento à Infância e Adolescência, uma vez que várias crianças e adolescentes puderam, ao mesmo tempo, ser resgatadas da exploração (sexualmente e em atividades laborais) e prevenidas com relação a esses problemas.

O ano de 2000, que foi o escolhido para a realização desta pesquisa, no que se refere aos posicionamentos da família e liderança socioinstitucional, foi um ano de consolidação do Programa, em que várias atividades foram realizadas e o Programa se expandiu para a sociedade. Tal fato está relacionado com uma mudança de gestão na Secretaria em questão, que concedeu maior atenção aos programas sociais, em geral.

Na percepção dessa Secretaria, a execução do Programa Criança Cidadã teve seus pontos positivos e negativos. Como positivo está a própria consolidação do Programa em sua atuação, no ano 2000, em que várias atividades foram estendidas à comunidade, como feiras de artesanato, oficinas de profissionalização, coral de natal e comemoração de datas cívicas; como ponto negativo, cita-se o repasse das verbas, pois o trabalho era executado durante três a seis meses sem receber os recursos, sendo então, o trabalho realizado pela vontade e garra dos envolvidos e com a ajuda do município.

De acordo com informações de professores que atuaram diretamente no Programa, as dificuldades para a execução do trabalho estavam relacionadas à pouca estrutura, pois recebiam o treinamento necessário, mas não tinham o espaço para atender a cada faixa etária especificamente. O local era muito quente e pequeno para tantas crianças/adolescentes. Entretanto, apesar das limitações, várias atividades foram realizadas. O treinamento para as atividades diárias era feito por pessoa capacitada e com respeito às crianças e adolescentes, considerando, inclusive, que estas permaneciam no Programa porque gostavam muito. O atendimento médico-odontológico foi, também, um ponto muito positivo, pois não só as crianças e adolescentes eram atendidos pelo Programa, como também as suas famílias eram beneficiadas.

Ao avaliar a importância de um programa dessa natureza dentro da realidade do município, a Secretaria fez questão de se referir à Petrobrás, especificamente a base de extração de gás natural. Informou que a implantação dessa base deixou muitos resíduos, no que se refere à própria prostituição infanto-juvenil. Antes de a Petrobrás ser instalada no município, 70% da população morava no interior (zona rural), após o que todo esse povo veio para a zona urbana, à procura de empregos, e cerca de 80 a 90% da população se encontra, até hoje, na zona urbana, apesar de não existir mais essa empresa no município, o que causou o inchaço e o caos social. A situação social dentro desse contexto é difícil e, por isso, torna-se importantíssima a existência de programas sociais dessa natureza, porque as crianças e jovens tinham atividades que visavam ao desenvolvimento desses adolescentes. Além disso, o Programa atende a todo o grupo familiar, pois considera que não se deve ajudar apenas as crianças e adolescentes, mas também as respectivas famílias, sendo essa a proposta de trabalho da Secretaria, enquanto gestora do Programa Criança Cidadã, o que o tornava de suma importância para o município.

De acordo com informações de professores envolvidos no Programa Criança Cidadã, a situação das crianças e adolescentes no município era crítica, pois estes não tinham um atendimento específico, encontrando-se socialmente sem apoio e, além disso, mais expostos aos riscos inerentes de estarem “nas ruas”. Dessa forma, evidenciase a importância do Programa Criança Cidadã, pois aqueles que dele participaram tinham um comportamento bem-diferenciado.

Uma das maiores conquistas desse Programa, na percepção da Secretaria Municipal de Assistência Social, foi o resgate das crianças e adolescentes, que antes se encontravam em situação de risco e exclusão social, com um envolvimento maior por parte das famílias.

B) A percepção da Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas sobre o Programa

A análise da Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado do Amazonas sobre o Projeto Cunhantã & Curumim, do qual se origina o Programa Criança Cidadã, foi baseada em relato da Coordenação Geral do Projeto no Estado.

Inicialmente, a coordenação especificou que o Programa Cunhantã e Curumim foi um projeto de combate e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil, sendo o perfil dessas crianças e adolescentes definido por crianças carentes, que se encontravam exploradas, de alguma forma, no campo da prostituição ou do abuso sexual, ou seja, vitimizadas ou em situação de risco, no quadro da exploração sexual. Tal Projeto foi criado em função das denúncias sobre a exploração infanto-juvenil no Estado do Amazonas, que tomou proporções grandiosas em níveis nacional e internacional.

Na verdade, o Projeto Cunhantã & Curumim atuou especificamente no campo da prevenção, pois em muitos municípios não existia o Conselho Tutelar. Além disso, o Projeto surgiu no momento em que os municípios ainda não estavam descentralizados. Isso foi uma dificuldade, pois a partir do momento em que o município já estaria habilitado à gestão plena, quando ele já possuía esse Conselho, essas instâncias funcionariam como parceiras para facilitar a execução do Projeto.

Além de combater e prevenir a exploração sexual, o Projeto pretendia envolver as famílias nesse processo, uma vez que muitas delas, pela situação de pobreza absoluta, tendiam explorar seus filhos e filhas, como forma de trazer algum recurso financeiro para casa.

De acordo com informações da coordenação da Assistência Social do Estado do Amazonas, a meta do Projeto era atender 10 mil crianças/adolescentes em todo o Amazonas, sendo, assim, 33 municípios selecionados. Entretanto, havia muito mais que 10 mil crianças/adolescentes sendo exploradas sexualmente. O primeiro município a ter a implantação desse Projeto foi a capital, Manaus, de onde surgiram as denúncias mais marcantes sobre a exploração sexual.

Com relação aos recursos financeiros, o Projeto previa uma renda “per capita” de R\$25,00 por criança/adolescente, mensalmente, pelo período de um ano. O repasse era mensal, entretanto algumas dificuldades burocráticas muitas vezes faziam com que o processo se atrasasse. A proposta de monitoramento e avaliação do Projeto estava prevista na Lei Orgânica de Assistência Social. O governo estadual, após o repasse do governo federal, mantinha um cronograma de avaliação e monitoramento, visitando os municípios, duas ou três vezes por ano. Esse processo também era limitado, porque a equipe de recursos humanos era reduzida e o Estado do Amazonas, imenso. Dentro desse monitoramento e avaliação, a principal dificuldade encontrada pelos municípios era a falta de recursos humanos qualificados, porque se tornava difícil trabalhar a problemática da exploração sexual sem profissionais qualificados, sendo essa uma das grandes dificuldades no momento da execução do programa dessa natureza.

Enquanto resultados, apesar de ser um Projeto de combate e prevenção, o Cunhantã & Curumim se limitou à prevenção, alcançando bons efeitos. Essas crianças e adolescentes foram auxiliados com o reforço escolar, permitindo-lhes um melhor desempenho e a permanência na escola, com atividades culturais, desportivas e educativas, que trabalhavam todo o universo dos indivíduos, proporcionando a eles um desenvolvimento integral. No campo do combate, não foi possível atingir seu o objetivo.

O fato de atender em horário complementar ao escolar fez com que crianças e adolescentes não ficassem mais vulneráveis a situações de risco pessoal e social, à violência e prostituição. O Projeto foi, assim, limitado à linha preventiva, atuando dentro dessa política, para evitar a ociosidade, e para desenvolver o lado lúdico e trabalhar temas relevantes, como a gravidez precoce, a sexualidade e outros.

C) A percepção da Secretaria de Estado de Assistência Social sobre o Programa

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) representando o governo federal, ao se instalar em cada município do Amazonas o Projeto Cunhantã & Curumim, com a finalidade de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, acabou por chamar a atenção da sociedade para a questão, sendo a violência sexual encarada como um problema — uma violação de direitos. Dessa forma, muitas crianças e adolescentes, que vinham sendo vítimas de violência sexual, passaram a ser protegidos socialmente ou, mesmo, tiveram interrompida a violência sofrida pela própria precaução de seus violadores, uma vez que esse tipo de situação passou a ser discutido de forma mais aberta na sociedade. No entanto, o fato de o Projeto desenvolver-se, fazendo uso da jornada ampliada, possibilitou a muitas crianças/adolescentes um espaço de oportunidade para o desenvolvimento de suas habilidades artísticas, educacionais e desportivas, fortalecendo sua auto-estima e potencializando seus recursos internos.

Como pontos positivos do Projeto, podem ser destacados o fato de ter sido uma ação operada de forma descentralizada, proporcionando um espaço de ocupação do tempo livre de crianças e adolescentes, deixando-os menos vulneráveis socialmente, além de oferecer-lhes a oportunidade de complementação alimentar, no momento do atendimento. Como pontos negativos, destacam-se:

- O desenvolvimento de uma ação que discriminava socialmente e colocava seus usuários em situação constrangedora, ao identificá-los pela violência sofrida, contrariando os artigos 5 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelecem:

Art-5: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punida na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art-18: É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangido.

- A limitação da metodologia de intervenção no oferecimento de atividades socioeducativas, sendo feita em grandes grupos, não oferecia possibilidade de uma atenção individualizada e personalizada.

- Ausência de articulação com as demais políticas públicas, principalmente no que diz respeito ao tratamento especializado, como forma de reduzir os danos causados pela violência sexual sofrida.
- A precária articulação com os Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais das áreas do Direito da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- A ausência do trabalho com a família, eixo fundamental para a superação do processo de violência sofrida.
- Ter sido utilizado como uma alternativa para crianças que não eram atendidas pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que tinha entre suas atividades a jornada ampliada, implicando atenção à criança e ao adolescente. Além disso, estes foram inseridos no Programa sem apresentar, no histórico pessoal, problemas de ocorrência de violação sexual.

As principais dificuldades encontradas para a execução do Projeto foram:

- A localização geográfica dos municípios, que se encontravam a uma grande distância da capital, onde estava centrado o Projeto. Além disso, a ausência de estradas, com a predominância de transportes por meios fluviais dificultava os processos de acompanhamento, supervisão e assessoria, tanto por parte do governo do Estado quanto por parte da SEAS.
- A pouca compreensão, por parte dos operadores, sobre o fenômeno que reveste a violência sexual, praticada, principalmente, contra crianças e adolescentes, produzindo intervenções com metodologia precária, com base em fundamentos empíricos de reduzida referência teórica.
- A não-definição, pelo governo federal, de uma política para a área.

Diante de tantos pontos negativos, apontados pelo próprio governo federal, questiona-se por que este Programa foi criado e mantido por três anos. Uma possível resposta está no fato de que sua idealização, implantação e execução pautaram-se em questões políticas, sobretudo no impacto que um novo programa sempre causa na mídia, e, em períodos de eleição, fortalecem os grupos partidários envolvidos. Enquanto iniciativa emergencial, não foram estabelecidos critérios rígidos de monitoramento e avaliação, bem como estudos concretos da realidade, que permitissem bases sólidas para o Programa.

Considerando o processo de monitoramento e avaliação, em duas ocasiões a SEAS visitou o Amazonas realizando supervisão em cinco municípios, incluindo Manaus, onde eram atendidos cerca de 30% das metas totais. Nessas ocasiões, ficou evidenciado que a maioria das crianças e adolescentes assistidos no Projeto Cunhantã & Curumim não apresentava histórico de violação sexual, embora estivesse matriculada como tal. Constatou-se, ainda, que a maior parte dos casos assistidos não previa de encaminhamento do Sistema de Garantia de Direitos, principalmente do Conselho Tutelar — instância competente por onde passavam todos os casos identificados e tipificados por violência sexual. Em duas unidades que desenvolviam o Projeto na cidade de Manaus sequer foi identificado ao menos um caso de criança ou adolescente vitimados pela exploração sexual. Entretanto, não havia mecanismos eficientes que pudessem identificar esse público vitimizado pela exploração sexual, tanto pela carência de profissionais preparados para tal quanto pelos próprios registros e cadastros de crianças e adolescentes, que não obedeciam a um controle sistematizado. No município de Carauari, esse quadro foi observado, sobretudo, no que se refere ao cadastro das crianças, e parte das unidades estava identificada através de placas com inscrição da expressão “Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, o que constituía um fator de discriminação dos usuários.

Não foram observadas nas unidades visitadas e tampouco sistematizadas por qualquer de seus operadores metodologias de abordagem da problemática com os usuários do Programa que, comprovadamente, revelavam histórico de violência sexual. Dessa forma, o objetivo central do projeto não estava sendo atingido, estando a intervenção reduzida à situação de “carência social ou econômica” e, além disso, foi constatado ausência de trabalho de abordagem com os explorados sexualmente em determinados pontos das cidades, principalmente nos portos.

Os aspectos negativos identificados na operacionalização do Projeto, os dados levantados na avaliação e a ausência de indicadores de sucesso foram fundamentais para que a SEAS repensasse a forma de intervenção da Assistência Social nessas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, optando por realizar uma consulta aos segmentos que protagonizavam o atendimento social nessa área e, ao mesmo tempo, buscar o desenvolvimento de uma proposta mais adequada aos objetivos estabelecidos no plano nacional. Embora com pouca atuação na problemática da violência sexual infanto-juvenil, durante o período em que o Projeto foi executado, oportunizou-se a

milhares de crianças e adolescentes o espaço para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades pessoais.

De modo geral, as Secretarias de Assistência Social apresentaram a realidade frágil e marginalizada das crianças e adolescentes não apenas no município e no Estado, mas no país como um todo. A situação de pobreza e desemprego a que estão expostas as famílias reflete, negativamente, na situação das crianças e adolescentes, que ficam vulneráveis a todas as formas de exploração infanto-juvenil, inclusive a exploração sexual.

Nesse contexto, o Projeto Cunhantã & Curumim constituiu-se num forte aliado não de combate, mas de prevenção e de melhor formação das crianças/adolescentes, devido às limitações dos recursos, principalmente humanos. Apesar de o objetivo de combate não ter sido alcançado e as limitações serem diversas, a prevenção não apenas contra a exploração sexual, mas de outras formas de exploração infanto-juvenil, foi realizada com sucesso, e muitas crianças e adolescentes puderam ter uma nova opção de vida, desenvolvendo suas habilidades e potencialidades, destacando-se, assim, a importância e relevância do Projeto na vida dessas pessoas, de suas famílias e para o município como um todo.

Apesar de o Programa ter sido destinado a crianças e adolescentes com histórico de violência sexual, nos Documentos Oficiais (BRASIL, 1997), que estabelecem as diretrizes para o Cunhantã & Curumim, está explícito que esse seria um programa não apenas de combate, mas também de prevenção. Assim, ao afirmar que o público-alvo não estava sendo atendido, considerou-se apenas o combate da exploração, o que se constitui num aspecto contraditório dessa política social e que não poderia ser tomado como ponto de partida para a sua extinção.

CAPÍTULO VII

7.1. A extinção do Programa Criança Cidadã

Neste capítulo, buscou-se analisar a questão associada à extinção do Programa Criança Cidadã, na visão do público envolvido, enfatizando seus impasses e identificando suas causas e implicações. Dessa forma, foram consideradas as percepções da família, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Carauari, da Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas e da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS).

7.1.1. A percepção da família

As mesmas 54 famílias, que foram anteriormente entrevistadas, novamente se posicionaram com relação à extinção do Programa Criança Cidadã. Inicialmente, procurou-se saber qual a situação em que se encontravam as crianças e adolescentes que antes participavam do Programa.

De acordo com a Figura 6, algumas crianças e adolescentes foram matriculados em outros programas para essa faixa etária recém-implantados no município, sendo a maioria (57,41%) matriculada no Programa Bolsa-Escola, seguida de 7,4% no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e 5,56%

simultaneamente nos dois programas. No entanto, um percentual considerável (29,63%) de crianças e adolescentes não foi remanejado para nenhum outro programa.

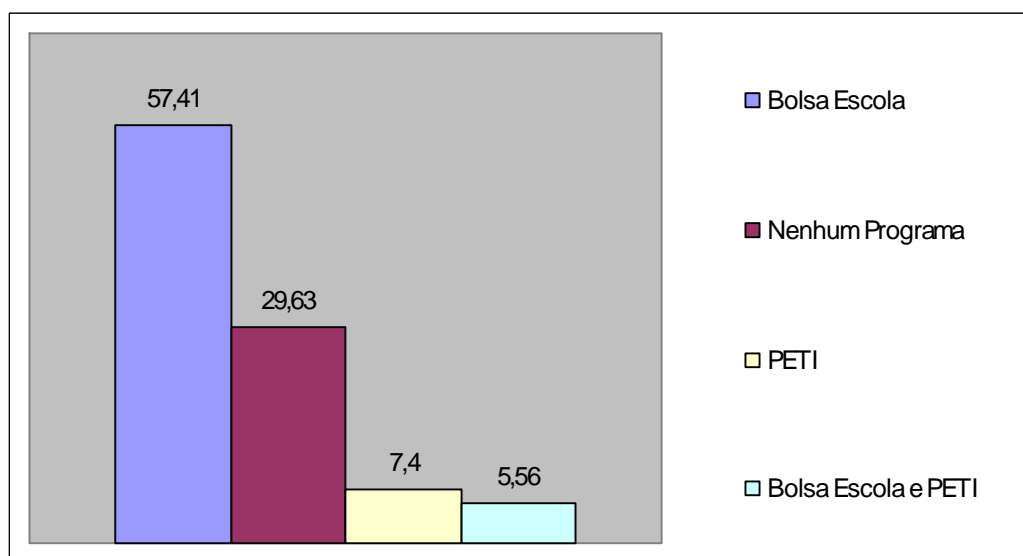


Figura 6 – Relação dos programas em que foram inseridos as crianças/adolescentes após a extinção do Programa Criança Cidadã. Carauari, AM, 2001.

Ao serem interrogadas sobre o recebimento de alguma bolsa desses programas sociais, mais de 68% das famílias entrevistadas informaram que recebiam uma bolsa no valor de R\$15,00 (quinze reais) por criança inserida no Programa, benefício esse que veio complementar a renda familiar.

Com respeito a esse rendimento provindo das bolsas dos filhos, 37,04% das famílias informaram que a renda familiar melhorou muito depois que começaram a receber a bolsa, porque esta ajudava nas despesas da família toda, conforme a Figura 7. Outros 31,48% informaram que a situação da família havia melhorado, porque a bolsa contribuía com as despesas da criança/adolescente, incluindo material escolar e calçado. Todas as famílias consideraram importante o oferecimento de bolsas através de programas sociais para famílias carentes, por parte dos governantes.

Apesar de reconhecer a importância da bolsa para a renda familiar, provinda dos novos programas em que os filhos foram matriculados, após a extinção do Programa Criança Cidadã a maioria das famílias (72,22%) informou que achou ruim o Programa ter acabado, pois ele ajudava as crianças/adolescentes a melhorar o desempenho escolar,

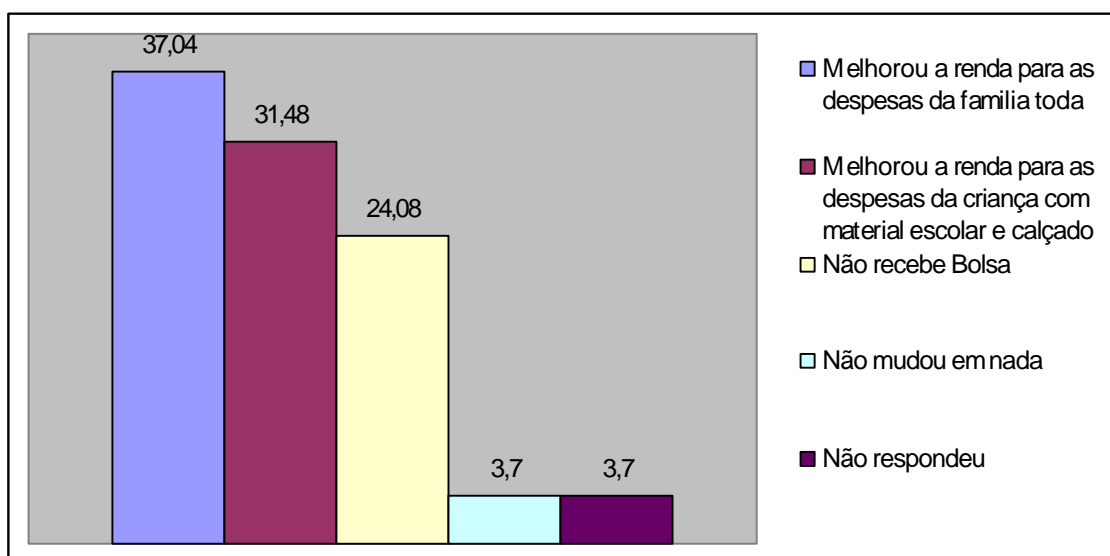


Figura 7 – Condições de melhoria das famílias atendidas por novos programas sociais. Carauari, AM, 2001.

dando ocupação para eles e um local próprio para depois da escola. Em torno de 18,52% das famílias acharam ruim, porque gostavam muito que seus filhos participassem do Programa, e 9,26% alegaram que foi ruim, porque, além de ajudar as crianças e adolescentes, o Programa auxiliava as famílias como um todo, fornecendo merenda, atendimento médico e segurança.

As crianças e adolescentes também expressaram sua percepção sobre a extinção do Programa Criança Cidadã, segundo os seguintes relatos:

Eu achei ruim o Programa ter acabado e acho que se voltasse era alegria para todo mundo porque era muito bom. (A 12 anos).

Eu acho que ele não deveria ter acabado porque muito menino parou de ficar na rua pra ir pra lá. Gostaria que voltasse para estar de novo lá. (R. 11 anos).

A extinção do Programa Criança Cidadã foi surpresa para as famílias assistidas, já que quase a metade (48,15%) ficou sabendo do fato por terceiros. Outras 46,29% souberam da extinção através de pessoas ligadas à Secretaria de Assistência Social do Município, enquanto 5,56% tiveram conhecimento do fato por intermédio do rádio, principal veículo de comunicação utilizado do município.

Ao serem questionadas sobre possíveis vantagens e desvantagens dos novos programas (PETI e Bolsa-Escola) em que os filhos foram matriculados, mais da metade

(61,12%) não percebeu vantagem alguma. Outros 37,03% viram como vantagem o fato de os novos programas proporcionarem uma ajuda financeira à família, e apenas 1,85% informou que houve melhoria no desenvolvimento dos filhos. Quase 2/3 das famílias (62,97%) revelaram que a principal desvantagem da substituição do Programa Criança Cidadã é que o mesmo contribuía para o aprendizado geral e a ocupação dos filhos, enquanto o programa atual só ajuda com dinheiro.

As famílias relataram que seus filhos, apesar de estarem satisfeitos com a bolsa do novo programa, sentem falta das atividades do Programa Criança Cidadã. De acordo com a Figura 8, 42,6% sentiam mais falta das atividades de esporte e lazer e da alimentação. Para outros 37,03%, a ausência de atividades de esporte e lazer, profissionalizantes e educativas foi significativa, com a ressalva de que 18,81% das famílias informaram que seus filhos sentiam mais falta das atividades profissionalizantes e educativas, enquanto 5,56% não souberam responder.

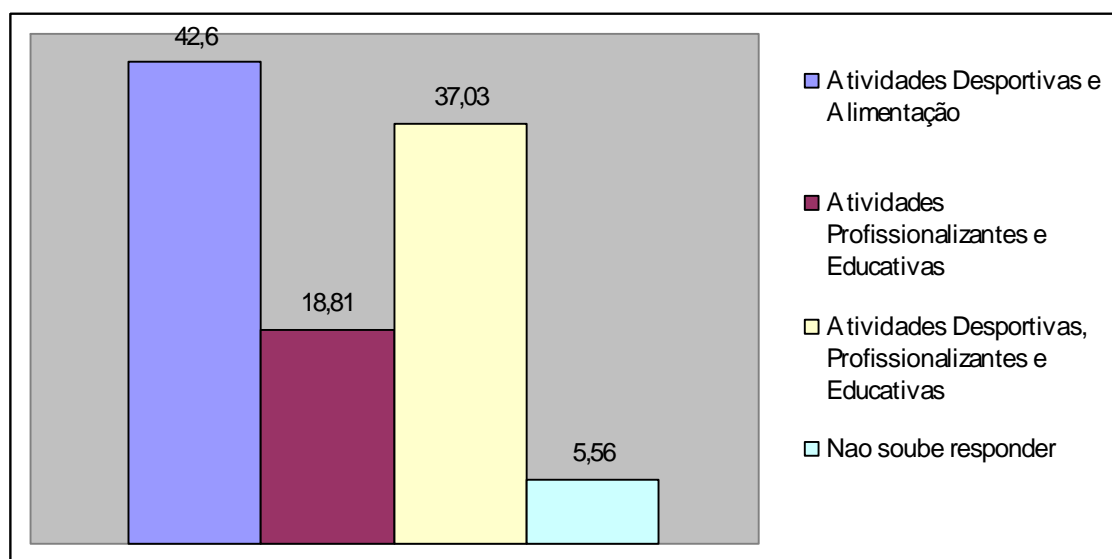


Figura 8 – Atividades desenvolvidas pelas crianças/adolescentes no Programa Criança Cidadã que mais fazem falta. Carauari, AM, 2001.

Além das atividades, as crianças e adolescentes afirmaram sentir falta do espaço que antes lhes era reservado e da convivência e amizades que foram feitas ali, conforme se pode observar nos depoimentos a seguir:

Eu sinto falta daquele lugar, da educação física, da merenda, dos médicos...
(A.. 12 anos).

Eu sinto falta de meus amigos que era muito legal, das brincadeiras que tinha com eles todos. (R.. 11 anos).

Eu sinto falta das coisas que eu aprendia por lá.(A.. 13 anos).

Eu sinto falta de tudo no Programa, do médico, da educação, dos coordenadores e principalmente de meus colegas. Sinto falta da merenda, das programações para o natal, dia das mães, dos pais... (S. 13 anos).

Se pudessem escolher um programa para atender seu filho, a maioria das famílias (94,44%) informou que escolheria um programa que oferecesse, ao mesmo tempo, uma bolsa para ajudar financeiramente nas despesas familiares e, além disso, uma ocupação e as diversas atividades de prevenção e atendimento médico-odontológico. E, se os filhos pudessem ter escolhido, a maioria (98,15%) não teria saído do Programa.

O fato é que a extinção ficou duvidosa para as famílias, que não entenderam bem o porquê de isso ter ocorrido. Ao serem interrogadas sobre os motivos que levaram à extinção do Programa, 46,30% não souberam responder. Outros 22,22% acharam que havia acabado por falta de interesse das autoridades, enquanto 18,52% acreditavam que era porque haviam surgido outros programas novos, como o PETI e Bolsa-Escola. Houve 12,96% das famílias que alegaram falta de recursos pessoais e, principalmente, financeiros. Quanto às crianças e adolescentes, eles também não souberam ao certo responder por que o Programa tinha terminado, conforme os depoimentos a seguir:

O Programa Criança Cidadã acabou porque no lugar entrou o PETI, né?(A..12 anos).

Acho que acabou porque não tinha mais lugar pra ter o Programa.(R.. 11 anos).

Eu não sei ao certo, mas acho que é por eles só pensarem em dinheiro, dinheiro é importante mas a educação é melhor que o dinheiro. É melhor ter alguém para conversar e aprender coisas novas... (S. 13 anos).

De modo geral, as famílias não ficaram satisfeitas com a extinção do Programa Criança Cidadã, mesmo considerando que o novo programa em que seus filhos foram matriculados oferece bolsa para ajudar as despesas da família. Observou-se um consenso entre as famílias de que não basta apenas oferecer uma bolsa, ou ajuda financeira, pois o mais importante é o conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas com os filhos, dando-lhes ocupação e até um espaço para que possam ajudar seu desenvolvimento.

Certamente, se tivessem sido consultadas e se pudessem opinar no momento em que iria acabar o Programa, as famílias não teriam concordado com a extinção. Poderiam, no entanto, propor que o mesmo continuasse e que uma bolsa fosse incluída

para as famílias, pois o programa ideal, segundo a percepção destas, seria uma combinação de atividades para o melhor desenvolvimento dos filhos e uma bolsa para ajudar a renda familiar, incluindo os gastos com material escolar, calçado etc.

7.1.2. A percepção das Secretarias de Assistência Social sobre a extinção do Programa

A) A percepção da Secretaria Municipal de Assistência Social

No momento em que foi realizada esta etapa da pesquisa (dezembro de 2001), havia ainda uma incerteza dos rumos que deveriam tomar as ações voltadas para as crianças e adolescentes, uma vez que novos programas (PETI e Bolsa-Escola) haviam sido implantados recentemente no município.

De acordo com as informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, houve em Manaus uma reunião com a SEAS, em que foi tratada a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim, momento em que os representantes dos municípios alegaram a situação difícil em que ficariam as crianças e adolescentes com essa extinção. Dentro da percepção dessa secretaria, que se posicionou contrária à extinção do Programa, existia uma grande diferença entre se planejarem programas para as Regiões Sul e Sudeste do país e planejá-los para a região amazônica, com suas peculiaridades.

A extinção do Projeto trouxe impactos negativos para o município, que foram amenizados, transferindo algumas dessas crianças/adolescentes para os novos programas que, na ocasião da reunião com a SEAS em Manaus, foram aprovados para o município. Como já existia uma metodologia de trabalho no Criança Cidadã, a proposta era adaptá-lo ao novo programa (PETI), já que o mesmo, tendo como foco de análise a família, procurava atender à criança/adolescente, por meio da jornada normal e jornada ampliada (com reforço escolar, atividades educativas, desportivas e de lazer). Pressupõe-se que com maior quantidade de recursos, repassados pelo governo federal, as crianças/adolescentes que fossem inseridos no PETI seriam bem-atendidos, bem como suas famílias, já que era objetivo do Programa elevar a auto-estima e autoconfiança destas.

De acordo com informações que foram repassadas pela SEAS a essa secretaria, o Projeto estava sendo extinto porque se gastava bastante e o retorno era muito pequeno e que, além disso, o objetivo do governo era investir mais nessa área. Inclusive, fizeram-

se um orçamento e uma tabela de custos dos programas sociais, concluindo que no Norte do país se gastava mais do dobro do que o resto do país, o que gerou preocupação por parte do município.

A SEAS informou, ainda, que iria trazer um novo programa para o município. A princípio se pensou que seria o projeto denominado Sentinela, mas logo informaram que esse projeto seria apenas para municípios com mais de 400 mil habitantes, o que excluía o município de Carauari. Houve muita preocupação, e a justificativa maior para a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim foi que os objetivos não estavam sendo cumpridos e que os custos eram muito altos.

Como impacto negativo, a extinção do Projeto gerou cobranças diretamente para o município pelas famílias, que alegaram que os filhos estariam desassistidos, que estariam voltando para as ruas. Mas mesmo assim ficou, por parte das famílias, o reconhecimento pelo trabalho executado até então, sem contar a grande experiência que o município havia tido com a gestão desse Projeto.

O município de Carauari é pobre, sendo, por isso mesmo, incluído no Programa Universidade Solidária, com um baixíssimo IDH (Índice de Desenvolvimento Social e Humano). Nesse contexto, os programas sociais, de modo geral, têm grande relevância, pois ajudam essas famílias a se reestruturarem. Os programas com bolsa são muito importantes, como o Bolsa-Escola, o PETI e o Agente Jovem. Mas isso é apenas um estímulo, pois o mais importante é a educação. Por esses motivos, a secretaria em foco se empenha para que programas dessa natureza venham para o município.

Nesse sentido, a secretaria tem buscado adaptar o Programa Criança Cidadã ao PETI, que pelos seus objetivos parece que não trouxe prejuízo ao desenvolvimento da criança/adolescente. O mesmo não se pode afirmar com respeito ao Programa Bolsa-Escola, no qual não existe acompanhamento familiar e tampouco apoio ao desenvolvimento integral dessas crianças, consistindo num simples repasse de benefício (no valor de R\$15,00 por criança, em um máximo de três, totalizando R\$45,00). Além disso existem crianças/adolescentes que não se enquadram em nenhum programa nos quais os reflexos da extinção são mais prejudiciais, tanto em termos das famílias quanto da criança/adolescente.

B) A percepção da Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas

De acordo com a percepção da Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas, a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim é um fato que deve ter uma resposta conjunta não apenas do Estado do Amazonas, porque o Projeto foi extinto por uma determinação do governo federal até porque era ele quem o financiava diretamente, sendo esse recurso proveniente do Ministério da Previdência e Assistência Social. Com certeza, a extinção surgiu a partir de uma avaliação, em que foram pesados os pontos positivos e negativos. Entre os pontos negativos, pode-se avaliar a questão do acompanhamento familiar, por falta de recursos humanos qualificados. Outro fator é que o projeto previa a prevenção e o combate e apenas a prevenção estava sendo feita.

O Projeto foi extinto no ano 2000 e, apesar de o Estado do Amazonas ter a intenção de mantê-lo, isso não era possível porque o Estado não tinha como arcar com R\$2.500.000,00 (dois milhões e 500 mil reais) por ano, pois onerava muito seu orçamento. O governo deu o ultimato para que acabasse o Cunhantã & Curumim, pois os recursos seriam interrompidos; ao mesmo tempo, o governo federal apresentou algumas alternativas, para aquelas crianças e adolescentes, que tivessem o perfil, fossem engajados em outros programas de atendimento, como PETI, Bolsa-Escola e Agente Jovem, desde que devidamente comprovadas as situações a que os programas se destinavam, ou seja, a realocação deveria estar em concordância com os objetivos dos programas, como: Agente Jovem para menores infratores e PETI para aqueles que estivessem em condições de trabalho infantil de risco para seu desenvolvimento integral.

Segundo depoimentos, o Projeto que ainda está em fase de implantação e que deverá atender ao público envolvido com exploração sexual, como era o objetivo do Projeto Cunhantã & Curumim, é o Projeto Sentinela, que possui uma metodologia articulada com os Conselhos Tutelares e atendimento especializado. É como diz o próprio nome “Sentinela”, que no Amazonas significa uma lamparina, uma luz que deve ficar sempre de prontidão. O Projeto pode oferecer uma bolsa para as famílias, e a expectativa é de que seja um projeto que tem tudo para dar certo.

Na percepção dessa secretaria, a avaliação por parte do governo federal, com relação aos objetivos e alcance do Projeto Cunhantã & Curumim, veio tardiamente; o acompanhamento foi constante. Se a avaliação tivesse sido contínua, suas dificuldades e

desafios poderiam ter outros caminhos; estratégias e programações poderiam ter sido realizadas e, talvez, o Projeto não teria sido extinto.

C) A percepção da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS)

No momento em que a Coordenação Geral do Projeto, em nível federal, se posicionou sobre a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim, pode-se perceber então, agora em todos os níveis, o que de fato permeou a sua extinção.

Na opinião da SEAS, na realidade não havia ocorrido a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim. O Projeto, constituindo-se de uma ação do governo do Estado do Amazonas, operado em cooperação com os municípios, passou a não mais ter o co-financiamento por parte da SEAS, em razão da não-adequação de seus objetivos, aqueles preconizados pelo Plano Nacional de Assistência Social.

O processo de retirada do co-financiamento, por parte da SEAS, foi iniciado em 2001, após a realização da segunda visita da Gerência ao Estado. Foi, então, desencadeado um processo de negociação com a Coordenação Estadual, com vista ao redirecionamento dos recursos para ações de intervenção psicossocial, bem como a inclusão de todas as crianças/adolescentes assistidos pelo Projeto Cunhantã & Curumim aos novos programas do governo federal, do tipo Bolsa-Escola e Agente Jovem. Nesse sentido, os municípios que não estavam incluídos nesses dois programas tiveram sua inclusão garantida. Assim, nenhuma criança ou adolescente ficariam prejudicados, e os interesses políticos seriam atendidos.

Todo o processo de transposição dos usuários do Projeto Cunhantã & Curumim foi negociado com o Estado do Amazonas, tendo sido a própria Secretaria de Estado favorável ao processo proposto pela SEAS. Assim, na concepção desta secretaria, o que ocorreu foi uma transposição e não a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim, cujos impactos, inclusive, deveriam ser mais positivos do que aqueles que vinham sendo alcançados. Isso tendo em vista que as famílias passariam a contar com uma bolsa em dinheiro, melhorando suas condições financeiras, além de poderem contar com uma linha de atendimento mais definida e consolidada.

Tais informações revelam a importância da avaliação como um processo contínuo, em que se possam detectar falhas ou dificuldades e saná-las em tempo; em que os objetivos possam ser monitorados quanto ao seu alcance e estratégias. Pode-se, ainda, ampliar a reflexão crítica sobre a descontinuidade dos programas sociais,

principalmente quanto à intervenção política e ao não-posicionamento e realmente qual é o nível de escolha do público-alvo, tornando seus objetivos eleitoreiros e clientelistas (por não envolver a auto-emancipação das unidades familiares, em razão de seus recursos e preferências) e, ao mesmo tempo, eleitoreiros ou populistas.

CAPÍTULO VIII

8.1. Conclusões

Os resultados apresentados e discutidos mostram que o Programa Criança Cidadã foi uma iniciativa que, inicialmente, partiu do município, como forma de proporcionar às crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, um atendimento especializado de prevenção contra todas as formas de exploração infanto-juvenil. Posteriormente, por interesse político, o mesmo teve que se encaixar nos moldes do Projeto Cunhantã & Curumim, que fora criado, especificamente, para prevenir e combater a exploração sexual infanto-juvenil, que havia sido constatada, basicamente, em Manaus.

Sem que houvesse um diagnóstico que levantasse informações sobre essa problemática, em nível local, o Projeto foi expandido para os municípios porque significava, na realidade, um repasse de recursos do governo federal, reduzindo-se, assim, os gastos do orçamento municipal. Esse é um exemplo comum do que acontece com inúmeras políticas públicas, que são delineadas de forma verticalista, ou seja, de cima para baixo, sem a participação do público, que é o foco de atenção da política/programa, e tampouco das demais instituições, que podem estar envolvidas com o mesmo. Assim, um programa foi descontinuado ou “transposto”, na visão de seus gestores, porque, na realidade, os objetivos de combate à exploração sexual não estavam sendo atingidos, limitando-se apenas à prevenção, o que inviabilizou seu cofinanciamento pelo governo federal, ou seja, a não-adequação da realidade municipal,

bem como a não-participação da população local levou à criação e, posteriormente, à extinção de um programa social.

Diante desse fato, percebe-se que houve uma contradição ao considerar que os objetivos do Projeto não estavam sendo atingidos, pois de acordo com os registros oficiais, que descrevem os objetivos do Projeto, está incluída a prevenção, que foi confirmada pelas famílias beneficiadas, ao declararem que seus filhos estavam menos expostos aos “riscos da rua” quando permaneciam no Programa, após o período escolar. Nesse sentido, questiona-se o caráter imediatista dessa política pública, que surgiu com objetivos político e populista, ao se querer dar uma resposta para a sociedade diante das denúncias da mídia sobre a exploração sexual infanto-juvenil; e, pelos mesmos motivos, foi extinto ao buscar resultados rápidos e limitados ao combate, desconsiderando-se, assim, o caráter essencial de qualquer política: a prevenção.

Pode-se ainda inferir que um processo, cuja origem teve uma direção verticalista, somente com um esforço intenso, comprometimento e competência das instâncias locais poderia ter sido redirecionado como espaço para o fortalecimento ou “empowerment” das famílias, que, historicamente, vêm sendo excluídas e “sabotadas” no processo de alcance da cidadania. Não tendo seus direitos ouvidos e nem respeitados, considera-se que outra forma, que orientou a extinção do Programa, foi a manutenção da relação paternalista, estando o Estado numa situação hierárquica superior, fazendo uso do poder e do autoritarismo.

Considerando a dimensão do problema da exploração sexual infanto-juvenil, que pelas suas multifacetadas possui um caráter de difícil diagnóstico e, conseqüentemente, de solução, a prevenção pode ser considerada o ponto de partida sólido e consistente para que crianças e adolescentes não sejam envolvidos pela mesma. Como entender, então, que uma política de assistência social voltada para a criança e o adolescente desconsidere tal prevenção? Nesse caso, depara-se, mais uma vez, com a questão política já mencionada, que conduz ações, cria e extingue programas, projetos e ações diversas.

A extinção do Programa Criança Cidadã também pode ser remetida a outro aspecto importante a ser discutido, que se refere ao papel do município. Como esse Programa foi criado pelo município e depois se adaptou aos moldes do Projeto Cunhantã & Curumim, questiona-se por que o mesmo não foi mantido? A justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Caruaru pauta-se na falta de recursos para investir nesse Programa. No entanto, considerando que seus

custos eram relativamente baixos para o município (R\$25,00 por criança/adolescente), principalmente quando comparados com seu retorno, dimensionado pela satisfação das famílias assistidas, por que o Programa Criança Cidadã não se manteve?

Em razão, porém, de manter um Programa com recursos próprios, desistindo de outros programas (como o PETI e Bolsa-Escola), que, além de proporcionarem recursos para a administração municipal, podem, por meio da sua execução, incluir o município na esfera nacional; por serem programas de grande expressão, podem de fato ser vistos como mais vantajosos para o poder político local, que desconsidera toda sensibilização e mobilização comunitária, privilegiando a questão político-financeira.

As famílias assistidas pelo Programa Criança Cidadã, no município de Carauari, vivenciando uma situação de precariedade, pela baixa renda, pelo baixo nível de escolaridade e pelas inadequadas condições de saneamento básico, não possuíam condições e tampouco poder e representatividade para se oporem a uma decisão já tomada pelas instâncias superiores. Assim, as carências enfrentadas pelas famílias faziam com que tanto a iniciativa local do Programa Criança Cidadã quanto a sua posterior acoplação ao Cunhantã & Curumim fossem essenciais não somente pelo atendimento prestado pelo Programa aos seus filhos, como também pelo benefício concedido a elas, que complementava a ínfima “renda ‘per capita’ familiar”, permitindo que suas demandas fossem, em parte, alcançadas. Entretanto, com relação à importância e relevância desse Programa para a vida de seus filhos, todas reconheceram que o Criança Cidadã foi um espaço em que seus filhos puderam ter acesso a diversas atividades, atendimento médico-odontológico, merenda, reforço escolar e toda uma estrutura, que lhes propiciava um desenvolvimento mais integrado.

Em face da realidade vivenciada pelas unidades familiares, questiona-se o nível de satisfação positivo das famílias com relação ao Programa, ou seja, o estado de carência e precariedade destas, não poderia estar influenciando o posicionamento do sistema familiar, em termos de relevância do Programa. Assim, por mais que este não tivesse resultados tão satisfatórios, como foram comprovados, essas famílias não negariam a sua importância, seja pela merenda oferecida, seja pelo acesso ao atendimento médico-odontológico ou, mesmo, pelo espaço de lazer oferecido a seus filhos, além de outros serviços proporcionados, principalmente aqueles associados ao desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico de seus filhos.

As lideranças socioinstitucionais locais também consideraram o Programa Criança Cidadã como uma boa alternativa para o trabalho de prevenção da exploração

sexual infanto-juvenil e para uma melhor formação de crianças e adolescentes, uma vez que muitas delas, ao ficarem nas ruas, teriam maior possibilidade de se envolverem no mundo das drogas e da prostituição. As Secretarias de Assistência Social das esferas municipal, estadual e federal perceberam a importância do Programa, como sendo um espaço e oportunidade para o desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças/adolescentes.

Com relação à extinção do Projeto, as famílias foram unânimes em afirmar que não foram levadas em consideração para tal decisão, afirmando que não ficaram satisfeitas, mesmo que algumas crianças/adolescentes tenham sido matriculados em novos projetos, como o PETI e a Bolsa-Escola. No caso daquelas unidades familiares, que ingressaram no Programa Bolsa-Escola, a insatisfação era maior, porque na percepção geral delas não bastava um repasse, em termos de benefício monetário, para atender seus filhos, mesmo que este seja importante e necessário para a renda familiar. Consideraram que o benefício tinha que estar associado a todo um conjunto de atividades, para que ocorresse um atendimento especializado para a educação e desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. As famílias relataram, ainda, que não foram informadas sobre o motivo da extinção e que não foram consultadas e nem ouvidas para que isso acontecesse

A participação dessas famílias, que, de acordo com elas mesmas, não existiu para que houvesse a extinção, não se limitou à extinção, pois, para que o Programa fosse criado, estas também não foram consideradas. Contudo, questiona-se, ainda, o motivo dessa não-participação, o que permite inferir que faltou a participação dos atores envolvidos, porque os gestores não incentivaram e, também, porque uma participação tem que ser conquistada pelas próprias famílias, por meio de um maior envolvimento no exercício da cidadania, ao garantirem os seus direitos através de uma política social.

Entende-se, entretanto, que são diversas as dificuldades encontradas para esse exercício de cidadania, enquanto conquista de espaços para maior participação. As famílias pesquisadas encontravam-se em situação de baixa escolaridade, o que funcionava como um fator de exclusão (muitas vezes não pela sociedade, mas por elas mesmas, que se sentiam excluídas pela carência de conhecimentos formais) nesse processo. Aliam-se a esse fator a própria carência e situação de pobreza a que estavam submetidas essas famílias, o que tende a torná-las objetos de manipulação política e, além disso, cada vez mais satisfeitas com os mínimos que lhes são oferecidos. Assim, entende-se a necessidade da participação dessas famílias e que esse poderia ter sido um

diferencial nos rumos do Programa, mas, acima de tudo, compreende-se que a questão é de ordem estrutural, tornando-se difícil às famílias questionar esse mínimo que lhes é dado, se outrora nada tiveram.

Ao analisar os depoimentos das Secretarias de Assistência Social, nas esferas municipal, estadual e federal, com relação à extinção do Projeto Cunhantã & Curumim, percebeu-se, claramente, que a justificativa apresentada é que nada mudaria, dado que as crianças e adolescentes, que antes integravam o Projeto Cunhantã & Curumim, seriam transpostos para outros programas, com objetivos específicos. Considerando as informações da SEAS, o Projeto foi avaliado como não atendendo aos seus objetivos de combate à exploração sexual, tendo sido detectado um desvio do público-alvo, já que os municípios não estavam atendendo ao público vitimizado pela exploração sexual.

Diante desse quadro, outro questionamento pode ser feito: será que as crianças e adolescentes antes atendidos pelo Cunhantã & Curumim, que não são, em sua maioria, vitimizados pela exploração sexual, serão agora pelos trabalhos laborais insalubres, sendo, assim, transpostos para o PETI? Ou será que se tornarão menores infratores, que deverão ser encaminhados para o Programa Agente Jovem, para sua reinserção na sociedade? De acordo com as informações fornecidas pelas famílias, nenhum desses problemas (atos infracionais ou trabalho insalubre) foram descritos anteriormente como a realidade de seus filhos. Entretanto, como fica a situação dessas crianças e adolescentes que não têm mais o Programa Criança Cidadã (ou o Projeto Cunhantã & Curumim) e não foram engajados nos programas disponíveis? Será que apenas crianças e adolescentes carentes em situação específica de risco social (exploração sexual e trabalho infantil) têm o direito a uma ação direcionada a eles, bem como a um espaço próprio para o seu desenvolvimento? O fato de serem carentes, de se encontrarem em um município caracterizado como “bolsão de pobreza”, em situação inadequada de sobrevivência, não é o suficiente para que lhes seja destinado um atendimento complementar ao escolar?

A falácia de que “para pobres basta programas pobres” foi assim desmistificada pelas próprias famílias, que, apesar de não terem sido consideradas no processo de avaliação para a extinção do Projeto, sabem perfeitamente do que necessitam e o que é melhor para seus filhos. Portanto, a extinção do Projeto Cunhantã & Curumim e, conseqüentemente, do Programa Criança Cidadã se apresenta como um fato claro e concreto da descontinuidade das Políticas Públicas, que, por falta de um processo participativo que focalize seus principais destinatários e considere um planejamento real

e não-emergencial, acaba por gerar decepções e descrença num sistema que deveria ser democrático e descentralizado.

Entende-se que não basta formular políticas públicas com base em dados secundários ou usar noticiários que alarmem, de alguma maneira, a sociedade, como foi o caso da exploração infanto-juvenil, que chegou à mídia internacional, gerando a criação emergencial do Cunhantã & Curumim. Não basta planejar sem conhecer a realidade concreta, sem considerar as limitações de recursos humanos e materiais para a execução daquilo que se propõe.

Ao formular políticas públicas, é necessário considerar não apenas as situações emergenciais, mas todas aquelas que existem e colocam em risco o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, buscando dentro da realidade que os cerca as reais possibilidades de práticas sociais. E, sobretudo, deve-se considerar a família como o principal elo entre o que se pretende e onde se pode chegar, durante todo o processo de planejamento, execução e avaliação. Pois, como foi verificado nesta pesquisa, nem sempre o que está de acordo com as reais necessidades das famílias por conhecimento de causa é o que consideram os planejadores e gestores das políticas públicas. São estes que se encontram distanciados ou desconhecedores das experiências vivenciadas nos diferentes ambientes, dos valores e culturas predominantes e dos recursos e infra-estruturas disponíveis, bem como das principais necessidades e expectativas da população local.

Não poderia deixar de ser mencionada a importância dos movimentos de base, das associações e demais organizações da população para que, no contexto apresentado, seus anseios e necessidades possam, finalmente, ser considerados. O certo é que o destinatário das políticas públicas, de modo geral, necessita ser considerado não apenas como sujeito, mas como ator em todo esse processo, que, acima de tudo, é uma questão de cidadania. Assim, as principais contribuições deste trabalho estão em auxiliar, especialmente, os formuladores e gestores das políticas públicas, voltadas para a criança e o adolescente, de forma que os programas sociais de atendimento a esse público possam ser repensados não apenas como meio de combater situações de risco, mas de prevenir e proporcionar o que se chama de proteção integral e que, em todo o processo (implementação, gestão e avaliação), as famílias sejam consideradas durante todo o seu desenvolvimento, apontando suas necessidades e sugerindo o seu direcionamento e que o processo seja avaliado, continuamente, pela própria dinâmica da sociedade.

As principais limitações encontradas na realização da presente pesquisa se resumem, em geral, na localização geográfica do município pesquisado, situado na região amazônica, que dificultou um maior tempo de contatos pessoais com os envolvidos no Programa. Tal limitação foi, em grande parte, contornada pelo conhecimento da realidade por parte da pesquisadora, o que proporcionou melhores compreensão e discussão dos resultados.

Como sugestões, recomenda-se que novas pesquisas sejam realizadas considerando, especificamente, a percepção das crianças e adolescentes sobre os programas sociais em que são atendidos, por meio desse processo de acompanhamento das famílias/crianças. Dessa forma, considera-se que seria mais fácil verificar se as políticas públicas, destinadas a essas crianças/adolescentes, estão de acordo com as suas expectativas, seus desejos e necessidades.

Outra sugestão é que os programas de atendimento à criança/adolescente possam proporcionar um atendimento especializado com atividades que promovam o desenvolvimento integral e a valorização da auto-estima desse público. No entanto, o oferecimento às famílias carentes de somente uma bolsa, como forma de complementação da renda familiar, é um simples paliativo de curto prazo. Torna-se necessário educar e qualificar essas pessoas, por meio de treinamentos, de acordo com as suas principais habilidades, em razão das especificidades do mercado laboral local, para que elas possam se tornar às provedoras de suas necessidades, o que elevaria a sua auto-estima, por se sentirem independentes, valorizadas e com liberdade e condições de elaborar projetos para o seu próprio desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. Miséria acentua prostituição infantil. **Jornal A Crítica**, Manaus, 6 mar. 1994.

AGUILAR, M.J.; ANDER EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 199 p.

AMARAL, C. et al. Programas de renda mínima e bolsa-escola – Concepção, gestão e financiamento. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, 1989.

BARRETO, M. G. C. **Crianças e jovens: violência e sexualidade**. Manaus: COACA, 1998.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Programa de erradicação do trabalho infantil**. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1980. 42 p.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Criança Cidadã**. Brasil Criança Cidadã. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1996. 64 p.

BRASIL. Governo do Estado do Amazonas. **Cunhantã & Curumim**. Brasil Criança Cidadã. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1997. 20 p.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999a. 44 p.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999b. 92 p.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 2001. 31 p.

BRASIL. **Constituição Federal**. [S.l.:s.n.], 1988. (Artigo 277).

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Rideel, 1991. 112 p.

CASTRO, M. H. G. Avaliação de políticas e programas sociais. In: **Caderno de Pesquisa**, São Paulo: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP/ÚNICAMP). 1989. 18 p.

COCHRAN, M. Parental empowerment in family: lesson learned from a Research Program. In: **Parent education as early child hood intervention: emerging directions in theory, research and pratic**. New Jersey: Edit Ablex, 1988. p. 23-50.

COSTA, B. L. D. As mudanças sociais na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação. In: CARVALHO, A. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 27-57.

FARIA, R. M. Avaliação de programas sociais – Evoluções e tendências. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 41-49.

FOLHA DE SÃO PAULO. Triplica o número de mulheres casadas chefiando a casa. **Folha de São Paulo**, Brasi, B2, São Paulo, 30 nov. 2002.

GOODE, W. J. **Métodos em pesquisa social**. Tradução de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: Editora Nacional, 1968. 492 p.

GUTERMAN, D. Mais de 40% dos municípios do país estão na linha de exclusão social. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 jan. 2003.

HILBIG, S. **Trabalho infantil no Brasil**: dilemas e desafios. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 29 ago. 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – Ano 2000**. [S.l.: s.n.].

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais 2000**. Rio de Janeiro: DEPIS, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 5 nov. 2002.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.154 p.

MAGALHÃES, R. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a fome, miséria e pela fome. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 (Suplementar), p. 121-137, 2002.

MENDONÇA, M. H. M. DE O desafio da política de atendimento à infância e adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), p. 113-120, 2002.

MPAS. **Programas federais**. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2002.

PADUA, J.; AHMAN, I.; APEZECHEA, H.; BORSOTTI, C. **Técnicas de investigacion aplicadas a las ciencias sociais**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 360 p.

PAULO, A . Prostituição infantil é flagrante. **Jornal A Crítica**, Manaus, 1 out. 1995.

PEREZ, J.R.R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 65-72.

PUYANA, A. Globalizacion, equidad y pobreza em América Latina I hay nuevas soluciones para um problema permanente? In: CAVALCANTI, H.; BURITY, J. (Orgs.) **Polifonia da Miséria – Uma construção de novos olhares**. Recife: Marsangana, 2002. p. 116-128.

RELATÓRIO AZUL 98/99. **Crianças e adolescentes: Construindo direitos**. Disponível em: <<http://www.ar.rs.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2002.

RICO, E.M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 154 p.

RODRIGUES, M. L. **Análise de um programa de atendimento à criança e à família, de 1978 a 1993: o caso da Creche Myrian de Oliveira Fernandes**. Viçosa, MG: UFV, Impr. Univ., 1996. 182 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SILVA, H. H. C. DA. **A pobreza no município de Carauari/AM e a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social**. São Paulo: PUC-SP, 1997. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SILVA, L. P. et al. **Assistência social: parâmetros e problemas**. Brasília: MPAS-SEAS; São Paulo: FUNDAP, 1999. 144 p.

SILVA, J. G. da; BELIK, W.; TAKAGI, M. **Projeto fome zero** – Uma proposta de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003. 118 p.

SODRE, J.M.M.; LORETO, M.D.S. Cunhantã & Curumim/Criança Cidadã: caracterização de um programa de proteção integral à criança e ao adolescente no município de Carauari/Amazonas. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 54., 2002, Goiânia. **Resumos...** Goiânia: SBPC, 2002.

SODRE, J.M.M. **Reestruturação do programa de atendimento às crianças/Projeto Criança Cidadã**. Carauari, AM: Prefeitura Municipal de Carauari; Secretaria Municipal de Assistência Social, 1999. 5 p. (Mimeogr.).

SOUZA, N.R.; LORETO, M.D.S. Programa de erradicação do trabalho infantil no município de Boquim-Sergipe: uma visão preliminar. In: **Congresso Brasileiro de Economia Doméstica**, 16., 2001, Viçosa. **Anais...** Viçosa, MG: UFV, DGU, 2001. p. 273-277.

SPOSATI, A.O. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1999. 126 p.

SULBRANDT, J. A avaliação de programas sociais: uma perspectiva crítica dos modelos usuais. In: KLIKSBURG, B. **Pobreza, uma questão inadiável**. Brasília: ENAP, 1984. p. 365-410.

UNICEF – **Prevenção e combate ao trabalho infantil e exploração sexual**. Disponível em: <www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 28 ago. 2003.

ZANDOVAL, R. L. O. S. dos. **A relação público-privado no atendimento à criança em creches públicas municipais em Viçosa, MG**. Viçosa, MG: UFV, Impr. Univ., 1996. 216 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.